

THAISA DE SOUZA

**JUSTIÇA COMUNITÁRIA: MARCO PARA A RECONFIGURAÇÃO POLÍTICO-
JURÍDICA NA AMÉRICA LATINA**

Florianópolis (SC), junho de 2002.

THAISA DE SOUZA

Dissertação apresentada à banca
examinadora da Universidade Federal de
de Santa Catarina, como requisito parcial
para a obtenção do grau de mestre em
Direito.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos
Wolkmer

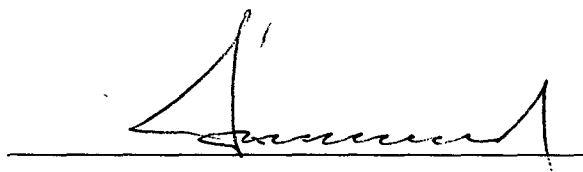
FLORIANÓPOLIS (SC)

2002

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
PROGRAMA DE MESTRADO**

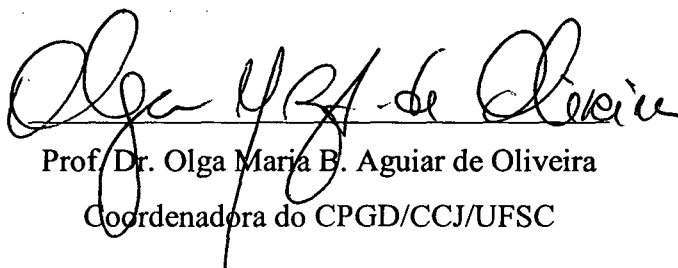
**JUSTIÇA COMUNITÁRIA: MARCO PARA A RECONFIGURAÇÃO POLÍTICO-
JURÍDICA NA AMÉRICA LATINA**

Thaís de Souza



Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer

Professor Orientador



Prof. Dr. Olga Maria B. Aguiar de Oliveira

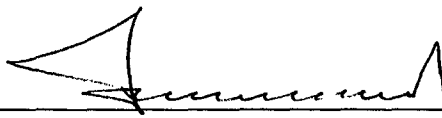
Coordenadora do CPGD/CCJ/UFSC

Florianópolis, junho de 2002.

Thaís de Souza

**JUSTIÇA COMUNITÁRIA: MARCO PARA A RECONFIGURAÇÃO POLÍTICO-
JURÍDICA NA AMÉRICA LATINA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Direito junto ao curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina pela Banca Examinadora formada pelos seguintes professores:



Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer - Presidente

Prof. Dr. Rogério Silva Portanova - Membro

Profa. Dra. Maria Célia Paoli - Membro



Profa. Dra. Thaís Luzia Colaço - Suplente

Florianópolis, junho de 2002.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	9
 CAPÍTULO I	
JUSTIÇA COMUNITÁRIA NA COLÔMBIA: UM OLHAR ICONOCLASTA SOBRE A AMÉRICA LATINA	13
1.1 Os sujeitos da Justiça Comunitária	13
1.2 A busca político-identitária	16
1.3 A máquina do social	20
1.4 A propósito de uma teoria crítica alternativa	24
1.4.1 Ação e Mutação	29
1.4.2 A inversão dialética do sujeito	31
1.4.3 Inculcação e Interiorização	40
 CAPÍTULO II	
JUSTIÇA COMUNITÁRIA E OUTROS APONTAMENTOS ACERCA DA ESFERA POLÍTICO-JURÍDICA NA AMÉRICA LATINA	49
2.1 Pluralismo Jurídico e América Latina	49
2.2 Justiça Comunitária: marco para uma nova epistemologia do Direito	54
2.3 Justiça Comunitária e a recuperação da vida cotidiana com significado	59
2.4 Justiça Comunitária e o espaço retórico de ampliação da esfera político-jurídica	61
2.5 Justiça Comunitária como espaço de mediação política do sujeito democrático	69
2.6 Por uma conformação sócio-política contemporânea	71
2.7 Justiça Comunitária e a democracia possível	75
2.8 Identificando a Justiça Comunitária	79
2.8.1 Marcos legais	79
2.8.2 Desenvolvimento social	86
2.8.3 Sentidos e Representações da Justiça Comunitária	89

CAPÍTULO III
EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS DE TRATAMENTO E RESOLUÇÃO DOS
CONFLITOS..... 95

3.1 Conflito e política urbana em Medellín 95

3.2 Santander, entre o comunitário e o institucional 125

3.3 Justiça Comunitária em comunidades indígenas do Cauca 138

3.4 Brasil e os rumos de uma política da autonomia 147

CONSIDERAÇÕES FINAIS 154

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 158

RESUMO

A presente dissertação destina-se a pensar a questão da Justiça Comunitária no contexto de entrave histórico do qual fazem parte e pelo qual se constituem as sociedades latino-americanas. O que significa apostar na Justiça Comunitária como expressão de pluralidade jurídica e cultural, possibilidade de reconfiguração da esfera político-jurídica que permita recuperar um sentido de historicidade e busca identitária dos povos latino-americanos. Com esta pretensão, especula-se acerca da concretização de espaços alternativos de configuração e exercício da esfera político-jurídica num contexto periférico como a América Latina, em que a pluralidade jurídica é cada vez mais uma realidade sócio-política produtora de significados e sentidos emergentes de juridicidade. A Justiça Comunitária pode ser entendida como modelo de regulação social de cunho político-argumentativo destinado ao tratamento e à resolução dos conflitos comunitários. Deste modo, apresenta-se como instância criadora de consenso local coesionador, instrumento prático de envolvimento e mobilização política dos indivíduos e grupos sociais. Nesta medida, aponta como prática emancipatória de realização da justiça e elaboração de direitos, no âmbito de uma multiplicidade de ordens e sociabilidades; tendo em conta a ineficácia e inoperância dos Estados latino-americanos em dar conta de seus atributos e responsabilidades, bem como a necessidade imperante do reconhecimento e da promoção de estruturas flexíveis e de gestão horizontalizada para a resignificação e o reordenamento da esfera pública. Crêe-se que a dinamização de espaços de criação autônomo-comunitária, a exemplo da Justiça Comunitária, seria uma condição efetiva e viável para a materialização democrática através de mecanismos de autogestão do conflito e desenvolvimento comunitário.

ABSTRACT

The present paper has been dedicated to the study of the Community Justice thought upon the historic context to which make part and wich through are constituted latin-american societies. What means that we believe in Community Justice as expression of legal and cultural plurality as well as possibility of reconfiguration of the political-legal sphere that allows to recuperate a meaning of history and identity search to the latin-american people. With this intension, we wonder about the materialization of alternatives spaces of imagining and exercising the political-legal sphere at a context as Latin America, in which the legal plurality is each time more a social-politic reality producing news meanings and reasonings to the experimentation of the legal sphere. Community Justice could be understood as a model of social regulation of political and arguing kind destined to treatment and resolution of community conflicts. In this way, shows himself as a productive instance of local agreement, also being a practice tool of individual and social political commitment. On that reason,, signs as emancipatory practice of making justice and creating rights, on the realm of a multiplicity of orderings and sociabilities; regarding the unsuccessful task of the latin-american states, as well the urgency of recognizing and supporting flexible structures and of horizontal government type to imagine a new drawing to the public sphere. We believe that the dinamization of spaces of autonomous and community creation, as the case of Community Justice, would serve as an essential condition to the democratic materialization through self-regulation and community development.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende ser entrada e meio de exploração de um tema específico – a Justiça Comunitária e a resignificação da esfera político-jurídica na América Latina – que, por sua natureza, encontra-se conectado com vários outros relacionados à sociabilidade no mundo contemporâneo, ao multiculturalismo, à pluralidade jurídica e às alternativas de gestão e desenvolvimento através de espaços autônomo-comunitários.

A investigação pretendeu, pois, ser sério exame e ferramenta de prospecção a cerca das possibilidades reais e concretas da Justiça Comunitária na América Latina. Entendida como expressão de diversidade cultural e de pluralidade jurídica, que sinaliza a reformulação da esfera político-jurídica na região e a promoção de espaços de autonomia e desenvolvimento comunitários formadores de uma rede de relações (re)construtivas do espaço público e das próprias cidades.

Inegável, antes de tudo, admitir que a pesquisa seguiu rumos inesperados, embora não totalmente imprevistos desde os indícios que sorrateiramente foram se corporificando ao longo da execução dos trabalhos. O projeto de trabalho inicial mostrava-se explicitamente amplo e abrangente. Numa segunda versão, após a finalização das pesquisas de campo, pode-se chegar a uma demarcação bem mais concreta do tema e de seu tratamento. As tarefas que daí então se seguiram, se não puderam cumprir-se na íntegra, apontaram-nos os caminhos que guiaram a busca de concreção e encadeamento das questões tratadas. Assim que sem abandonar o horizonte político-conceitual inicialmente levantado da temática do Pluralismo Jurídico e o referente contextual da América Latina, foi-se delineando, em torno do trabalho de acercamento prático, o referencial de pesquisa e análise da Justiça Comunitária. A qual, de um modo geral, insurge-se como marco de uma ação político-democrática tendente à culminação de um projeto político-identitário de socialização na América Latina. Para tanto,

primeiramente, tentou-se esboçar o quadro de uma busca político-identitária que expusesse os contornos de subjetividade presentes, histórica e socialmente traçados. Neste sentido, tinha-se, como certo, o acompanhamento reflexivo, que requer a questão da identidade, da busca de autonomia como via de irrupção da totalidade libertadora do sujeito. Logo, foi-se configurando um modo de ação política pactativa e democratizante, consoante os anseios de superação de um fazer político dispersivo e desvinculatório. Por fim, almejou-se descortinar algum panorama de possibilidade de enraizamento e dinamização dos mecanismos de auto-gestão e coesão democrático da Justiça Comunitária.

Os resultados que agora seguem são, em grande parte, fruto e elaboração teórica do trabalho de campo realizado na Colômbia. Tais investigações tiveram o intento de analisar e abordar diretamente algumas das práticas e experiências de Justiça Comunitária em andamento neste país. A pesquisa inclui, especificamente, a cidade de Medellín, Antioquia; o departamento de Santander; a cidade de Popayán e municípios vizinhos. Tal empreendimento contou com o suporte insitucional do Instituto Latino-americano de Serviços Legais Alternativos (ILSA), de Bogotá, quem propiciou a realização das pesquisas durante o ano de 2000 na Colômbia.

Nas diferentes cidades, contou-se com o apoio de organizações não-governamentais locais, investigadores e moradores das áreas visitadas. Em Medellín, a Corporação Região e o Instituto de Capacitação Popular facilitaram enormemente a aproximação com as mais diversas experiências de Justiça Comunitária, organizações de bairro e líderes comunitários, bem como com seus próprios profissionais, propiciando o material analítico de fundo para estas reflexões. Na cidade de Bucaramanga, ponto inicial do trajeto recorrido pelo departamento de Santander, agradece-se à organização Compromisso e à Fundação Democraneando. Neste departamento, foram várias as pessoas contatadas e a quem se deve agradecer pela informação brindada. De grande valor também foi o suporte dado pela

organização *El Común*, da cidade de San Gil. A Fundação para a Comunicação Popular (Funcop - Cauca), sobretudo por intermédio do investigador Carlos Ariel Ruiz Sánchez, possibilitou, em Popayán e em seus arredores, conhecer os processos de formação e fortalecimento do direito interno indígena.

Utilizou-se conjuntamente dos métodos de abordagem dedutivo/indutivo, procedendo-se comparativa e dialeticamente. À indispensável técnica de pesquisa da documentação indireta, através da busca de conhecimento na bibliografia pertinente, aliram-se fortemente as atividades da pesquisa de campo. Utilizou-se da modalidade de observação participante, antecedida sempre que possível pelo estudo referencial e informativo acerca do cenário visitado e baseada na interação humana e material, na obtenção de dados e no registro escrito através de fichas. Também se fez uso amplo da entrevista como ferramenta para escavar sob e além do que estava visível, procurando compreender em maior profundidade as situações observadas e o tema que se estava analisando. Além ainda do procedimento informal e facilitado da vivência cotidiana nos cenários estudados e com as pessoas relacionadas, o qual permite o trânsito mais tranquilo e naturalizado e a obtenção de pontos de vista novos e diferenciados.

Cabe ressaltar, enfim, que o material documental e empírico recolhido nestas investigações lograram converter-se no eixo construtor e responsável das formulações acerca das possibilidades de geração de um outro paradigma político-jurídico no âmbito da América Latina, que seja alternativa e proposta de emancipação para esta mesma sociedade.

O trabalho de dissertação encontra-se organizado em três capítulos. No capítulo inicial apresenta-se a questão do sujeito da Justiça Comunitária no entrelaçamento da busca de identidade latino-americana, através do que busca-se entender os propósitos e as estratégias de controle das ações políticas de cunho tradicional para então restabelecer-se outros horizontes paradigmáticos de uma teoria crítica das práticas e do saberes hegemonicamente apropriados.

No segundo capítulo abre-se um panorama do estado de ordens e deficiências na esfera político-jurídica latino-americana, colocando-o em diálogo com o modelo político-argumentativo de gestão da Justiça Comunitária. Terminando por apresentar suas configurações prática e representativa, passando por seu desenvolvimento legal e social no país em que foi observada.

No último capítulo, encerra-se, com uma série de descrições e apontamentos coletados das experiências comunitárias de tratamento e resolução dos conflitos, assim entendidas como mostras do modelo exposto da Justiça Comunitária. Onde analisa-se também, de forma sucinta, a modo de enfrentamento, as práticas brasileiras de ampliação e democratização do acesso à justiça, para chegar, por fim, à especulação à propósito da conformação de uma política da autonomia como contra-proposta de uma democracia mediacional para a América Latina.

CAPÍTULO I – JUSTIÇA COMUNITÁRIA NA COLÔMBIA: UM OLHAR ICONOCLASTA SOBRE A AMÉRICA LATINA

"Quando seu moço nasceu meu rebento não era o momento de ele rebentar, já foi nascendo com cara de fome, eu não tinha nem nome para lhe dar, como fui levando não sei lhe explicar, fui assim levando, ele a me levar, e na sua meninice ele um dia me disse que chegava lá, olha aí, olha aí. Olha aí, aí o meu guri, olha aí, olha aí que é o meu guri e ele chega. Chega suado e veloz do batente, traz sempre um presente para me encabular. Tanta corrente de ouro, seu moço que haja pescoço para enfiar. Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro. Chave, caderneta, terço e patois, um lenço e uma penca de documentos para finalmente eu me identificar, olha aí. Olha aí, aí o meu guri, olha aí, olha aí, é o meu guri e ele chega" (Chico Buarque, O Meu Guri).

1.1 Os sujeitos da Justiça Comunitária

A letra da canção acima referida sugere muitas relações com um dos entornos urbanos no qual se esteve mais intensamente imerso. Nos bairros pobres de Medellín, seus habitantes são protagonistas arquetípicos - mãe e filho - de uma estrutura sociológica aflitante.

O guri e sua mãe: par antitético, edípico e indissociável. Ele traz consigo a força, o poder, *dominado-dominante*, o que passa; ela, a temperança, a base, *dominante-dominada*, o que permanece, por trás, por todos os lados, mas não é onipresente, nem onisciente – categorias demasiado masculinizadas e racionalistas. Ele sim quer povoar todas as mentes, corações e espaços, embora quase sempre termine tragicamente em sua aventura protomítica.

Sua presença e imagem se desfazem e são rapidamente substituídas por outras – todos são intercambiáveis neste labirinto de *mimesis* e procura de identificação; menos a santificada mãe, posta, seja dito, numa posição hierarquicamente acima e à parte das irmãs, namoradas e esposas. Sacralização materna ocorrida em decorrência da ausência da figura paterna, a qual permitiria cumprir a função de interdição do desejo e instituir a Lei¹. Fala-se da mãe como personagem ideificado, já que em seu lugar podem estar não propriamente elas, biológicas e genitoras; no mesmo posto encontramos também as avós, uma encarnação em segundo grau da orfandade e ausência sentida por aqueles a quem lhes coube o mundo como abrigo, neste caso nada muito além dos limites da casa, da rua e do bairro.

Dominado-dominante e dominante-dominada. Ele, aplastrado desde o nascimento por sua situação social, encontra poucas portas de saída; o labirinto da vida é bastante intrincado – simbólica e materialmente; por isso e apesar disso ele é levado, forçado a demarcar seu domínio, seu território de expansão. Ela, de quem se espera entrever-se alguma resposta, esperança, ao menos algum alento nas horas piores, é, pela mesma via, mas num sentido inverso, colocada à prova para não sucumbir, resistir e solidarizar-se. Ambos regem-se, no fim, pela corrente. Como diz a mãe na canção: “fui assim levando, ele a me levar”.

Mas deve haver por onde sublimar; então ela declara redentoramente: “e na sua meninice ele um dia me disse que chegava lá”. Este substantivo, “meninice”, assim utilizado, traz embutido uma certa esperteza, sagacidade, estilo pessoal, forma de contornar ou transpor uma situação. O qual parece bastante apropriado para fornecer algumas pistas no labirinto identitário do ser latino-americano. Ser altamente plástico, adaptável, aberto, às vezes correndo o risco de perder-se, transformado em verdadeiro palimpsesto – inscrito, apagado, reinscrito.

¹ Cf. KORGI, Sylvia De Castro. Del nombre-del-padre al nombre del sujeto. In: *Palimpsesto*. Revista de la Facultad de Ciencias Humanas – Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 2001. N. 1, p. 152.

Mas não se trata de escapar do labirinto encubrendo-o ou deixando-se perder nele, nem muito menos recorrendo a uma deformação romântica e idealizada não raro entrelaçada a uma convicção pseudotransformadora de rebeldia. Vale, sim, contabilizar, muito seriamente, o quanto da encruzilhada do labirinto identitário encontra seus restos depositados na encruzilhada da função paterna, mais propriamente, na não-simbolização do Pai instituidor da Lei, ou de qualquer tipo de letra que possa cumprir uma função pacificadora².

Se algo se pretende sugerir com estas indagações, como proposta intelectual que se liga ao universo político-argumentativo da Justiça Comunitária, vincula-se umbilicalmente com o intento de reconstituir o sujeito histórico das transformações na América Latina e de reconstruir seu projeto no contexto de condições mutantes e modificadas³.

Por isso a proposta da colocação em cena do sujeito – identidade eu-nós que luta para lidar com um contexto de opressão. Tendo-se em conta, é claro, que não se trata do reerguimento de um sujeito plenamente realizado acerca de sua existência e sua consciência. Visa-se, isso sim, ao sujeito reflexivo da interpretação e da busca de reapropriação de sua concretude, distante das ilusões da consciência, que se assume conjuntamente enquanto ser que existe, na apodicticidade do cogito cartesiano, e como questão aberta quanto ao que é e pode vir a ser⁴. Por isso, para Paul Ricoeur, uma filosofia atual do sujeito deve ousadamente, propor-se como uma hermenêutica do “*existo*”:

Dessa maneira, somente, podem ser vencidas a ilusão e a pretensão do *Cogito* idealista, subjetivista, solipsista. Só essa hermenêutica do *existo* pode envolver ao mesmo tempo a certeza apodíctica do *penso* cartesiano e as incertezas, e mesmo as mentiras e as ilusões do si, da consciência imediata. Só ela pode manter lado a lado a afirmação serena: *existo, sou* e a dúvida pungente: *o que sou eu?*⁵.

² Cf. Ibidem, p. 151.

³ Cf. RODRÍGUEZ, Renato. Prólogo. In: DUSSEL, Enrique. 1492 – *El Encubrimiento del Otro (Hacia el Origen del “Mito de la Modernidad”)*. Santafé de Bogotá: Antropos, 1992. Pp. 7-9 (trad. nossa).

⁴ Cf. RICOEUR, Paul. A questão do sujeito: o desafio da semiologia. In: *O Conflito das Interpretações: ensaios de hermenêutica*. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1978. Pp. 205-206.

⁵ RICOEUR, Paul. Op. Cit., p. 223.

Questão esta que a psicanálise toma como inspiração e recoloca, no pensar de Kehl, sobre as bases de um cartesianismo às avessas – “Penso onde não sou; sou onde não penso”⁶. O sujeito de uma possível ética psicanalítica é o sujeito da dúvida, contrário ao apego cego e obsessivo pelas certezas imaginárias que regem seu mundo inconsciente⁷. É no entrelaçamento dessas certezas e incertezas do ser do sujeito que, se acredita, pode-se ir tecendo diferentes redes interpretativas e de comunicação, através das quais serão instruídas novas formas de existir e se comportar na individualidade e no grupo⁸.

No mais, acena-se com a Justiça Comunitária, modelo propositivo e prático de gestão comunitária dos conflitos e elaboração consensualizada da justiça. Vista como possibilidade reconfiguratória, através do exercício autónomo-comunitário, da esfera político-jurídica contemporânea. Ademais, espaço de posicionamento do sujeito como ente transformador de seu entorno e questionador de sua existência. Um possível ser individualizado no presente e consciente de sua história. Disfrutando de coerência individual e coletiva alicerçada sobre uma experimentação político-identitária livre, nem por isso imune às contradições, porém, mais solidamente estruturada para deparar-se com as encruzilhadas de seu processo sócio-histórico permanente.

1.2 A busca político-identitária

Na Babilônia desvairada as éticas, as ordens confundem-se, alternam-se, criando uma instabilidade e uma elasticidade muito grande no mundo sócio-político, gerando,

⁶ KEHL, Maria Rita. *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. P. 124.

⁷ Cf. Ibidem, p. 125.

⁸ Cf. RICOEUR, Paul. Op. Cit. , p. 223. Em resposta à forma de uma filosofia reflexiva para o futuro, ele responde: “uma filosofia reflexiva que, tendo inteiramente assumido as correções e as instruções da psicanálise e da semiologia, tome o caminho longo e indireto de uma interpretação dos signos, privados e públicos, psíquicos e culturais, onde vêm se exprimir e se explicitar o desejo de ser e o esforço para existir que nos constituem” (p. 223).

por conseguinte, um movimento intenso de busca em direção afora, produzindo, por fim, um discurso estranho, pelo fato de que sus referentes culturais e identitários são grosseiramente irrefletidos e compulsivamente inculcados – absorção, incrustação de tudo e do mais variado no palimpsesto da identidade latino-americana. A imagem refletida no espelho não coincide com a do sujeito que busca se reconhecer. No lugar do vazio, do não-saber e da culpa instaurados pela conquista foram sobrepondo-se figuras e personagens alheios.

Depara-se assim, com o nó central (vertente em direção a qual cruzam-se os pensamentos) e, ao mesmo tempo, fonte subliminar (por si mesma uma constante devir-ser nem sempre exposta explicitamente) orientadora deste trabalho. Trata-se aqui do lugar do sujeito, mais especialmente, o ser (ou devir-ser) latino-americano. Para logo se colocar a pergunta um pouco inclemente, mas inevitável, acerca de quem é este sujeito. Sujeito feito de ambigüidades, *mimesis* e “inadequações” produzidas a partir de sua “origem” e lhe constituem. A questão da identidade latino-americana – tenha as peculiaridades que tiver – parece realmente merecer a inquietude que o professor Gabriel Restrepo se coloca quando trata de pensar o que significa ser mestiço. Diante da indagação, o sociólogo colombiano justifica seu desassossego “na fusão de um problema objetivo, o da mestiçagem como instituição problemática da nossa história, com o inevitável – mas às vezes tão posto à margem – da interrogação subjetiva”⁹.

Esta busca da “identidade latino-americana”, como esforço de recomposição das representações culturais imperantes interessa-nos aqui pelo par que estabelece com a investigação das representações políticas. Ambos modos de (re)imaginar e (re)arquitetar a experimentação política e cultural vão entrelaçar-se numa (re)conformação político-identitária que, se imagina, deve ser a base para transformações profundas e decisivas na esfera político-

⁹ RESTREPO, Gabriel. *La Alquimia del Semen – Nuevas Vueltas sobre la Esfinge del Ladino*. Bogotá, mayo 21 – junio 14 de 1999. (No prelo) P. 3, (trad. nossa).

jurídica e na experimentação democrática. Restrepo em sua agudez visceral anuncia, neste propósito:

(...)a letra não basta para mudar as regras do jogo do poder público se o espírito segue igual. Para isso são necessárias transformações políticas e culturais. Umas e outras dependem do modo como se exerçam as representações, pois existe paralelismo entre representação política e representação cultural¹⁰.

Por isso, mais que uma etnografia narrativa, haveria que se avançar numa cartografia dos sentidos, imaginários, valores, códigos sociais e morais existentes. O que sugere, ademais, um olhar que, para além do superficial, seja uma incursão para dentro e para abaixo no complexo labirinto identitário latino-americano, que permita ver o que está por detrás da imagem – os efeitos, ademais de reconstitutivos, podem ser profundamente libertadores e produtores de uma catarse político-social construtiva. Tarefa esta que exige a difícil, porém necessária, responsabilidade ética do sujeito por suas ações e as conseqüências do seu inconsciente, “pelo estranho que existe em nós, age em nós e com o qual não queremos nos identificar”¹¹.

No labirinto da identidade importa, pois, o que se possa gerar de mudança ao nível dos processos psico-sociais de representação imaginária, para daí aceder às conexões infralinguísticas implicadas nos discursos e nas práticas culturais. Se por detrás de cada prática encontram-se dispositivos de poder, muitas vezes simbólicos e não-explicitos, dever-se-ia tentar extrair dos discursos que lhe sustentam o conteúdo do não-dito, do que se oculta, do que se proíbe e do qual se envergonha.

¹⁰ RESTREPO, Gabriel. *La Esfinge del Ladino – El Iconoclasta y los Imaginarios*. In: COLLAZOS, Oscar et alli. *Arte y Cultura Democrática* Bogotá: Instituto para el Desarrollo de la Democracia Luis Carlos Galán, 1994. P. 162 (trad. nossa). Ademais de crer que um sistema político que exclua a repressão deva estar organizado sobre o consenso e o dissenso representado pelos mais distintos e opostos interesses, Restrepo defende com igual sentido a fundamentação cultural da democracia por entender que dos imaginários coletivos dependem as noções de lei, ética e solidariedade.(cf. p. 163).

¹¹ KEHL, Maria Rita. Op. Cit., p. 32.

Este processo, que antes de tudo é auto-reconhecimento, requer voltar-se à história e ao passado – não como atividade meramente especulativa, mas com o sentido de recompor os caminhos, as marcas e as fissuras não-resolvidas. Este re/conhecimento permitirá também gestionar mais reconciliadamente – e atuar reconstrutivamente perante – os resultados históricos e evitar o ressentimento ou triunfalismo que podem ter-se sedimentado individual e coletivamente. Ao modo de uma análise terapêutica, tenta-se desatar o nó górdio da “neurose” instalada que oscila eternamente entre o “par fálico-castrado, em que um pólo é invejado e temido e o outro é desprezado e rejeitado”¹². Justamente o nó górdio que precisa ser desatado frente à busca de uma identidade latino-americana situa-se no passado. Passado este que, como diz Restrepo, causou “a ferida, a cisão, a castração inicial, a alienação fundamental” que não poderão fechar-se nunca, situando-se no futuro “a possibilidade de uma redenção, certa apenas em tanto que, por alguma graça e esforço, possam trocar-se o ressentimento por reconhecimento, a dívida por reparação e a violência excessiva contra outros por justiça”¹³.

É fato, por outro lado, que a incursão crítico-histórica nem sempre é um pressuposto aceito sem discussão. Veja-se o caso, por exemplo, da forte e congregadora presença da igreja católica entre as mais diversas populações do continente latino-americano. Apesar de que a crença cristã e católica é ainda hoje o grande suporte moral que transpassa todas as camadas sociais, chama a atenção a forma como determinados grupos étnicos ou raciais (que histórica e culturalmente possuem uma crença religiosa específica e até mesmo contrária à religiosidade cristã) recorrem e são interpelados pela estrutura material e simbólica da fé cristã e seus cultos religiosos (ao menos é a impressão que se tem, já que estes atos podem estar revestindo uma prática de integração social sem muita real interiorização).

¹² Ibidem, p. 142.

¹³ RESTREPO, Gabriel. Op. Cit. 1, p. 5, trad. nossa.

Diante do que parece desculturação e concessão à cultura ocidental hegemônica, possíveis sintomas da falta de uma crítica reflexiva sobre a história, há quem diga que conhecer o passado pode ser muito dolorido e que o efeito libertador advindo pode não ter muito sentido¹⁴. Concorde-se que essa liberdade, considerada assim, ontologicamente, pode ter um sentido precário se não estiver dentro de um contexto efetivo de reivindicação político-cultural, o qual, do mesmo modo pode ter seus limites nos canais permanentes de hibridação social.

Os limites talvez mais incrustados, surgidos a partir da colonização, expressam-se pelas vias de resistência e sobrevivência erguidas pelos colonizados. É pensando assim que, Restrepo, ao invocar a submissão mimética, o retraimento, a contrasedução (carnaval, música, comida, amor), o relaxamento e o reconhecimento pela guerra, indaga se estas não seriam formas de expôr a ausência causticante da palavra, meio capaz de transformar o que se produziu originariamente como incisão mortal em expressão vital¹⁵.

1.3 A máquina do social

Dada a questão exposta anteriormente, passa-se a perguntar a partir de que marcos epistemológicos e culturais e com que sentidos deve-se pensar a efetivação da liberdade, que dentro de um projeto de organização política da sociedade relaciona-se com o exercício mais

¹⁴ Refere-se aqui às considerações do sociólogo e promotor cultural Carlos Ariel Ruiz Sánchez, conhecedor da realidade das populações indígenas da região andina do departamento do Cauca, na Colômbia, e investigador da Fundação para a Comunicação Popular, em referência ao espanto relatado ao presenciar-se um índio guambiano, vestido com seu traje típico, esperando numa fila parar tomar a comunhão numa missa católica. Quem, apesar de conhecer as dificuldades para o estabelecimento de uma identidade étnica, entende necessário “Repensar as chaves da integração social e da unidade nacional, procurando harmonizar propósitos dissimiles em permanente tensão como: a defesa e promoção da diversidade; outorgamento e reconhecimento das autonomias coletivas e culturais; a redistribuição das competências e das porções de poder, entre outros, o que implica relaxar as estruturas centralizadas de controle, promover a organização da sociedade e ter capacidade de agenciar consensos básicos essenciais para que esta (a sociedade) amplie a capacidade de autorregulação” (SÁNCHEZ, Carlos Ariel Ruiz. *Multiculturalismo, etnicidad e cultivos ilícitos*. Popayán: FUNCOP, 2000. P. 15, trad. nossa).

¹⁵ Cf. RESTREPO, Gabriel. Destino, deriva, designio. In: *Palimpsesto*. Revista de la Facultad de Ciencias Humanas – Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 2001. N. 1, p. 144-145.

amplo da democracia, outra rede de armadilhas práticas e discursivas em que se cai ao tratar de criar autonomia e emancipação a partir de situações de exclusão social e marginalização político-jurídica.

Retomando, pois, o auto-reconhecimento e o conhecimento reflexivo histórico como ferramentas que podem propiciar mudanças significativas ao nível dos processos psico-sociais de edificação imaginária do social, passa-se a especular sobre quais seriam as estratégias concretas do trabalho de (re)construção político-identitária no contexto de sociedades latino-americanas.

Se pretende-se, de algum modo, contribuir teoricamente com algo novo, tão pouco se pode dizer que já não se tenham experimentado metodologias e pedagogias que, por um viés ou outro, desejam dar vazão a e explorar novas formas de configuração do social.

Sem dar muitas voltas, admite-se o estranhamento causado por muitas das estratégias de ação através das quais se tem realizado os trabalhos de base comunitários – oficinas, capacitações, organização, promoção e mobilização, para citar alguns¹⁶.

Os modos perseguidos para a criação de uma suposta base social, fundamento de sustentação da organização e das reivindicações dos grupos sociais, suscita o questionamento sobre o que constituiria, em realidade, essa “base social” e se não seria outra forma de anunciar “construamos nosso templo e cuidemos de nossas ovelhas”. É possível que se esteja super-ideologizando o conteúdo destas ações, mas não se pode deixar de sentir o peso que carregam estas expressões emblemáticas, que sempre serviram de panegírico das lutas sociais, e que por serem propriamente “lutas sociais”, com todo o sentido sociológico de transformação que possuem, quase sempre contam com uma prévia aprovação social e moral.

¹⁶ Vale ressaltar que as considerações feitas a respeito dos trabalhos comunitários, bem como da estrutura geral de comportamento das organizações não-governamentais em relação a outros grupos de ação social estão plantadas majoritariamente sobre a experiência colombiana, o que, se crê, não impede que se estendam as observações para outros contextos geográficos, tais como o restante de países latino-americanos que compartilham, com suas nuances próprias, arquiteturas político-institucionais similares.

Não seria conveniente nem se deseja pôr em dúvida a seriedade e a riqueza sociológica de ditas lutas, porém, crê-se que seria bastante proveitoso por agora refletir sobre os métodos de autonomização frente a uma situação de dominação e conflito, empregados pelos grupos sociais organizados.

Ao referir-se a grupos sociais organizados pensa-se em todos aqueles grupos humanos que, partindo de algum projeto e de uma direção e possuindo alguns objetivos e finalidades a cumprir, atuam em prol da satisfação de bens materiais e/ou simbólicos (no caso destes últimos, movimentos que reivindicam, por exemplo, o reconhecimento de sua diferença e identidade, como os homossexuais, os grupos feministas e os indígenas).

Na Colômbia – o que, aliás, se reproduz em tantos outros países latino-americanos –, muitos destes grupos contam com o apoio logístico e intelectual de outros grupos sociais, organizações de segundo (as organizações não governamentais) ou terceiro grau (como são as agências de financiamento), nacionais e estrangeiras. A distinção de ditas organizações dá-se basicamente pelo tipo de atuação, alcance e participação de cada qual sobre uma determinada área, população ou grupo específico¹⁷.

Num primeiro grau encontram-se as diversas manifestações de agrupamentos comunitários, as associações de moradores camponeses e urbanos, de trabalhadores, de jovens, de mulheres, da terceira idade, enfim, grupos étnicos, raciais, culturais ou de qualquer outra índole quando se apresentam organizados, mas que contam com uma estrutura organizativa primária ou escassa.

¹⁷ A respeito do fenômeno das ONGs na América Latina ver: GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 1997. Capítulo 2. Sobre as características, especificidades e peculiaridades teóricas dos movimentos sociais latino-americanos, consultar da mesma autora o trabalho *Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997. Capítulos VI e VII.

Existem também, entre estes grupos, organizações não-governamentais de tipo comunitário que, semelhantemente ao estilo das organizações não-governamentais tradicionais (consideradas de segundo grau), possuem uma estrutura organizativa avançada e canais de financiamento para seu manutenção e a realização de projetos, com a diferença substancial de estarem diretamente vinculadas à comunidade onde estão estabelecidas.

Num segundo grau estão, grosso modo, a grande parte das organizações não-governamentais nacionais e internacionais. São instituições localizadas fora do aparato político-estatal (de forma que os partidos políticos não estão incluídos) mas que exercem funções de caráter público e sem ânimo de lucro. Contam com níveis organizativos, em geral, avançados (com distintas gradações), sendo suas principais atividades elaborar e implementar projetos sociais financiados por recursos originados de organismos governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiros. Ademais de prestar serviços de assessoria, sistematizar informações e realizar investigações ligadas a sua área de atuação. Seu funcionamento e lógica central estão – sobretudo nas organizações ditas “ativistas”, que realizam trabalho de base continuado – ligados aos primeiros grupos mencionados, por serem esses os beneficiários principais de seus projetos.

Num terceiro grau entram as instâncias de suporte financeiro das organizações atrás mencionadas. Estão representados pelas agências e organismos (governamentais e não-governamentais) nacionais e internacionais que mantêm uma política de cooperação financeira com as organizações que agenciam e executam projetos sociais. Estes grupos financiadores podem ter uma atuação dirigida a um espaço geográfico específico (caso das agências especializadas em sustentar projetos para a América Latina ou uma região determinada), em parcerias que podem extrapolar o nível da cooperação financeira para influenciar na direção e desígnios dos projetos.

1.4 A propósito de uma teoria crítica alternativa

Dado o que se havia comentado a respeito dos caminhos a seguir para a realização de um projeto de autonomização social, é pertinente indagar-se sobre os sentidos e modos da ação. Ação esta que se propõe a empreender uma modificação ou melhoramento de uma situação dada, tendo em vista o acréscimo de emancipação social pelas vias política, econômica ou jurídica.

Dentro dos países pobres, atravessados que são por uma multiplicidade de conflitos e choques históricos não-resolvidos, fazem presença constante, com maior ou menor intensidade num período ou outro, grupos que, estando em alguma medida excluídos do sistema hegemônico de inserção econômica, social e política, vão buscar os meios de sobrepassar esta marginalização. O mais comum como resposta é que se forme um processo reivindicativo e de proposição de alternativas. Neste sentido, ao sentir que lhes falta capacidade e ferramentas para obter o êxito pretendido, os grupos comunitários encontram (por iniciativa sua ou externa) fora de seu entorno os meios para satisfazer suas demandas de transformação social.

Pois bem, sem pôr em questão a idoneidade dessas instituições de suporte (generalizadas na forma de organizações não-governamentais), vale à pena reflexionar acerca das ações que têm impulsado, para então analisar o que se realiza e como, em termos de práticas sociais comunitárias.

Pode-se entender as organizações não-governamentais (ONGs) como catalisadores sociais. Ou seja, agentes propulsores, em diferentes níveis de comprometimento e atividade, do incremento da constituição organizativa comunitária.

Além da contribuição material importante – em equipamentos, espaço físico e meios para a constituição organizativa – o que talvez represente o aporte mais contundente refere-se

ao *manejo teórico-conceitual*, também entendido como “empoderamento social”, neologismo sociológico relacionado à capacitação intelectual e organizativa propiciada pelos profissionais das ONGs às comunidades.

Para tanto, realizam-se oficinas, cursos, seminários, assessoramento, reuniões de debate e discussão e outras atividades que gerem um aumento no grau organizativo e de consciência comunitária. Bem, e que pode haver de errado nisso? Por quê não exaltar esses processos e agradecer enormemente às ONGs por cumprir com seu papel cidadão? Pois o que se percebe como equivocado e fora de foco são precisamente os meios utilizados para chegar-se aos fins desejados. E neste sentido parece que estão invertidos os campos estratégicos da ação.

Se o que se pretende com a ação organizativa comunitária é, em última instância, transformar uma realidade com o fim de gerar mutações, diferenciações qualitativas que conduzam a processos de autonomização com construção de identidade própria e auto-reconhecimento dever-se-ia olhar primeiramente para o lugar do sujeito, e então passar a compor a partir dele próprio. Disparando assim mutações, que vão provocar ações e vice-versa e continuamente. No entanto, estas ações terão já outro tom. Ditas mutações, situadas num piso, digamos, microsociológico, acarretam desdobramentos psico-cognitivos e emocionais nos sujeitos individuais que, quando organizados, agem numa outra sintonia epistêmica¹⁸, encaminhada a mudanças que vão repercutir na esfera macrosociológica com efeitos mais profundos e construtivos.

¹⁸ Darío Botero Uribe propõe uma nova episteme para o paradigma filosófico da América Latina, baseada na “não-razão”, a qual ele entende como” a forma teórica ou prática que busca a realização pulsional erótico-afetiva e lúdica dos indivíduos “(Una nueva Episteme: El paradigma razón, no-razón. In: *Revista Politeia*. Facultad de Derecho y Ciencias Políticas, Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, Ns. 23-24 – 1999. P. 266, trad. nossa).

De tudo isto, é possível desprender-se importantes considerações a propósito da construção de uma nova episteme, que sustente uma teoria crítica alternativa e que, por conseguinte, sirva para pensar um projeto político-cultural para América Latina e contemplar o plano da vida de seus habitantes. Onde se possa afirmar, enfim, um espaço social em que os diversos campos de regulação encontrem terreno propício à experimentação político-jurídica comunitariamente gestada, a qual também pode receber o nome de Justiça Comunitária.

Urge, portanto, pensar no sujeito esquecido pelas teorias sociais que, junto com a história, passaria a configurar uma epistemologia sincrética; num movimento de construção (tarefa da antropologia) e desconstrução (tarefa da arqueologia) históricas com vistas ao sujeito (canal de circulação dos aportes recondutores e recriadores da psicanálise e da investigação filosófica). Tornando possível o surgimento de um pensar mais dúctil – sem ser dócil e condescendente – que facilite o diálogo mais direto com o sujeito real, através de uma interlocução aberta – sem medos – e (re)construtiva com a ética e a estética¹⁹.

Desenvolvendo-se, assim, uma razão mais sensível, enquanto que a sensibilidade torna-se mais razoável. Aproximando o conhecimento de suas fontes materiais e humanas; anulando as fronteiras entre poder e saber; tecendo outras formas de construir o social e o científico. Reordenando os discursos e as práticas, para não apenas se colocar os sujeitos como atores diretos e responsáveis, mas também para trazer da distância “o outro”. Sobretudo aquele outro constituído como inimigo mítico e ideológico, a partir de quem se constroem, com frequência, as concepções que ordenam os discursos e as práticas. Transformando, enfim, o ressentimento de vítima em (auto)reconhecimento do sujeito auto-instituidor. Já Nietzsche havia alertado sobre os perigos do ressentimento imobilizador²⁰.

¹⁹ Cf. RESTREPO, Gabriel. Op. Cit. 2, p. 164.

²⁰ Cf. NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Pp. 28-31.

Há que buscar, pois, a leveza contra o aborrecimento. Que pode ser vão se cheio de preocupação e ódio. Enquanto que aquela pode causar a liberação de uma pena histórica inscrita na alma. Pena inconsciente de um abandono, de uma semi-orfandade originária que, por uma hipótese de libertação projetada, imprime a culpa redentora nos salvados.

Dando a devida atenção a essas fissuras do imaginário coletivo e nos respectivos remendos com os quais se engendra a identidade, entende-se melhor porque não se pôde ainda construir das cinzas um projeto político adequado.

Esta identidade, tão cheia de mimetismos e incrustações, encontra-se na encruzilhada de um labirinto. Ou melhor, na maioria das vezes não se encontra, segue simplesmente sendo, quase na forma de uma elegia à improvisação. Retomando em visão histórica o peso instituidor de processos simbólicos de formação da identidade latino-americana e dos imaginários que a constituem, contemporiza Restrepo:

A imagem já não vale em si mesma, pois sempre alude à imagem do Amo. (...) O espelho, artefato que reproduz de forma igual o sujeito que se situa frente a ele, é agora o meio para induzir uma mimese, prévia à exposição de uma falta e à indução dessa inveja que se aninha nela.

O espelho, que mostra sempre uma silhueta em todo seu contorno, indica, pelo enquadramento do olhar, uma carência, fissura, cisão, corte radical, sinalizada pela aparente perfeição do dono do poder mágico do espelho. (...) o foco encontra-se fora²¹.

Justo pela necessidade reconstitutiva de trazer-se o foco da identidade para dentro que se situa o apelo ético e político do lugar do sujeito. Somente o sujeito restituído à condição de ator e autor de seu presente – “antes de mais nada, o autor de sua própria fala”²², unindo passado e futuro, pode relacionar, de forma direta e insubstituível, seu mundo

²¹ RESTREPO, Gabriel. Op. Cit. 1, p. 34.

²² KEHL, Maria Rita. Op. Cit., p.135.

subjetivo e os fatores externos numa dialética reconstrutiva de sua história e reposicionadora de sua identidade.

A ação política não pode mais estar a serviço do progresso da sociedade e em desacordo com tudo aquilo que foi expurgado pela faceta predominante da modernidade, associada à generalização de determinados princípios e interesses comuns e à massificação dos modos de vida, presente tanto nos sistemas liberais, republicanos e socialistas. Motivo por que hoje se anseia, através de um movimento de recomposição democrática, um sentido mais equilibrado entre o que se vive na esfera pessoal e o que se experimenta de reflexo na vida pública, como considera Touraine:

O próximo, o pessoal, o afetivo, o erótico, o imaginário, rejeitados para o mundo inferior das paixões e das tradições, reaparecem, não para se vingar da racionalização e eliminá-la, mas para acrescer sem pausa a diversidade e a complexidade de nossas experiências e de nossos modelos de sociedade e de cultura²³.

Com estas reflexões, passa-se a expor algumas digressões de cunho político-teórico, intensionando lançar proposições instigativas para a ação prática e de aplicação no mundo fático. O que se propõe, resumidamente, é uma inversão dialética das bases teóricas das ações político-democráticas. O que significa, em termos concretos da metodologia, reformular as bases da ação com vistas à *mutação* e passar da *inculcação* à *interiorização*. Entende-se que um processo social de criação autêntica de autonomia pessoal e coletiva só pode partir daqueles meios estratégicos em o sujeito seja concebido como ponto de enclave, de saída e entrada dos elementos da ação, por onde transpassam, obrigatoriamente, os métodos e os objetivos dos projetos consignados a alavancar espaços de reprodução social democrática.

²³ TOURAINE, Alain. *Igualdade e Diversidade. O sujeito democrático*. Trad. Modesto Florenzano. São Paulo: Edusc, 1998, p. 98.

1.4.1 Ação e Mutação

Entende-se-lhes como duas ordens, ao mesmo tempo, opostas e conjuntas. Colidem-se por natureza, porém em sua materialização caminham juntas, assim que se complementam. Poder-se-ia compreendê-las em sua significação essencial, respectivamente, pelas idéias de atividade e alteração. Imageticamente, se localizariam entre o visível e o invisível, o superficial e o profundo. Interação entre si e influenciam-se reciprocamente. E mais que isto, são causa e consequência sucessivas e simultâneas uma da outra.

Observando mecanicamente o que ocorre, independentemente de uma apreciação específica e qualitativa, a partir do momento em que uma ação é posta em ação (perdôe-se o pleonismo) são potencializados os efeitos mutacionais que podem ser gerados. Enquanto que as mutações são responsáveis pela produção acional. O que se quer expressar é que, num nível funcional, o que se percebe, à primeira vista, são espécies de conexões transmissoras mais ou menos eficazes. Ou seja, para qualquer ação há sempre um equivalente (ainda que mínimo) de mutação produzida; e toda mutação é sempre, de algum modo, co-produtora (juntamente com outras condições materiais e subjetivas) de ações.

Avançando-se teoricamente na análise – a qual se crê que, metodologicamente, é apenas possível através do contato direto com experiências/projetos de ações práticas em alguma esfera de desenvolvimento comunitário – e depurando-se os sentidos do que é produzido pode-se se dar conta de outras variáveis interpostas e sobrepostas que animam e confluem-se na ação e na mutação.

O que costuma acontecer na ordem fática é que a ênfase prática dá-se sobre e a partir da ação. Então já se admite que sim pode haver uma ênfase prática (de índole objetiva) sobre e a partir da mutação (de índole subjetiva). E ainda, que esta ênfase prática, quase sempre, se centra em si mesma e aí termina. A ação é meio necessário e indispensável, sem a qual nada

se projeta no mundo. Sem ação não há ação (em termos do que move, do que impulsiona para que as coisas aconteçam).

No entanto, as ações mesmas podem dar-se por outras estratégias, com outros fins e outras buscas, tanto mais mutacionais quanto empreguem métodos, formas e pedagogias de autonomização a partir de meios proclives à interiorização e à superação do dualismo sujeito/objeto que tem presidido a racionalidade moderna. Estas aberturas epistemológicas, crê-se, podem render promissores atalhos de exploração recreativa da ação político-democrática, envolvendo desde o mundo sócio-linguístico e as propriedades cognitivas de entendimento da realidade até os contornos concretos de um projeto argumentativo de socialização.

O que se pretende insinuar é uma nova experiência da ação, “reencantada” pela materialidade brutal da vida, capaz de restituir o prazer, a emoção, a paixão, a retórica, todos os atributos do que está próximo e latejando a um estatuto privilegiado de conhecimento da realidade²⁴. Assim que se concebe a mutação a partir da recondução destes fatores transformadores à ação. E na medida em que esta última passa a produzir efeitos positivos na esfera de autonomia do sujeito. Deste modo, a sociedade deixa de ser a matriz de condução dos comportamentos pessoais e coletivos para ser um lugar de encontro de individualidades reforçadas em sua autonomia²⁵. Já não uma autonomia reduzida ao espaço enquadrado e regulado do sujeito cidadão, mas uma autonomia transcendida à condição de sujeito criador e autor²⁶.

A ação-mutação, resultante dialética do processamento de uma verdade, necessita, para que o processo se inicie e se desenvolva, de um sujeito. Sujeito que irrompe e se constitui no mesmo momento de um acontecimento que lhe faz surgir uma nova maneira de ser e de

²⁴ Ver SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 3 ed. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2001. Pp. 114-116.

²⁵ Cf. TOUTAINE, Alain. Op. Cit., pp. 105-109

²⁶ Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. Cit1, pp. 76-77.

agir na situação. A este efeito de fidelidade que um evento provoca como ruptura numa ordem anterior denomina-se “ação-mutação”. Conforme assegura Alain Badiou, pensador desta trajetória de cruzamento da verdade e do sujeito, “Os processos fiéis de verdade são rupturas imanentes, a cada vez inteiramente inventadas. Os sujeitos são ocorrências *locais* do processo de verdade (‘pontos de verdade’)”²⁷. Badiou chama de “consciência subjetiva” este esforço de resistência com o qual o sujeito diferencia-se do animal humano e envolve-se num processo de verdade.

Desta forma, postula-se a crença no caráter político-filosófico de um processo de verdade contemplado pela “ação-mutação”. Residindo na “ação” a perseverança do ser que luta com todas as suas forças para se manter, e na “mutação” o que se desdobra como excesso de perseverança, o qual deve ser preservado para que o sujeito mantenha-se em sua consciência subjetiva²⁸. É, pois, através da determinação de um sujeito que persevera para preservar seu excesso de ser, que conferimos à ação-mutação a função de estratagema político-democrático de renovação política e afirmação contínua de um fazer-se sujeito, propulsor de novos saberes e modos da ação.

Daí a pertinência de falar-se de uma inversão dialética do sujeito, pela qual este seja mais que o horizonte para o qual se referenciam as ações e configure-se no eixo político-filosófico que dá sentido e outorga validade a estas.

1.4.2 A inversão dialética do sujeito

O novo roteiro epistemológico pretendido, contributo à execução das ações, baseia-se

²⁷ BADIOU, Alain. *Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras*. Trad. Emerson Xavier da Silva e Gilda Sodré. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. P. 111.

²⁸ Cf. BADIOU, Alain. Op. Cit., pp. 112-113. Ainda arremata o autor: “‘Faze tudo o que podes fazer para preservar o que excedeu tua perseverança. Persevera na interrupção. Captura em teu ser o que te tomou e arrebatou’” (p. 113).

conceitualmente na inversão dialética do sujeito. Dito conceito alude à inversão dialética das bases teóricas que orientam as práticas de criação autônomo-comunitárias. Essa inversão defende a troca de lugar e importância do sujeito para elevá-lo a uma certa posição de ousadia estratégica. Quer dizer, o sujeito, que até então foi, preponderantemente, o receptor – com doses maiores ou menores de participação e interferência – passaria a ser ator ativo, ao mesmo tempo que fonte material (objeto) das ações. Deve-se ter aqui em conta o conceito de autoria que lança Santos para compreender-se corretamente este sujeito-ator. Diz ele:

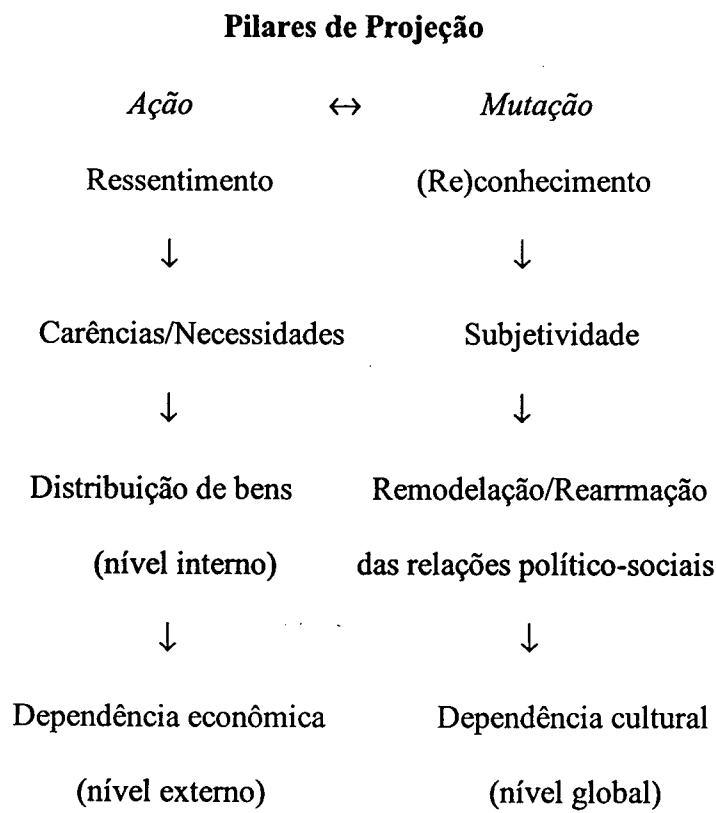
O conceito de autoria resiste à distinção entre sujeito e objecto sem renunciar à dimensão activa do sujeito. O autor é o originador, por muito discutível e secundária que a sua originalidade possa ser²⁹.

Poder-se-ia afirmar que essa não-separação entre o sujeito e o objeto é o que por fim se projeta pela inversão dialética do sujeito. O sujeito que havia sido concebido como base, torna-se a força propulsora e controladora das mesmas ações pensadas em seu benefício. A inversão possibilita, pois, um maior agenciamento e gestão da ação por parte dos sujeitos. Dentro de uma lógica dialética pode-se realizar um intercâmbio de racionalidades, pelo qual se realiza um diálogo construtivo entre razão prática e subjetividade experimental.

Através de um esquema vertical dual, é possível delinear um esboço das

²⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. Cit 1., pp. 92-93.

possibilidades de autonomização alicerçadas nos pilares de projeção correspondentes às idéias-conceito propostas da ação e da mutação:



Esquemáticamente, as idéias-conceito da ação e da mutação estão dispostas como pares antagônicos, que, no entanto, também se aproximam e se complementam. Radicalizando a oposição, elas levam a modelos de projeção da autonomia bastante distintos; levando-se em conta que o pilar baseado na ação possa igualmente ser suporte válido de autonomização, já que, na forma esquematizada, ação e mutação são apresentadas como dois extremos de possibilidades teórico-práticas de desenvolvimento comunitário.

Seguindo o sentido vertical do esquema, o pilar da ação apresenta como equivalente anímico-motivacional o ressentimento. O fato de ressentir-se com uma privação e uma falta é o que provoca um movimento de preenchimento das carências e satisfação das necessidades sentidas. Este movimento deve acarretar uma redistribuição de bens com vistas a lograr

parâmetros mais satisfatórios de justiça material e equidade social. Isto corresponderia à esfera imediata interna da ação, enquanto que na escala externa tal movimento almeja o aniquilamento da dependência econômica exercida sobre o manutenção controlado das insatisfações materiais das populações.

Por seu turno, o pilar da mutação trabalha sobre a base estruturante do (re)conhecimento, que é, por sua vez, reconhecimento do sujeito por ele próprio e conhecimento crítico de seu entorno, de sua história e cultura. A proposta que daí provém está centrada na (re)construção subjetiva dos sujeitos, a partir da qual vão se projetar as remodelações e rearmações das relações sócio-políticas, advindas das mudanças efetuadas no âmbito psico-social subjetivo e grupal. O que, por si, ativa as possibilidades de desmontar processos mais globais de dependência cultural de traços impositivos e antidemocráticos.

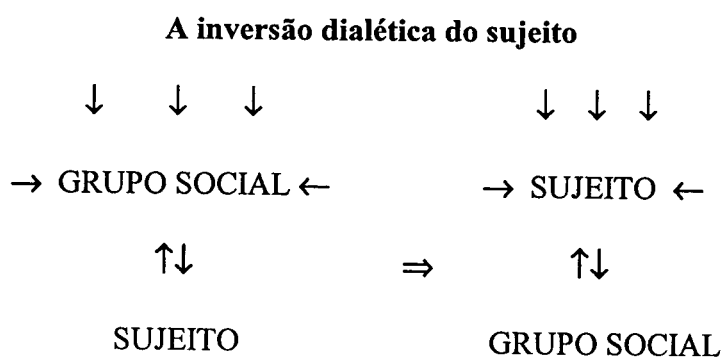
Porém, em que mais especificamente, consiste a inversão dialética do sujeito e de que forma pode ser uma ferramenta conceitual diferenciada nos projetos de criação autônomo-comunitária? Cabe ainda apontar, caso não haja ficado suficientemente claro, que a aposta na inversão dialética do sujeito supõe a eleição da mutação como chave epistêmica para o entendimento e a transformação de uma realidade. Assim que se afirma uma opção de especificidades teóricas próprias e que tende a produzir determinadas conseqüências no mundo prático dos indivíduos.

A inversão dialética do sujeito surge no intento de buscar outro eixo para as teorias sociais, pensando-se no desenvolvimento ocorrido e culminado com a teoria marxista, por uma parte, e por outra, levando em conta as contribuições do pensamento pós-estruturalista e pós-modernista mais recentes. O referente central dessa teoria crítica alternativa, aqui

advogada, assenta-se, sem dúvida, na figura do sujeito - enquanto o grupo social foi o centro das teorias sociais marxistas³⁰.

Fique claro que a tentativa de re-referenciar uma teoria social crítica não está isolada de uma concepção de prática a seguir, pensada como execução de um pensamento no mundo concreto. De modo que dispor o sujeito no centro de um pensamento teórico significa, desde o que foi exposto, que o sujeito é princípio, meio e fim das ações.

Todavia, não se trata de simplesmente centrar o sujeito. O que se propõe, mais precisamente, é a inversão da posição estratégica do sujeito. Na verdade, dá-se uma troca de posição do sujeito que aí já estava, mas que agora estando não mais na base, mas no topo, passa a jogar estrategicamente de forma aberta e explícita. Recorre-se novamente ao esquema:



Como foi dito, tradicionalmente o grupo social foi – e seguramente continua majoritariamente sendo – o horizonte alvo das teorias e das práticas sociais. De acordo a tais idéias, o sujeito (indivíduo) encontra-se subsumido na dinâmica do grupo, em que a ordem coletiva impera sobre a ordem individual. As ações projetadas e todo seu quadro categórico

³⁰ Neste sentido, pontualiza originalmente VITAL BRAZIL, Circe Navarro. *O Jogo e a Constituição do Sujeito na Dialética Social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: “As ciências sociais, enquanto explicam como se organizam os fatos, produzem um texto rarefeito. Elas só estarão produzindo um texto mais profundo sobre a ordem quando explicitarem os valores que trançam essa ordem social. Estes valores são arbitrados, e o sistema se organiza para que o sujeito aceite a ‘realidade’ que ele propõe, à qual se deve adequar. Por isso o sistema, na sua organização, inclui a negação do desejo do sujeito na sua individualidade, negando o próprio sujeito. Se o espaço para a expressão dos efeitos do desejo for criado, os valores apregoados pelo sistema serão confrontados na sua realatividade” (p. 79).

estão dirigidos e pensados ao fortalecimento do grupo como ator social; partindo de um plano de superação de uma dificuldade ou de sair-se exitoso de um objetivo esperado. O indivíduo esta imerso, está dentro, mas não é ele o ator, ele é uma peça da engrenagem do social. E da mesma forma, talvez radicalizando, nem tão pouco o grupo é propriamente um ator. Como o que o faz atuar é um impulso externo, suas ações regem-se por um padrão estabelecido que diz com alguma previsão o que fazer, como fazer e por quê.

Não há razão para, de antemão, rejeitar-se os movimentos de ação grupal. O que se está tentando demonstrar é a limitação, uma limitação quase ontológica, a que estão submetidas estas ações. O grupo não se move através de um indivíduo sozinho, nem todos podem participar igual e plenamente. Excetuando-se alguns casos imagináveis de pequenos grupos muito bem articulados. Mesmo assim, por sua característica, o *ethus* grupal tende a sobressair-se sobre as vontades e os desejos dos indivíduos. O que pode ser ainda mais exacerbado quando o que ordena e dá sentido ao acionar do grupo já não é um pensamento reflexionado, mas uma ideologia cristalizada. Acredita-se, pois, que só há realmente ator social sendo este igual a ator individual.

O que leva a reafirmar a inversão dialética do sujeito como proposta teórico-prática de realização da ação-mutação. Disse-se que a ação, em seu sentido etimológico, é meio imprescindível e motor perpétuo dos eventos gerados no mundo externo e interno dos sujeitos. A partir de dita criação interna insere-se, então, a mutação ou a ação-mutação.

Enquanto o acionar assentado na perspectiva grupal centra-se na idéia-conceito da ação, o acionar com enfoque subjetivo está baseado na idéia-conceito da mutação (vide esquema Pilares de Projeção). No entanto, o pilar da mutação só pode reproduzir-se e gerar seus efeitos através de um meio material que é a ação, mas já não mais relacionada ao protótipo esboçado no esquema, e sim identificada à ação-mutação.

A ação-mutação dá-se pela existência de uma ação engendrada, exercida e controlada por um sujeito individual atuante, e sempre que a mesma opera alterações mutacionais provocadas por uma cadeia de efeitos construtivos e reconstrutivos disparados a partir de rearranjos na esfera subjetiva. No que pese à introspecção característica da ação-mutação, seu processo de realização não se conduz sobre o isolamento dos sujeitos, estaticamente individualizados e separados, antes requer o intercâmbio dinâmico de subjetividades em conexão.

Na prática, a ação-mutação dirige-se a um trabalho concreto de busca e indagação da esfera intra e intersubjetiva de indivíduos contextualizados num espaço e num tempo determinados. A partir deste processo, baseado na realidade específica de seres concretos, busca-se obter aberturas e ganhos mutacionais na esfera psico-social e psico-cognitiva dos sujeitos.

As mutações são todas aquelas diferenças e acréscimos qualitativos obtidos através de uma alteração consciente nos modos de ver, perceber e relacionar-se com o mundo, a sociedade e o entorno em volta, bem como com os outros sujeitos e consigo mesmo. No seio do grupo social ocorre o que se poderia chamar de derramamento das alterações da esfera subjetiva. Os efeitos que até uma etapa poderiam ser limitados à escala individual passam a refletir-se e levantar bolhas de ar na crosta social. A esfera subjetiva e a esfera grupal não se constituem, de modo algum, em universos impermeáveis e distintos no tempo e no espaço. Ao tempo em que se produzem as alterações subjetivas o grupo social recebe e projeta estas diferenças que, novamente, vão causar outras mutações no sujeito, perfazendo-se indefinidamente uma relação dialética entre sujeito e grupo social. É esta dialética que vai justificar e enriquecer a inversão estratégica do sujeito.

Através do ciclo dialético da ação e da mutação torna-se possível o aparecimento de diferenciações mutacionais, responsáveis pelas transformações nas formas de representação e

organização social e que farão possível, ao fim, a passagem de uma episteme a outra, dinâmica exemplificada pela imagem de ““bacia semântica””, aludida por Maffesoli, segundo a noção proposta por Gilbert Durand, quem, por sua vez, inspirou-se na idéia de inconsciente coletivo de C. J. Jung:

(...) as pequenas coisas geram coisas mais importantes. Gotas que brotam acima do vale acabam por verter-se morro abaixo num rio, rio a que se dá um nome, que se canaliza, e que vai enfim perder-se no delta e jogar-se no mar, até que um novo ciclo se inicie. Poderia igualmente evocar um lençol freático que, embora invisível, sustenta, em suas profundezas, a vida, ou seja, as nossas maneiras de ser. (...) É uma coisa certamente ‘misteriosa’, no sentido mais simples do termo, que é o que faz o enlace, o que une as pessoas entre si. É uma outra maneira de se designar a cultura, não pelas grandes obras que a constituem, mas por este substrato, este background no qual todos se banham, sem prestar atenção³¹.

Porém, para que esta inversão dialética – detonadora das centelhas transformativas da ordem de significações sociais – realize-se é necessário a constiuição de um processo concreto de individualização do sujeito pretendido, expresso num contínuo vir a ser que jamais se reduz a um simples sujeito do conhecimento³². Vital Brazil expõe este processo através do jogo, metáfora e mediação real pela qual se concretiza a interxtualidade criadora dos sujeitos.

³¹ MAFFESOLI, Michel. Sociedade ou Comunidade – Tribalismo e Sentimento de Pertinência. In: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, ed, trimestral. Jan.- Mar., 1999. N. 136. Pp. 90.

³² Sobrevoar-se-á aqui o horizonte conceitual exposto por VITAL BRAZIL, Circe Navarro. Op. Cit. A esse respeito diz a autora que “O sujeito pretendido é (...) sujeito do conhecimento e sujeito do desconhecimento. Como sujeito da dúvida em processo, o sujeito pretendido aproxima-se da oscilação dialética que tem, na representação do eu desejante e do eu pensante em Hegel, o mesmo sentido, a mesma referência vetorial de processo de constiuição do sujeito do conhecimento. É definido, no entanto, em termos mais amplos, em um campo intersubjetivo, que pode transformar, radicalmente, o processo de constiuição do sujeito na própria definição de conhecimento em processo como uma simples *atividade do sujeito*, espaço limitado de sua liberdade no vir a ser” (pp. 23-24). Avançando, ela complementa: “Não se pode mais falar, após a concepção freudiana, de um eu substancializado, entificado, e sim de um sujeito subordinado a uma ordem que está além do que ele controla, um sujeito que não é o seu centro. É um sujeito cindido entre duas ordens: uma que o superdetermina e é incognoscível, outra com a qual está comprometido, mas cuja construção não é de sua autoria. A primeira inscrição do sujeito é feita em relação a um sistema que preexiste a ele. A ordem simbólica envolve a vida do homem numa rede tão completa que produz, antes dele vir ao mundo, aquilo que vai engendrar-lo” (p. 44).

Na qual o sujeito é capaz de criar novas significações, confrontá-las com as já existentes e assim produzir seu próprio texto. Ao entrar numa ordem social dada, como produtor de diferença, o sujeito abre espaço para sua constituição e seu processo de individualização.

Tal qual o jogo que metaforiza a reunião da racionalidade organizativa do sistema e o desejo de individualidade do sujeito, a Justiça Comunitária mostra-se como via de recriação democrática, em cujo percurso se produzem as significações e a diferenciação transgressoras do sujeito. Pois como bem observava Vital Brazil,

O sistema para se preservar precisa negar o desejo e o papel criativo que o valor, isto é, a apreciação social das palavras, pode desempenhar nas mudanças de significações. (...) No ato de jogar encontra-se o espaço atualizado da diferença onde se realiza o sujeito³³.

Propugna-se que a Justiça Comunitária, enquanto espaço de enunciação criadora do sujeito, seja disposta plenamente como arena dialética de aparecimento do novo. Se como pronuncia Foucault, “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e poderes que trazem consigo”³⁴, a ação político-argumentativa da Justiça Comunitária pode constituir-se num modo de reescritura dos saberes e práticas homogeneamente significadas e apropriadas pelos discursos dominantes. Possibilitando, dessa forma, ao sujeito, a autoria das mediações pelas quais se realiza uma dialética social contínua de produção de conflitos e de consenso, e que fazem dele autor de sua história e produtor de seu texto³⁵.

³³ VITAL BRAZIL, Circe Navarro. Op. Cit., p. 80.

³⁴ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2001. 7 ed. P. 44.

³⁵ Cf. VITAL BRAZIL, Circe Navarro. Op. Cit., pp. 112, 114 e 129.

1.4.3 Inculcação e Interiorização

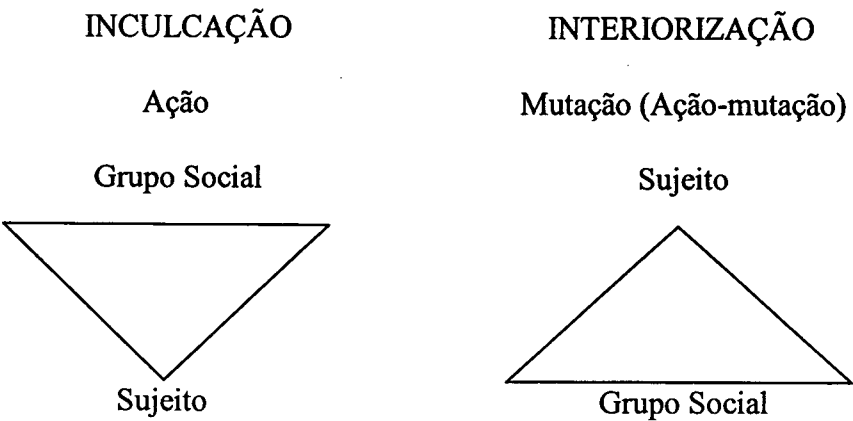
Existe ainda um aspecto a sublinhar e que possibilitará um cruzamento entre os pilares de projeção da autonomia e a proposta de inversão dialética do sujeito. Trata-se de um aspecto de ordem teórico-prática concernente aos modos de realização das ações de criação autônomo-comunitária. Estes modos vão ser aqui trabalhados pela inculcação e a interiorização.

Pressupõe-se que nas ações de criação autônomo-comunitária podem-se verificar duas formas distintas de projetar a autonomia em espaços comunitários. A inculcação, relacionada ao pilar da ação e tendo o grupo social como base de atuação e investimento, consiste na transmissão vertical, direta e generalizada de idéias, conceitos, visões que, supostamente aceites e acordados por uma maioria, devem ser reproduzidos com o fim de tornar possível a execução de um projeto de transformação e/ou manutenção de um determinado estado de coisas estabelecido como bom e necessário para o grupo.

A interiorização, contra-proposta à inculcação (por sua vez, pertencente a um certo padrão das ações de investimento comunitário), diz respeito às ações em que estão presentes processos de mutação, orientados, por sua razão de ser, à subjetividade individual dos sujeitos e dirigidos à introspecção construtiva e reconstrutiva de idéias, valores, pensamentos e imaginários relativos ao indivíduo e ao grupo.

Veja-se com um pouco mais de detalhe as diferentes significações originadas de um lado, pela inculcação, e, de outro, pela interiorização. Através, mais uma vez, de um esquema, tenta-se esmiuçar o diferencial epistemológico entre uma e outra forma de metodologia utilizada nos processos de criação de autonomia comunitária. Utilizar-se-á, igualmente, de dois pólos de comparação, agora lançando mão do que se denominariam pirâmides epistemológicas da ação:

Pirâmides Epistemológicas da Ação



Do presente esquema extrai-se as seguintes colunas correspondentes às significações sugeridas por cada uma das representações geométricas mostradas:

INCULCAÇÃO	INTERIORIZAÇÃO
*Base Invertida: Grupo Social	*Topo: Sujeito
*Plataforma/Plano	*Ponto/Interstícios
*Segurança/Previsão	*Criação/Busca

Na pirâmide invertida da inculcação, aparece no alto, como alvo metodológico da ação, o grupo social, identificado à base. O grupo social é a plataforma que oferece sustentação às ações. O plano da base invertida sugere a relativa linearidade das ações que, por conseguinte, são inspiradas pelos sentidos de segurança e previsão.

Contrariamente, a pirâmide da interiorização mostra o sujeito no seu auge topográfico de relevância. O sujeito é o ponto de onde partem as ações. Não há um plano prévio de segurança, o que se evidenciam são interstícios por onde se manifesta a subjetividade reprojeta do sujeito no tecido social. Privilegiam-se os sentidos de criação e busca permanentes como identificadores dos modos de realização da ação-mutação. De modo que cada sujeito passa a ser um centro em si mesmo (e responsável por si), ao mesmo tempo que

carrega consigo todas as representações imaginárias da sociedade. Esta idéia pode ser bastante frutífera no caso da América Latina, onde o centro de identificação tem historicamente estado fora. Sociedades descentradas, como anota Restrepo³⁶. A colocação privilegiada do sujeito em cena permite o processo de incorporação reflexionada do seu centro, logo, o agenciamento coletivo de subjetividades mais autônomas, tanto em sua identificação individual como em sua capacidade de engendrar ações coletivas.

Esta concepção de centralidade não se confunde, porém, com a perseguição de um individualismo solipsista e monádico, mas antes se projeta na relação entre indivíduos que se reconhecem mutuamente e erigem-se como princípio de organização democrática, em que os sujeitos são a fonte central do movimento argumentativo de construção e legitimação da realidade. Esta nova forma de individualidade só pode ser vivida através de uma subjetividade agenciada pela vontade de mudança e de singularização, tal como mostram Guattari e Rolnik:

A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida pelos indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. Se aceitamos essa hipótese, vemos que a circunscrição dos antagonismos sociais aos campos econômicos e políticos – a circunscrição do alvo de luta à reapropriação dos meios de produção ou dos meios de expressão política – encontra-se superada. É preciso adentrar o campo da economia subjetiva e não mais restringir-se ao da economia política³⁷.

³⁶ Ver RESTREPO, Gabriel. Op. Cit. 1, pp. 38-39.

³⁷ GUATTARI, Félix e ROLNIK, Sueli. *Micropolítica – Cartografias do Desejo*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1996. P. 33, (grifos dos autores).

De maneira que a criação converte-se no próprio modo de viver a vida, transformada assim em percurso constante de transformação revolucionária, processo através do qual o indivíduo se libera de seus problemas fundamentais. Daí a importância de projetar uma estratégia de ação política por cima das particularidades e interesses específicos que possam existir. O que, no meio do turbilhão por onde fluem as manobras e os rodeios do *modus operandis* político atual (leia-se também a influência da *realpolitik* – congruente ao projeto político, em realidade, antipolítico neoliberal – na tendência ao uso de reações pragmáticas em detrimento da ação reflexionada), pode soar como recomendação inócua quando não mostra de ingenuidade quanto aos caminhos seguidos pelos atores em seu acionar político. Mas, tendo em conta o potencial emancipatório contido numa política que seja germe de uma contracultura, a arte, como talvez a forma mais destacada e mais originária de criação e inversão da realidade, possa ser, para os países do terceiro mundo, instrumento privilegiado de interiorização e refundação democrática³⁸.

Por isso, e mais uma vez, acentua-se os referenciais mencionados da inculcação e da interiorização. Melhor compreendidos se inseridos na idéia de política da autonomia de Cornelius Castoriadis, onde a *paidéia*, a educação, é sua dimensão central, a qual ele formula, sem deixar de levar em conta a questão posta em obra por Rousseau, assim: “Criar as instituições que, interiorizadas pelos indivíduos, facilitem ao máximo seu acesso à sua autonomia individual e à sua possibilidade de participação efetiva em todo poder explícito existente na sociedade”³⁹.

Entendendo, consoante essa idéia, a interiorização como fenômeno sócio-político – contrário à inculcação – através do qual são potencializados espaços de autonomia do indivíduo que, por fim, faz-se sujeito-ator. Considera-se, pois, a inculcação como meio

³⁸ Cf. ABRANO, Radha. Arte/Memória: Alegria de viver, Alegria de criar. In: *Lua Nova*. Revista de Cultura Contemporânea. Ano I, n., jul. 1978. CEDEC. Pp. 69-71.

³⁹ CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto, III: o mundo fragmentado*. Trad. Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1992. .P. 148.

tendente à reprodução no grupo social de um conjunto de idéias e valores destinados a ser guia e dar sentido às ações. E a interiorização como processo desencadeador de desdobramentos da subjetividade humana, pelo qual o sujeito questiona, ao mesmo tempo em que cria, as condições e as possibilidades do seu agir, trazendo para si a responsabilidade ética e política. Já que, segundo Castoriadis,

Na medida em que se faz subjetividade, o ser humano pode questionar-se e considerar-se como origem, certamente parcial, da sua história passada, como também querer uma história que está por vir e querer ser co-autor⁴⁰.

Enquanto a inculcação é meio, atravessado pelos sentidos de seguimento e determinação da ação, privilegiando como metas os objetivos a alcançar; a interiorização é processo, via de andamento e de rupturas, de caminhos e rotas tanto prováveis como inusitadas, esteio de multiplicidades de realização.

Isso tudo para dizer que o que se concebe por democracia e processo democrático não pode estar espalhado senão numa redefinição de luta social e dos sujeitos nela envolvidos. E quem sabe, a rigor, não caberia nem falar em luta social. Pois para se pensar séria e responsavelmente um projeto viável de democracia haveria que se fazer a aposta política no sujeito. O único agente que, considera-se, pode ser ator efetivo da “luta”. E por isso a importância do investimento subjetivo para fins de participação pública e discussão de interesses comuns. Mais uma vez é Castoriadis quem elucida a questão ao dizer:

Não há nenhuma ‘garantia’ para a democracia, senão relativa e contingente. A menos contingente de todas se encontra (...) na formação (sempre *social*) de indivíduos que interiorizaram a necessidade da lei e ao mesmo tempo a possibilidade de questioná-la. Indivíduos que interiorizaram também a interrogação, a reflexividade e a capacidade de deliberar, a liberdade e a responsabilidade⁴¹.

⁴⁰ CASTORIADIS, Cornelius. Op. Cit., p. 236.

⁴¹ CASTORIADIS, Cornelius. Op. Cit., p. 148, grifos do autor.

É uma democracia assim, pautada na criação de sujeitos livres e autônomos, que se credita como necessária ao alavancamento de um projeto político-identitário para a América Latina, continente traçado por contradições e que entre estas busca a reestruturação de sua esfera político-jurídica e democrática. Emperrada no dilema de resolver, em um flanco, a questão da diversidade de ordens e pluralidade de direitos, que leva ao pluri-ordenamento e pluri-agrupamento da sociedade, ao mesmo tempo em que, como consequência, desfalece, em considerada dose, a consensualização em torno de princípios e interesses convergentes; e noutra frente, o debilitamento social da esfera do Estado, enquanto agente abstrato de coesão e legitimação do sentido público, suportes necessários à organização política moderna. Por nem uma, nem outra parte, as sociedades latino-americanas têm podido até agora desentranhar estes esquemas enrijecedores das possibilidades de uma saída política construtiva.

Resta, pois, tentar combinar em termos reconstrutivos as duas dimensões do embate entre a tendência à negociação e transação permanentes e a dificuldade em estabelecer um fórum comum de deliberação. O que justifica as palavras do latinista Richard Morse ao afirmar que para a América Latina, “(...) o desafio ideológico é estonteante”⁴². Se o Ocidente europeu se investiu sempre da primazia de universalidade quanto a seus saberes e valores, o continente latino-americano carregou sobre si desde a chegada do colonizador o signo da diferença evidente, com a qual se cristalizaram a comparação e a submissão culturais.

⁴² MORSE, Richard. *A volta de McLuhanaíma: cinco estudos solenes e uma brincadeira séria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 15.

No entanto, se uma porção ocidental e economicamente desenvolvida do planeta , ergueu e, com alguns custos, mantém o agente político do Estado, pairando soberanamente sobre a sociedade, outro conjunto de países debate-se na tentativa de dar forma a uma estrutura reconhecida e apropriada de Estado, capaz de estar em comunhão a uma tecitura social feita de impróprias fundações de origem, resíduos não digeridos e transposições incompletas.

Porém, é desta mesma incomensurabilidade sócio-política-cultural, própria das sociedades terceiro-mundistas, que, se imagina, pode partir um outro mote relacional entre Estado e sociedade em molde renovador e reatualizador do viver social contemporâneo⁴³.

Novos modos de sociabilidade e organização políticas hoje presentes vão sutilmente dando guarida a outros modelos de sociedade, heterogeneizando o molde monoracionalista da modernidade. Maffesoli aponta o fenômeno do tribalismo como idéia condensadora das transformações que vêm ocorrendo. Dentre as quais destaca a saturação da expressão política do Estado-nação; a dissolução das grandes instituições como a família, a igreja e a universidade em entidades microscópicas ou “tribalizadas”; a diluição das grandes referências ideológicas de outrora como o marxismo, o freudismo e o positivismo, agora substituídas por uma espécie de colagem ideológica, altamente porosa e diversificada; e, por último, o descolamento da identidade individual do sujeito, hoje bem mais correspondente a várias identificações do que a uma identidade. De onde se retira, para Maffesoli, o cabal argumento para se tentar dar conta das formas atuais de existências como formas comunitárias insurgentes, capazes, quem sabe, de instituir uma nova forma de ser e co-habitar⁴⁴.

⁴³ Cf. *Ibidem*, p. 16-18.

⁴⁴ Cf. MAFFESOLI, Michel. *Op. Cit.*, pp. 95-98.

É conforme a compreensão de uma crise paradigmática global que assola visceralmente a periferia do mundo que se posiciona a Justiça Comunitária como fonte de energia utópica capaz de criar alternativas. As experiências que guiaram este trabalho dão conta e relatam histórias reais de um outro lugar possível, ou melhor, outros lugares possíveis, universos de fronteira, onde o rejeitado, abjetado e não-modernizado, segundo os cânones dominantes, desenvolve-se como conjunto de práticas pessoais e sociais em expansão rumo à realização de novas sociabilidades, surgidas no seio das mesmas ainda presentes pesadas e desgastadas estruturas.

Por estas razões, não se cogita trazer nenhuma fórmula de reinvenção social – o cimento filosófico, prático e ideológico da modernidade é iniludível e dele é impossível prescindir – nem tão pouco pretender que os mecanismos e os artefatos teóricos de que se constitui o modelo da Justiça Comunitária possam fixar-se como premissas indiscutíveis e não passíveis de questionamento e reelaboração. Quer-se, no entanto, apontar a Justiça Comunitária como mostra indubitável de saberes e fazeres que, desde a margem, vão dando corpo a uma outra inteligibilidade acerca do social, e que em sentido político dão voz aos sujeitos e espaço para novas combinações na esfera político-jurídica latino-americana. Tal constatação, crê-se, está em conformidade ao que Santos aponta como uma busca das alternativas não realizadas. A qual, estaria,

(...) orientada para os silêncios e para os silenciamentos, para as tradições suprimidas, para as experiências subalternas, para a perspectiva das vítimas, para os oprimidos, para as margens, para a periferia, para as fronteiras, para o Sul do Norte, para a fome da fartura, para a miséria da opulência, para a tradição do que não foi deixado existir (...)⁴⁵.

⁴⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995. P. 324.

Daí a aposta epistemológica e subjetiva ancorada sobre a Justiça Comunitária, senda de um paradigma renovador do sistema filosófico racional ocidental prevalecente, capaz de ampliar e remodelar as racionalidades e sociabilidades reinantes, erigidas sob o pretexto de um projeto de emancipação geral e que até hoje só puderam ser mantidas solapando e ignorando práticas e conhecimentos não-autorizados, destinados ao não-reconhecimento e à deslegitimação.

CAPÍTULO II – JUSTIÇA COMUNITÁRIA E OUTROS APONTAMENTOS ACERCA DA ESFERA POLÍTICO-JURÍDICA NA AMÉRICA LATINA

2.1 Pluralismo Jurídico e América Latina

São sabidos e notórios os problemas e as dificuldades que enfrentam as sociedades latino-americanas em sua trajetória histórica de luta pela sua constituição como países independentes e ex-colonizados. É possível verificar, de certa forma, um cenário e uma configuração político-histórica que apresentam similitudes e características que se espalham nos diversos países da região. Existem instaladas falhas e desarranjos estruturais que ao longo de séculos foram se formando e impedindo o pleno desenvolvimento e a realização de um projeto político próprio e condizente com a realidade dos países do continente. Essas falhas e esses desarranjos foram assim tornando-se faltas constitutivas que, além de embotarem as possibilidades de conformação política, econômica, social e cultural independentes, passam a constituir o modo através do qual se presenciam as diversas esferas da sociedade e a partir de onde se incorporam valores, saberes, práticas e imaginários.

Basta mencionar, para ilustrar o que se está comentando, a deficiência crônica do aparato estatal, a fragmentação societária, a disfuncionalidade das instituições públicas, a precariedade do sentido de lei, a dispersão ética e moral, a forte violência e a insegurança

sociais, a dependência econômica, a desigualdade interna e a intensa carência de justiça material.

Isto tudo para demonstrar a quase falência originária destas sociedades. E mais do que isso, para constatar que se tratam de sociedades ainda em gestação, que ainda não puderam chegar ao conhecimento e reconhecimento transformadores de seu entrave histórico. Fala-se em conhecimento e reconhecimento para chamar a atenção àquilo que parece necessário ao desenlace positivo e construtor da América Latina, ou seja, olhar-se para si mesma e entender e analisar criticamente o que foi e o que tem sido, empreendendo um trabalho de reconstrução político-identitária.

Se a história é a causadora de certos pré-determinantes, que não deixam de ser gerados por uma temporalidade criadora, por sua vez, o social, entendido como o conjunto de instituições e sujeitos partes de uma coexistência complexa constantemente criada e recriada, é o motor, por excelência, capaz de alavancar mudanças e instituir outros modos de ser e estar da sociedade.

Em tempos como os de hoje, caracterizado por um intenso e confluyente processo de recomposição (para alguns, em muitos sentidos, decomposição) político-econômica, vê-se acentuar-se a multicomplexidade dos elementos sócio-culturais integradores dos Estados nacionais tal e qual se lhes compreendia até agora. As condições e os modelos nos quais transitam e se movem os países do mundo atual tem sido quase que freneticamente remodelados em vista de uma situação permanente de influxos recebidos e por eles mesmos produzidos. As trocas, diálogos e aberturas entre os países caminham de forma monumental, acelerada e estimulada pela velocidade dos meios eletrônicos e pelas facilidades e avanços da tecnologia, que incide em e transforma vários aspectos da vida.

Não fossem poucos os efeitos da reorganização política e econômica mundial implementada nesses setores, verifica-se, ademais, uma espécie de (re)descoberta de povos e

culturas, levando a figurar algo como uma mega mostra de exposição-interação de etnias, sociabilidades, costumes, tradições, estilos. Este mundo, transformado em uma vitrine cultural, mobiliza espaços e dinamiza tempos como nunca antes visto.

Como esperado, os temas e as preocupações, nitidamente inter-relacionadas, tornam-se assuntos de premente discussão e importância estratégica. Assim tem sido com o sentido renovado com o qual são tratadas, sempre mais enfaticamente, as questões relativas ao multiculturalismo, à convivência de grupos entre si distintos, à afirmação e à autonomia de povos e culturas. Levando a refletir seriamente sobre as possibilidades e as formas de convivência de ordens e modos de vida diversos e às vezes tão dissonantes.

Em termos do que aqui se deseja problematizar, referir-se-á, especialmente, à pluralidade jurídica, fato existente e presente desde a assunção do princípio de que os grupos sociais contam, cada um, em maior ou menor grau, com maior ou menor prevalência, com uma normatividade própria. Essas normatividades podem vir a alcançar níveis de autonomia e elaboração que lhe constituem como uma juridicidade própria, ou justiça própria, enquanto contenha um molde institucional, uma representação compartilhada de direitos e deveres, produção de normas, construção de um sentido de justiça e formas de tratar os conflitos.

Vários são os autores que teorizaram acerca do Pluralismo Jurídico, com nuances e sentidos diferenciados. Os fundamentos aqui privilegiados desta acepção inserem-se nos marcos de um direito e de uma justiça comunitários, concebidos como expressões autônomas e democráticas de práticas criadas e recriadas pelos próprios sujeitos, enquanto atores sociais, através de mecanismos de prestação da justiça e de elaboração das normas que vão orientar seus direitos e deveres. O professor e estudioso do tema, Antônio Carlos Wolkmer, apresenta sua proposta, em síntese, como

(...) pluralismo jurídico de teor comunitário-participativo destinado a se contrapor e a responder às insuficiências do projeto monista legal-

individualista, produzido e sustentado pelos órgãos do Estado moderno. Este pluralismo (...) encontra a força de sua legitimidade nas práticas sociais de cidadanias insurgentes e participativas. Tais cidadanias são, por sua vez, fontes autênticas de nova forma da produção dos direitos, direitos relacionados à justa satisfação das necessidades desejadas⁴⁶.

Pluralismo Jurídico e América Latina são, nesse enfoque, matérias que não apenas se aproximam, mas erigem-se como temas associados e ligados para a projeção de um formatação político-jurídica, em que se reconheça a pluralidade de ordens existentes e pela qual se possa imaginar e concretizar a reconstrução político e identitária latino-americana. Ainda, falar de pluralismo jurídico a partir do continente latino-americano implica, sobremaneira, investigar os territórios da filosofia, da sociologia, da antropologia e da história e, então, constituir uma cartografia material e simbólica dotada de elementos de análise e compreensão mais profundos.

Investir nesse empenho significa não só reconhecer formas alternas de vivência e elaboração da lei, do poder, e da justiça daquelas dominantes, como também preparar terreno para a reformulação e relegitimação dos Estados, possibilitando a democratização integral das sociedades e a impulsão de corpos sociais autônomos.

Destarte, a questão da Justiça Comunitária insere-se no contexto de entrave histórico do qual fazem parte e pelo qual se constituem as sociedades latino-americanas. O que significa que a aposta na Justiça Comunitária, enquanto expressão de pluralidade jurídica e cultural, entrelaça-se com a tarefa de recuperação histórica e busca identitária dos povos latino-americanos. Pondo em evidência o processo cada vez mais intenso de interlocução e inter-relacionamento em que se encontra o mundo atual, onde se expõem em vitrine uma miríade de povos, culturas e realidades que até muito passavam despercebidos ou como desconhecidos. O destaque político e social que vêm tomando grupos e modos de viver

⁴⁶ WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico. Fundamentos de uma nova cultura no Direito*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2001. 3 ed., rev. e atualizada. P. 347.

particulares acena para uma mudança inevitável nos modos de pensar e vivenciar o espaço público.

A valorização e a (re)descoberta de mundos e visões específicas, divergentes das predominantes, colocam na ponta da agulha o Estado moderno de direito e seu corpo legal. Surgem as indagações sobre qual será o futuro do Estado-nação, as funções e o papel que o mesmo pode e deve desempenhar. Fala-se em Estado plural⁴⁷ e questiona-se veementemente o fato de que a cada Estado corresponda uma só formação político hegemônica. Desta premissa, argui Rojas Ortuste, “deriva a demanda de autonomia política, própria dos que se reconhecem pertencentes a uma comunidade com personalidade própria e diferente”⁴⁸.

No meio dessas reflexões sobre a reconfiguração do espectro de crises atuais, os movimentos de grupos e sujeitos organizados aparecem como pontas de lança estratégicas, neste momento, dos rumos que se vai seguir. Vê-se justificada, dessa forma, a importância de espaços de criação autônomo-comunitária, gérmenes e impulsores de uma prática generalizada de cultura cidadã e democrática, alavancados pela auto-gestão dos conflitos e pelo

⁴⁷ Expressão retirada de VILLORO, Luis. *Estado plural, pluralidad de culturas*. México: Paidós. 1998. Na defesa de uma conformação distinta de Estado, o pensador mexicano diz que “O reconhecimento do direito à diferença de povos e minorias não é mais que um elemento de um movimento mais geral que favorece a criação de espaços sociais em que todos os grupos e comunidades podem eleger suas formas de vida, dentro do espaço unitário do Estado” (p. 59, trad. nossa).

⁴⁸ ORTUSTE, Gonzalo Rojas. *De ángeles, demonios y política. Ensayos sobre cultura y ciudadanía*. La Paz: Muela del Diablo, 1999. P.41. Quem ainda sustenta que “(...) o Estado abate as diferenças e impõe as homogeneidades; já que seu regime de produção econômico, a idolatria da produtividade, faz das sociedades estatais capitalistas (ocidentais) máquinas de destruição do cultural e socialmente diferente. (...) Trata-se, enfim, de passar do uso estatal da *nação*, ao uso plurinacional do estado” (p. 42, trad. nossas, grifo do autor).

desenvolvimento comunitário-participativo, tomando em conta seus valores, conceitos e ideais próprios, os quais reproduzem e lhe constituem enquanto tal.

2.2 Justiça Comunitária: marco para uma nova epistemologia do Direito

Antes e depois, inevitável voltar aos velhos dilemas não-resolvidos. Tanto porque persistem, sinalizando sua resistência ao desaparecimento conformista; tanto porque conformam impasses teóricos e sociais intransponíveis sem a necessária transformação das estruturas reflexivas e práticas que estão na base de sua não-resolução, ou para ser mais coerente, das impossibilidades de um desenlace construtivo! Em aras do Direito é incluível a permanência da discussão mantida entre o paradigma dominante, equivalente aos modelos jurídicos de inspiração liberal, formalistas e individualizantes, alçados sobre o direito técnico, protetor e punitivo; e o paradigma sócio-culturalista, sustentado sobre os pilares da informalidade e do construtivismo grupal, a partir dos quais tem-se erigido um direito de tipo comunitário, articulado e elaborativo.⁴⁹

Mais que caracterizar sócio-juridicamente cada paradigma e elencar os fatores de sua inadequação (no caso do paradigma dominante) ou potencialidade de satisfação (no caso do paradigma contraposto), interessa, para os fins de investigação propostos, perscrutar no caldo emergente dessa dicotomização uma crítica epistêmico-filosófica, capaz de alimentar a reorganização da esfera político-jurídica, remodelando as falhas e desarranjos estruturais das sociedades latino-americanas de modo a vingarem como possibilidades epistemológicas e sociais concretas, incorporadoras de saberes e práticas relegados e produtoras paradigmáticas de experiências solidárias e participativas. É o que anuncia, em variadas

⁴⁹ Cf. FARIA, José Eduardo. Introdução. In: _____. (Org.) *A crise do Direito numa sociedade em mudança*. Brasília: Unb, 1987. Pp. 7-10.

ocasiões, Santos, quando propugna por uma transição paradigmática epistemológica e societal:

A transição epistemológica ocorre entre o paradigma dominante da ciência moderna e o paradigma emergente que designo por paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente. A transição societal menos visível ocorre do paradigma dominante – sociedade patriarcal; produção capitalista; consumismo individualista e mercadorizado; identidades-fortaleza; democracia autoritária; desenvolvimento global desigual e excludente – para um paradigma ou conjunto de paradigmas de que por enquanto não conhecemos senão as ‘vibrations ascendantes’ de que falava Fourier⁵⁰.

Como estratégia investigativa de reconhecimento dos elementos que possam conceber um outro tipo de conhecimento e outras formas de experimentar as diversas esferas da vida social, Santos propõe uma dupla busca arqueológica:

escavar no lixo cultural produzido pelo cânone da modernidade ocidental para descobrir as tradições alternativas que dele foram expulsas; escavar no colonialismo e no neocolonialismo para descobrir nos escombros das relações dominantes entre a cultura ocidental e outras culturas outras possíveis relações mais recíprocas e igualitárias⁵¹.

Busca, pelo que parece, conforme com a proposta de uma sociologia da hermenêutica das práticas sociais, que, em última instância, defende uma reflexividade em torno dos significados partilhados comunitariamente como radical motor de transformação social. Hermenêutica que, para Scott Lash, assemelha-se a uma “hermenêutica da recuperação” e, portanto,

(...) tentará trazer à luz os fundamentos ontológicos do ser-no-mundo comunitário. (...) Uma hermenêutica da recuperação não se encontrará, em suspeita fáustica, cronicamente a procura de ‘significados transcendentais’,

⁵⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. Cit. 1, p. 16.

⁵¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. Cit. 1, p. 18.

não diferirá e negará cronicamente o significado. No lugar de maravilhar-se diante do livre jogo do significante, modestamente ‘olhará por debaixo’ desse significante para aceder aos significados compartilhados que são as condições de existência, é mais, que *são* a própria existência do ‘nós’⁵².

Poder-se-ia dizer que o conjunto de mecanismos conciliatórios e mediatórios elaborados e executados nos distintos espaços comunitários e compreendidos dentro do paradigma da Justiça Comunitária, entendido como modelo construtivo-consensual⁵³ de administração da justiça a partir da comunidade, constituiria, por sua vez, um substrato de significados partilhados comunitariamente capazes de contrapor alternativas epistemológicas e societais frente aos sistemas corporativo-econômico (circulante no espaço global) e restritivo-legalista (dominante no espaço nacional) responsáveis pelo controle de poder e manutenção de estruturas político-jurídicas – excludentes e antidemocráticas – na esfera do direito?

⁵² LASH, Scott. La reflexividad y sus dobles: estructura, estética, comunidad. In: BECK, Ulrich et alii. *Modernización reflexiva. Política, tradición y estética en el orden social moderno*. Trad. Jesús Alborés. Madrid: Alianza Editoria, 1994. Capítulo 3, p. 181, (trad. nossa).

⁵³ Cf. ARDILA, Edgar. Hacia um modelo de justicia desde la comunidad. In: *Justicia y Desarrollo: Debates. Paz y Democracia: el aporte de la Justicia Comunitaria y de Paz*. Corporación Excelencia en la Justicia, Año II, N. 10, Bogotá, Dic. 1999. O modelo “construtivo-consensual”, tal como caracterizado pelo colombiano Edgar Ardila, “Refere-se a maior parte das formas de justiça comunitária. Aí se destacam, no caso colombiano, a conciliação em equidade (para as formas reguladas) e o trabalho dos palavreiros wayú. Em ambos os casos são exercidos um papel de acompanhamento das partes no manejo dos conflitos. No caso dos indígenas, os palavreiros têm o papel de serem portadores da palavra, o que em médio prazo exerce um efeito de regulação num contexto de responsabilidade coletiva e não individualizada. É toda a comunidade que, por ocasião do conflito e da intervenção do palavreiro, participa na construção de uma solução específica e define parâmetros para o futuro da coletividade” (p. 57-58, trad. nossa). Dita caracterização parte da análise conjunta de dois critérios que o autor elege como centrais para o estudo contemporâneo da administração de justiça, definidos a partir das seguintes perguntas: Quem toma a decisão? e O que se busca de maneira imediata em cada caso de manejo de um conflito? Ao abordar a primeira pergunta, Ardila trata da qualidade do sujeito a quem corresponde decidir em uma controvérsia. Fala-se, então, de *administração de justiça adjudicatória* quando o agente que intervém, tipificado na figura do juiz, é quem decide. Sua intervenção é central na tramitação do conflito. Seu papel é estudar a fundo o caso e, dentro de certos critérios de parcialidade, tomar uma decisão. Por outro lado, fala-se de *administração de justiça consensual* quando são as partes quem tomam as decisões. O terceiro que intervém identifica-se a um facilitador, cuja tarefa é a de viabilizar o processo de comunicação para que as partes divergentes cheguem a um acordo sobre a saída que vão dar ao conflito. A segunda pergunta está associada com o resultado imediato esperado ao utilizar-se um mecanismo de justiça num caso concreto. Existe, assim, *administração de justiça imperativa* quando a maneira utilizada para garantir a convivência é que frente a cada caso aplica-se a regra prevista para cada comportamento, tendo menor importância os interesses específicos de cada parte no dito caso. O resultado esperado do procedimento é a aplicação de uma determinada regra previamente definida. No âmbito da *administração de justiça construtiva*, o objetivo buscado é, em cada caso, manter e recompor os vínculos sociais afetados no conflito, o qual se realiza não através da identificação de uma regra a ser aplicada, mas por uma concertação fluida pela qual as partes possam reconstruir os vínculos relacionais rompidos e o resto da comunidade beneficie-se ou receba o mínimo de prejuízo (pp. 55-56).

Orientando-se pela concepção de comunidade como significação transformadora⁵⁴ pretende-se pensar que sim. Percebe-se haver hoje um certo consenso ao redor da experiência comunitária, que traz à tona especialmente os atributos da participação política e da solidariedade⁵⁵, princípios paradigmáticos reconstrutores de uma organicidade social perdida e possíveis revitalizadores do próprio sentido de experiência, como processo único e pessoal, pautado por uma subjetividade concreta dialogicamente vivida com a comunidade. Assente nessas premissas é que Paiva conduz a defesa da proposição comunitária como investiva sócio-política em tempos de irrefreado desbordamento econômico:

Solidariedade é, em termos de comunidade, uma verdadeira estratégia dos que, por viverem na escassez ou à margem, constroem um saber particular de convivialismo e de experiência local. Esta última vem se oferecendo como uma espécie de sementeira de novas instituições públicas, capaz de referenciar os contatos em termos de uma nova forma de Estado⁵⁶.

Solidariedade e participação política seriam os elementos retórico-políticos que conformariam a comunidade como comunidade política e, ademais, interpretativa. Com o que se expressa as qualidades retórico-políticas das experiências intra-comunitárias vividas por cada sujeito em relação com o conjunto da comunidade, cujas representações vão tecendo uma rede de conexões e interpretações nos níveis político-identitário e sócio-cultural, e em seu conjunto fabricam os significados partilhados na comunidade, bem como a própria comunidade.

⁵⁴ Em referência ao prefácio do professor Muniz Sodré ao comentar o trabalho de PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. P. 9.

⁵⁵ Santos destaca estas duas dimensões como as virtualidades epistemológicas do princípio da comunidade, pertencente ao domínio da regulação, que ao lado da racionalidade estético-expressiva, incluída no princípio da emancipação, formam, segundo ele, as representações mais inacabadas da modernidade que poderiam sustentar a passagem do conhecimento-regulação ao conhecimento-emancipação. A solidariedade pressuporia uma ética da responsabilidade, a qual reside “na preocupação ou cuidado que nos coloca no centro de tudo o que acontece e nos torna responsáveis pelo outro, seja ele um ser humano, um grupo social, a natureza, etc.; esse outro inscreve-se simultaneamente na nossa contemporaneidade e no futuro cuja possibilidade de existência temos de garantir no presente”. A participação política visaria a uma “repolitização global da vida coletiva”, de modo a estender o campo da política ao maior número de esferas possíveis da vida social, alargando, assim, o exercício da liberdade. Op. Cit.1, pp. 74-75, 111-113.

⁵⁶ PAIVA, Raquel. Op. Cit., p. 11.

Em termos político-jurídicos, a validação discursiva dos valores e das práticas vigentes e elaborados comunitariamente outorgam especificidade e coerência a um conhecimento de tipo local e argumentativo, que por seu próprio caráter só pode surgir daqueles espaços comunitários onde se entrelaçam as diversas esferas da interação social como formas orgânicas de experimentação do cotidiano interno e externo às comunidades⁵⁷.

A partir de onde se inscreve a Justiça Comunitária, como via de reflexividade hermenêutico-comunitária⁵⁸, e além do mais, marco epistêmico alternativo de concepção das estruturas e das relações político-jurídicas desde um outro tom prático e reflexivo. Em que estão implicados a reinvenção da política e do próprio Estado; a radicalização da democracia e a proliferação de espaços públicos não-estatais; a escavação cultural no solo de tradições e convivialidades marginais; e o reconhecimento menos polarizado e mais ambíguo das identidades⁵⁹.

⁵⁷Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. Cit.1. Quem contempla esta proposta da seguinte forma: “o conhecimento-emancipação é um conhecimento local criado e disseminado através do discurso argumentativo. Estas duas características (o carácter local e o carácter argumentativo) são inseparáveis, visto que só pode haver discurso argumentativo dentro de comunidades interpretativas, os auditórios relevantes da retórica”. E acrescenta que este conhecimento tem de enfrentar dois poderosos inimigos: “os monopólios de interpretação e a renúncia à interpretação”. Explica ainda que “O combate a ambos baseia-se na mesma estratégia: a proliferação de comunidades interpretativas” (p.95).

⁵⁸Cf. LASH, Scott. Op. Cit. O autor defende a reflexividade hermenêutica e a comunidade frente às teses da individualização da reflexividade estética e, sobretudo, da reflexividade cognitiva (p. 204). Pois ainda que a mediação mimética, própria da reflexividade estética, possa proporcionar um acesso à verdade superior (mais aproximativo e ético) à mediação conceitual, própria da reflexividade cognitiva, infere-se um déficit substancial de qualquer tipo de noção convincente de comunidade ou de sentido de “nós” nas teorias estéticas (pp. 168-178). Adverte Lash, “que uma ignorância dos significados compartilhados, uma impossibilidade sistemática do “nós”, é sistematicamente inerente ao pensamento alegórico. (...) Para ter acesso à comunidade, pode ser necessário romper com semelhante subjetividade estética abstrata. (...) Para ter acesso ao “nós”, à comunidade, não devemos desconstruir, senão interpretar hermeneuticamente e evitar deste modo as categorias de agência e estrutura, de sujeito e objeto, de controle frente à contingência e do conceitual frente ao mimético. Este tipo de interpretação é a que dará acesso aos fundamentos ontológicos, contidos nas *Sitten*, nos costumes, nas práxis de base do individualismo cognitivo e estético. Ao mesmo tempo, nos proporcionará certa compreensão dos significados compartilhados da comunidade” (p. 178).

⁵⁹ Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. Cit.1, pp. 19-20.

2.3 Justiça Comunitária e a recuperação da vida cotidiana com significado

Voltar a significar a vida cotidiana. Vida cotidiana que, além de enunciar significados, substancia práticas e valores. Postulado onde está contido um dos cerne enunciativos centrais da questão da Justiça Comunitária.

Tornou-se comum falar de um presumido sujeito pós-moderno, porta-estandarte desconstrutivista e negador do discurso moderno, que se quer pura expressão individual contra a tirania ideológica da vida coletiva. No entanto, o que resta daí não resta, já que importa mais o momento, o acontecimento, que a significação portadora de sentido que pode estruturar o social. Poder-se-ia dizer que não há mais extração semântica possível quando tudo se fez efêmero e superficial. Frente ao dogma do instante e da banalização da experiência – ora assumida como busca irrefreada de satisfação individual ora despejada no turbilhão atomizante da política e da economia – contrapõe-se a intertextualidade das práticas significadas e seus lugares. Que além dos topográficos aportam os lugares-comuns que vão formar o(s) senso(s) comum(ns) comunitário(s).

São essas práticas significadas que, ao interrogar pela constituição dos sujeitos, podem ensejar um portal de resistência frente à des-significação da vida cotidiana. Sujeito que ao sobrepassar uma fácil resposta estetizante e individualista, reconhece-se e constitui-se através dos símbolos (representação culturais e linguísticas), situados para além do objeto e do próprio sujeito. Porque são as práticas situadas (práticas socialmente localizadas) e não o objeto ou o sujeito que prevalecem como modo discursivo, que o sujeito situado aparece muito mais interessado na vivência da comunidade.

Enquanto vida cotidiana, a Justiça Comunitária é suporte e meio para a estruturação retórica da esfera do direito. Se a vida cotidiana é entendida como o resto ao qual se deve aceder pelas escavações, América Latina é o resto da colonização (resto histórico,

estruturador)⁶⁰. Assim que pensar na resignificação das relações político-jurídicas no continente latino-americano pressupõe elaborar pautas políticas para a discussão de significados comuns renovados e a restituição procedimental – pela via argumentativa – da vida cotidiana⁶¹.

Para tanto, situa-se o modelo da Justiça Comunitária como esta via de acesso à justiça “como processo argumentativo em que se encontram razões”⁶². Ainda que a precariedade e instabilidade dos argumentos possam vir a ser um fator contraproducente na busca de entendimentos comuns, crê-se, de toda forma, possível a definição de espaços factíveis de consensualização engendrados sobre princípios, valores, necessidades e bens substantivos⁶³, aceites com o respaldo mínimo necessário para sustentar um debate amplo e inserir-se no desenvolvimento de um espaço público de concertação, vivida como pressuposto básico de experimentação democrática nas várias esferas da vida pública⁶⁴.

A Justiça Comunitária, enquanto ferramenta e discurso de um processo político-argumentativo, repõe o carácter afirmativo da comunidade e da vida cotidiana como

⁶⁰ A idéia culturalista da América Latina como resto, desenvolvida a partir da concepção do resto como arte, realizada através da emergência do objeto, foi extraída de CABALLERO, Alberto. *El objeto, la performance y la vida ordinaria. Seminário. Maestría en Artes*, Departamento de Artes, Universidade Nacional de Colombia, sede Bogotá, 3/4/5 de diciembre de 2001.

⁶¹ Sobre a importância de retomar-se o estudo da vida cotidiana na sociologia contemporânea ver LECHNER, Norbert. *Los Patios Interiores de la Democracia. Subjetividad y Política*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. Pp. 39 – 59.

⁶² BORRERO G., Camilo Alberto. *La Justicia en Comunidades Barriales. Una aproximación a la construcción de lo público*. In: *Controversia*. Revista del Centro de Investigación y Educación Popular (CINEP). Segunda Etapa, n. 172. Santafé de Bogotá, jul.1998. P. 117, (trad. nossa).

⁶³ Scott Lash afirma que as atividades cotidianas do “nós” referem-se à consecução rotinária de significado, ou seja, à produção de bens substantivos.(p. 195). Quanto a estes explica que “O substantivamente bom não é percebido pelos seres humanos como um “imperativo”, divorciado do mundano e do cotidiano. Pelo contrário, já está presente no mundo de significados e práticas ao qual os seres humanos são lançados quando se convertem em parte do ‘nós’. Os significados e as práticas que incorporam o bem substantivo são aprendidas, mas se tornam inconscientes quando se inscrevem no corpo” (p. 195). Op. Cit., trad. nossa.

⁶⁴ Cf. BORRERO G., Camilo Alberto. Op. Cit., p. 117. A modo de detalhamento acerca deste tema, explica Boaventura, Op. Cit 1: “Os argumentos são de uma imensa variedade, mas só podem ser aplicados a um processo concreto de argumentação se estiverem preenchidas duas condições: tem de haver algumas premissas geralmente aceites e que funcionem como ponto de partida para a argumentação; tem de haver um auditório relevante a persuadir ou a convencer. Há dois tipos de premissas extremamente importantes: por um lado, os factos e as verdades e, por outro, os *topoi*. (...) do ponto de vista da retórica os factos e as verdades são objectos com aceitação suficientemente intensa para não exigir reforço pela argumentação. (...) Os *topoi* ou *loci* são ‘lugares comuns’, pontos de vista amplamente aceites, de conteúdo muito aberto, inacabado ou flexível, e facilmente adaptável a diferentes contextos de argumentação” (p. 99).

experiências representativas e desafiantes à alienação da cotidianidade. Conforme discorre Heller à propósito da estrutura da vida cotidiana,

(...) não é *impossível* empenhar-se na condução da vida mesmo enquanto as condições gerais econômico-sociais ainda favorecem a alienação. Nesse caso, a condução da vida torna-se *representativa*, significa um desafio à desumanização(...). Nesse caso, a ‘ordenação’ da cotidianidade é um fenômeno nada cotidiano: o caráter representativo, ‘provocador’, excepcional, *transforma a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política*⁶⁵.

Neste sentido, pode-se assumir o modo construtivo e operante da Justiça Comunitária como uma ação ética e política reordenadora da cotidianidade contra a alienação da vida cotidiana, que, em outros termos, revela-se no empenho e na disposição de indivíduos envolvidos na tentativa de conduzir suas vidas, operando ganhos sociais e pela mesma via provocando mudanças na estrutura de sua sociabilidade.

2.4 Justiça Comunitária e o espaço retórico de ampliação da esfera político-jurídica

Justo tendo em conta o realçado caráter retórico-político da Justiça Comunitária é que cabe ressaltar a pertinência da análise do discurso jurídico construído e processado (ao mesmo tempo, ferramenta e produto, em relação direta com um tipo de raciocínio jurídico) nas práticas de produção jurídica não-estatal comunitárias. Além do mais, reconhecer a existência de juridicidades alternas à do Estado – ainda que constitutivamente influenciadas por esta – torna-se politicamente relevante ao constatar-se o conteúdo de consolidação democrática e ampliação da esfera político-jurídica em entornos nitidamente marginalizados, onde as relações sociais e os indivíduos passam a sentir-se inseridos e assegurados por um sistema de direito de origem e legitimidade comunitárias. Esta leitura argumentativa do direito permite,

⁶⁵ HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder (Trad.) São Paulo: Paz e Terra, s.d. 4 ed. P. 41, grifos da autora.

enfim, instaurar um campo de ação e conhecimento jurídicos que se entreabre entre a homogeneização técnico-científica da racionalidade jurídica e a tirania ideológico-política de índole conservadora.

Ficou bastante conhecida nessa área a pesquisa empírica realizada pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos no início da década de setenta no âmbito de uma favela da cidade brasileira do Rio de Janeiro, onde se propôs a estudar a produção jurídica num contexto marginal urbano, a qual denominou o direito de Pasárgada⁶⁶. Dita pesquisa e o desenvolvimento teórico produzido propiciam – pela similitude contextual e pelo propósito de uma análise sócio-jurídica não-convencional, assentada na estruturação tópico-retórica da esfera do direito – farto material para o entendimento e enquadramento teórico, sobretudo operativo, da Justiça Comunitária, em especial, em sua proeminente dimensão argumentativa, evidenciada pela dupla caracterização tipológica do modelo “construtivo-consensual”:

“Segundo a concepção tópico-retórica, o discurso jurídico tem uma natureza argumentativa, visando uma deliberação dominada pela lógica do razoável em face do circunsntancialismo concreto do problema, em caso algum redutível à dedução lógica e necessária apartir de enunciados normativos gerais. O conhecimento do discurso jurídico pressupõe, assim, uma teoria da argumentação onde se dê conta, de modo global, do processo da construção cumulativa da persuasão que culmina na deliberação”⁶⁷.

Na localidade denominada ficticiamente pelo autor de Pasárgada a resolução e o tratamento dos conflitos centram-se em torno da associação de moradores, a qual intervém nas relações sociais entre vizinhos, sobretudo nas questões relacionadas à habitação e à terra. Esta intervenção esteve antes a cargo de outras instituições comunitárias e dos líderes comunitários.

⁶⁶ Ver SANTOS, Boaventura de Sousa. *O discurso e o poder; ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*. Porto Alegre: Fabris, 1988.

⁶⁷ Ibidem, pp. 6-7.

A associação de moradores brasileira vem a ser o equivalente territorial e social do centro de conciliação colombiano encontrado em alguns entornos urbanos, embora deste último possa-se dizer que represente um avanço em termos de autonomia comunitária pela especificidade das funções que exerce e pelo reconhecimento público externo.

A prática e o discurso jurídicos de Pasárgada conformam um direito paralelo não oficial, apenas válido dentro da comunidade. A conciliação em equidade colombiana, principal mecanismo utilizado nos centros de conciliação, é, por sua vez, um instrumento de desjudicialização dos conflitos reconhecido e autorizado legalmente e que ademais conta com validade jurídica na justiça ordinária através da prestação de mérito executivo e do efeito de coisa julgada obtidos pela ata de conciliação.

A estrutura normativa do direito de Pasárgada baseia-se na inversão das normas que regem o direito oficial. Por exemplo, a ocupação ilegal, segundo o direito estatal, é transformada em posse e propriedade legais, segundo o direito de Pasárgada. No caso dos centros de conciliação colombianos a regra geral é a de que as decisões devem dar-se sobre critérios de equidade comunitariamente estabelecidos que, no entanto, podem igualmente contrariar os ditames do direito formal. O direito das leis e dos códigos serve de base de orientação e princípios, ainda que muitas vezes permeie material e processualmente a cultura jurídica das partes em conflito e do conciliador.

O presidente da associação de moradores seria a figura equivalente aos conciliadores comunitários dos centros de conciliação colombianos, sendo a pessoa diretamente responsável pela resolução dos conflitos e orientação comunitária. Os conflitos, em Pasárgada, são processados de forma parecida a uma conciliação comunitária. Uma parte apresenta o conflito frente à instância local e a outra é chamada para que ambas discutam e cheguem a um acordo sobre a causa.

Diz-se que o presidente da associação profere ao final da discussão uma decisão, ponto importante que diferenciaria o direito de Pasárgada da conciliação em equidade colombiana. Nesta, o conciliador está proibido por lei de decidir na solução de um conflito. Ademais da resolução direta de conflitos, a associação de moradores atua na ratificação de contratos, esclarecendo às partes sobre o seu conteúdo e dotando a relação de uma fonte de segurança jurídica. O que também é realizado pelos centros de conciliação ao prestar assessoria e orientação jurídica em suas necessidades cotidianas. Porém, mais do que qualquer equivalência operativa e funcional, o que parece bastante revelador é a forma, em ambos os casos, através da qual o direito é acionado e estruturado através de um discurso jurídico intensamente carregado pela retórica⁶⁸. Tanto é assim que as decisões obtidas nunca resultam da aplicação simples e direta de certas regras predeterminadas a situações concretas. Como esclarece Santos:

São antes o produto da aplicação gradual, provisória e sempre reversível de *topoi* cuja carga normativa (extremamente vaga em abstracto) se vai especificando à medida que se envolve, pela argumentação, com a facticidade concreta da situação em análise⁶⁹.

E sendo os *topoi* pontos de vista ou opiniões comunmente aceites⁷⁰ pelo grupo onde são aplicados verifica-se que, igual que nas formas de conciliação e mediação comunitárias já referidas, as práticas jurídicas da associação de moradores são inspiradas por uma orientação construtiva da justiça, segundo a qual “os referentes que se tomam no manejo de um conflito respondem a muitas variáveis que são conjugadas para produzir uma decisão, de frente com os valores mais altos de cada comunidade”⁷¹.

⁶⁸ Cf. Ibidem, pp. 9-17.

⁶⁹ Ibidem, p. 17.

⁷⁰ Cf. Ibidem, p. 17, nota 17.

⁷¹ ARDILA, Edgar. Op. Cit. 1, p. 56.

Depara-se com um modelo de construção retórica da esfera do direito em o que menos importa é a identificação da regra a ser aplicada, como vige no modelo imperativo, e sim o respaldo coletivo da decisão, elaborada em vista da concepção de justiça local e destinada, por isso, a reafirmar e reassegurar os laços de composição social. Apesar de que se possa afirmar que para a associação de moradores o recurso ao direito oficial (na modalidade de base de inversão) seja mais recorrente e usual que nas formas de Justiça Comunitária colombianas, aquele não deixa de ser um suporte de fundo, subsídio instrumentalizado pela capa retórica da argumentação.

Voltando às coordenadas de mapeamento dos modelos de administração de justiça propostas por Ardila⁷² poder-se-ia ainda dizer que o direito de Pasárgada vai em direção a um modelo *construtivo-adjudicatório*, justificada a segunda característica pela presença de um agente (individual ou coletivo) incumbido de tomar a decisão, ainda que orientada e mediada pelas finalidades e opiniões do grupo. Já as modalidades de Justiça Comunitária, em especial, a conciliação em equidade, enquadrar-se-iam no modelo *construtivo-consensual*, em que o terceiro que intervém para facilitar o acordo nunca, supostamente, decide no lugar das partes⁷³.

De todas formas, não se tratam de modelos rígidos e definitivos, servindo mais que tudo como ferramentas de análise. Até porque em sua especificidade e complexidade cada prática desenvolve atributos muito próprios e internos. Tanto é que Santos afirma que na estrutura do direito de Pasárgada a decisão é originada pela mediação, e que mesmo decisões que são produto de adjudicações de fato são apresentadas como se houvessem vindo de uma mediação.

⁷² Vide nota n. 53, p. 55, deste trabalho.

⁷³ Cf. ARDILA, Edgar. Op. Cit.1, p. 57.

Tal fato deve-se à extrema funcionalidade argumentativa do discurso jurídico de Pasárgada. Estruturalmente isso se dá porque estando as partes envolvidas em relações de múltiplo vínculo, “a continuidade das relações por sobre o conflito tende a criar um peso estrutural a cuja equilibração só a mediação se adequa”⁷⁴. Em termos contextuais o que ocorre é que dada a precariedade do aparelho coercitivo para que a reprodução da juridicidade se assegure esta tem de alçar-se na cooperação, possibilitada e maximizada pela mediação⁷⁵.

Aproveitando-se ainda da perspectiva teórica desenvolvida por Santos para o direito de Pasárgada, encontram-se outros pontos de encontro para a caracterização da Justiça Comunitária como direito estruturado a partir de um espaço retórico de argumentação.

O objeto do conflito se define no próprio andamento do processo. O objeto inicialmente exposto vai remodelando-se desde o momento em que o problema a ser tratado é apresentado à instância de resolução dos conflitos. A redefinição do objeto pode acontecer por fatores extrínsecos e intrínsecos, em relação à posição determinante (contextual ou estruturante) que ocupam na definição do objeto. Entre os primeiros, estariam o que Santos designa por *proto-políticas judiciais*, medidas constituídas localmente que regulariam a intervenção e a competência da instância solicitada. Na conciliação em equidade colombiana, ademais das políticas comunitárias internas, há uma limitação externa regulada em lei, vigorando como verdadeira política judicial, a qual dita que os conciliadores só podem atuar em matérias que sejam suscetíveis de transação, desistimento ou conciliação. Os fatores intrínsecos dizem respeito à própria funcionalidade argumentativa do discurso, responsável pelo recorte ou distensionamento da questão, de modo a servir aos propósitos da resolução do conflito⁷⁶.

⁷⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. Cit. 3, p. 22.

⁷⁵ Cf. Ibidem, pp. 21-23.

⁷⁶ Cf. Ibidem, pp. 26-29.

Como seria de se esperar, a operacionalidade destas práticas jurídicas comunitárias pouco tem a ver com uma racionalidade formal. O que não significa ausência de ordem processual. Ocorre que os formalismos processuais, antes de constituírem um arsenal organizativo externo, fazem parte da economia retórica do discurso jurídico empregado, o que os torna muito mais flexíveis e passíveis de argumentação. Por causa desta amplitude retórica é que as mesmas formas e processos emprestados do direito oficial são tão somente copiados em sua idéia geral, tendo em conta o que pode facilitar e assegurar nas relações. Desenvolvendo-se, assim, um formalismo de cunho popular⁷⁷.

Ainda que tomado desta forma, considera-se que a apropriação da instrumentalística processual do Estado e da própria cultura jurídica formal (com suas leis, documentos, valores, princípios) não se dá sem uma parcela de violência simbólica⁷⁸, originada na reprodução de um capital cultural identificado com a justiça estatal. Considerando as práticas de Justiça Comunitária, esperar-se-ia que a construção de uma normatividade, assente numa autonomia comunitária e numa concepção própria de equidade, pudesse identificar e realçar mecanismos e procedimentos comunitários próprios, fortalecedores do reconhecimento cultural individual e grupal e da consolidação político-jurídica interna.

Nem por causa disto, desconhece-se as necessidades materiais e conceituais de populações que exiguamente acedem a alguma informação e instrução e que, por isso, muitas vezes tendem a sobrevalorizar o conhecimento externo em detrimento do conhecimento comunitário popular.

⁷⁷ Cf. Ibidem, pp. 30-33.

⁷⁸ Tem-se presente os fundamentos para uma teoria da violência simbólica propostos por BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. *A Reprodução – Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Trad. Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. 2 ed. Neste trabalho, os autores dedicam-se a entender e analisar as relações entre o sistema de ensino e a estrutura das relações de classes. Dentro de tal parâmetro e compreendendo possível a aplicação de uma “teoria geral das ações de violência simbólica” a todos os processos de inculcação de um arbitrário cultural, a violência simbólica expressa “a ruptura com todas as representações espontâneas e as concepções espontaneístas da ação pedagógica como ação não-violenta”, pressupondo uma “unidade teórica de todas as ações caracterizadas pelo duplo arbitrário da imposição simbólica”, qual seja, “o arbitrário da imposição e o arbitrário do conteúdo imposto” (p. 13).

Sem falar nas dificuldades de uma projeção comunitária a longo prazo, a qual requeriria o redimensionamento profundo da esfera estatal e um investimento de ordem público concertado entre agentes governamentais e não-governamentais.

Igualmente ao que acontece com as formas e processos, é comum a incorporação de aspectos da linguagem técnica característica do direito estatal, que da mesma forma, atuam como elementos portadores de uma retórica institucional, suporte à retórica casuística, recurso de primeira mão do discurso jurídico não-estatal das experiências reportadas. E sendo o discurso retórico um discurso falado, conjuga-se também com a retórica do silêncio. Através da articulação entre fala e silêncio são estabelecidos diferentes tempos e ritmos ao processo argumentativo que pretende levar a um acerto acerca do litígio. Vale, por fim, citar o efeito retórico criado pelo espaço físico e pelos equipamentos e materiais dos quais se serve a sede da instância jurídica. Eles estabelecem uma distanciação produtora de oficialidade e respeito, sobrecarregando os atos e as palavras⁷⁹.

Entende-se, por fim, que todas essas facetas da retórica jurídica acima elencadas vão exercer um peso maior ou menor e comportar-se de modo a permitir um amplo espaço de deliberação ou um controle do discurso mais intensificado, maximizando ou minimizando os efeitos de abertura e de corte, na proporcionalidade direta em que se manifestem o grau de desenvolvimento organizativo comunitário e de interação democrática nos grupos sociais e entre os sujeitos.

Porém, não obstante as limitações e contradições internas que um sistema de organização e regulação social semi-autônomo possa conter, importa mais, para a presente análise, o que nesses espaços, tais como o do direito de Pasárgada e das formas da Justiça Comunitária colombiana, produz-se de contra-discursos, canais de não sujeição à hegemonia das práticas e dos saberes institucionalizados. Seguindo o questionamento Foucault, ao discutir

⁷⁹ Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. Cit. 3, pp. 34-43.

acerca dos planos de apropriação social dos discursos, “Não constituiriam o sistema judiciário, o sistema institucional da medicina, eles também, sob certos aspectos, ao menos, tais sistemas de sujeição do discurso?”⁸⁰.

2.5 Justiça Comunitária como espaço de mediação política do sujeito democrático

Pretende-se sublinhar aqui a centralidade e a especificidade do sujeito como irradiador ético-político de reconstrução da cultura e do pensamento democráticos. E com isso, implicar, política e epistemologicamente, o sujeito como ator e instância ética de deliberação e reordenação sociais. Ao mesmo tempo, ente responsável e signo referencial de uma experimentação política e social renovadas.

Razões pelas quais inscreve-se a Justiça Comunitária e suas práticas correlatas na condição de espaços propícios à recriação da esfera político-jurídica – a partir de então, incorporada por sujeitos-atores diretamente participantes e investida de uma significação pessoal concreta. Pois, importa não só – frente à diversidade e particularização postas na mesa da sociedade atual – a existência de um fórum aberto de discussão, mas requer-se também, até para dar-lhes sentido, que esses espaços de concertação e enfrentamento da vida diária possam estabelecer canais de comunicação com as dimensões afetivas, identitárias, históricas e culturais dos indivíduos e grupos envolvidos.

Este “direito à individuação” responde a uma situação em que perde cada vez mais sentido e função a idéia de ordem social unificada e homogeneamente controlada. Longe de se tratar do chamamento a um individualismo-anarquista reformado, o que se coloca é a necessidade de resgatar o sujeito do seu limbo de submissão social e política moderna para

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. Op. Cit., p. 45.

um estado ativo e refratário a sua multifacetada ubicação identitária. Touraine é consciente e defensor desta estratégia:

Somente o indivíduo – que pode ser um ator coletivo – não tanto como consumidor ou participante de diversos tipos de organização, mas como Sujeito, ou seja, em sua vontade de individuação pode constituir o princípio de mediação entre o mundo da instrumentalidade e o mundo da identidade, que não pode mais ser a ordem política ou social, como tinham pensado sucessivamente a filosofia política e a sociologia⁸¹.

Esta reflexão em torno do sujeito, com a qual se tem caracterizado o sujeito descentrado da pós-modernidade, presta-se, além do mais, como oportunidade para reformular o pensamento sociológico tradicional e toda sua cultura de lutas sociais, em que o sujeito encontra-se submissido aos desígnios do grupo, devendo até sacrificar-se para o sucesso de seu projeto. Deve-se agir, é certo, mas sem deixar de problematizar a natureza do agente, adverte Eagleton⁸².

A postulação em torno do sujeito democrático individualizado repõe também um sentido mais filosófico e genuíno de experiência, prediposto que está o sujeito-ator para ações autônomas de intervenção e recriação do seu entorno e de sua existência. Esta ação, em que se mesclam afirmação de identidade e engajamento político, parece confirmar – embora não se possa saber ao certo até onde vai a radicalidade de sua verve contestatória – o que profere Heller à respeito da condução da vida como ato de reação contra a alienação cotidiana:

[Na] ‘Condução da vida’ (...) a ‘muda’ coexistência da particularidade e da genericidade é substituída pela relação consciente do indivíduo com o humano-genérico e (...) essa atitude – *que é, ao mesmo tempo, um ‘engagement’ moral, de concepção do mundo, e uma aspiração à auto-realização e à auto-fruição da personalidade* – ‘ordena’ as várias e heterogêneas atividades da vida. A condução da vida supõe, para cada um, uma vida própria, embora mantendo-se a estrutura da cotidianidade; cada

⁸¹ TOURAINE, Alain. Op. Cit., pp. 68-69.

⁸² Cf. EAGLETON, Terry. As Ilusões do Pós-Modernismo. Trad. Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. Pp. 72-92.

qual deverá *apropriar-se* a seu modo da realidade e impor a ela a marca de sua personalidade⁸³.

No entanto, quanto a este propósito, difícil é ignorar a necessidade de certas condições institucionais para a consolidação do sujeito democrático, bem como eludir a dominação estrutural das sociedades capitalistas modernas. Na esfera do direito, observa-se a tendência – fruto de um processo de redistribuição das estruturas e das funções jurídicas encabeçado pelos países ricos e empregado também na América Latina – a considerar as práticas de administração desprofissionalizada e informalizada da justiça como uma espécie complementar e secundária de direito, subordinada ao controle majoritário político exercido pelo aparelho estatal. Sendo que ainda se observa recrudescer a incidência de instrumentos regulatórios e punitivos, contraparte da desigualdade e inseguranças sociais.

Pelo que se revela o déficit de constatação e tratamento político-teórico adequado da pluralidade jurídica existente, cúmplice, seja dito, de uma conceitualização legalista e centralizada do fenômeno do direito, a qual se expressa e se reproduz pela dominação político-jurídica do Estado. Logo, enquanto não for possível avançar-se em direção a um reconhecimento prático e teórico das diferentes formas de regulação social originadas fora do espaço de controle estatal, muito dificilmente conseguir-se-á alavancar estruturas apropriadas de desempenho do sujeito democrático, tal como se imagina devam ser aquelas decorrentes da criação autônomo-comunitária de juridicidade.

2.6 Por uma conformação sócio-política contemporânea

Cabe agora direcionar-se no sentido da projeção política e do desenho democrático imagináveis à constituição do sujeito democrático; e indagar, finalmente, acerca do modelo

⁸³ HELLER, Agnes. Op. Cit., p. 40, grifos da autora.

institucional de integração indivíduo-sociedade redimensionalizado pela incidência da Justiça Comunitária, campo de irradiação político-jurídica emanada pela instância sócio-organizativa chamada comunidade.

Sabe-se que na América Latina o dito “projeto civilizatório”, causador constitutivo dos Estados-nações organizados segundo o modelo europeu liberal moderno de sociedade imposto, trouxe consigo limitantes estruturais e discordâncias fáticas que até hoje não puderam ser digeridos pela multiculturalidade e multietnicidade do conjunto das populações existentes. Colocando no reta de largada o farto desafio de acenar com propostas e metas políticas realisticamente plantadas na diversidade da tecitura social.

Isto no caso de inscrever as sociedades latino-americanas em processos verdadeiramente democráticos de emancipação e de incorporação de práticas instituidoras de novas demandas e novos modelos de gestão política⁸⁴. E desta forma, propulsoras e reforçadoras das dimensões ético-políticas e discursivas dos diferentes grupos sociais, núcleos de força de geração de uma conformação sócio-política que não dispensa a pluralidade mas depende dela como sociedade. Desestruturando, por fim, a ideologia de centralidade jurídica de que se imbui o Estado, às expensas e por cima do solo fértil e dadivoso da diversidade de expressões jurídicas para-estatais. Como bem observam Guevara-Gil e Thome em relação às circunstâncias históricas de formação – e que influenciaram no tipo de vivenciação – do Estado na América Latina:

[a] lei desempenhou um papel crucial como a representação emblemática do ‘projeto nacional’ (como, por exemplo, os textos constitucionais), e como um discurso coercitivo imposto sobre a sociedade. O Estado foi visto como a única e exclusiva fonte de direito. Assim, o Estado ‘alimentou’ a sociedade através de uma estrutura sistemática de proposições legais normativas (pirâmide e norma fundadora de Kelsen). Mas esta equação baseada na equivalência entre uma nação/um Estado/um

⁸⁴ Cf. GUEVARA-GIL, Armando e THOME, Joseph. Notes on Legal Pluralism. In: *Beyond Law*. Bogotá, Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos. Vol. 2, Issue # 5 – July 1992. Pp. 75-76.

sistema legal não é, na verdade, descritivo e sim um conjunto *prescritivo* de assunções sobre direito e sociedade, e particularmente irrelevante senão ríizível no contexto de diferenças étnicas e culturais da América Latina⁸⁵.

Voltando ao momento atual, e tentando apreender algumas pistas acerca de uma conformação sócio-política contemporânea, retorna-se a Touraine, quem formula a hipótese do desaparecimento do que hoje se chama de sociedade, incapaz, diz, de combinar uma vida social em constante processo de mudança com o direito de determinação pessoal de cada indivíduo. Poder-se-ia ver implícita em tal proposta a negação utópica de uma sociedade socialista, ainda vista como o horizonte conciliatório entre igualdade e diversidade? Talvez o eminente sociólogo quizesse referir-se, com um certo desencanto pela hipocrisia de muitas democracias européias, à aventura concreta de um outro modelo político, sustentado num conhecimento das estruturas sociais distinto do que até agora se fixou nos sistemas para, assim, partir ao encontro do sujeito – identificado a várias ordens –, ponto em que se reúnem desejo e lei, solidariedade e transgressão, anseio de reconhecimento individual e grupal e vontade de transformação social⁸⁶.

Chega-se ao ponto em que se pode reunir Justiça Comunitária, cultura e política democrática. Isto porque a partir do reforço do direito de determinação pessoal de cada indivíduo, tanto em sua identidade individual como coletiva, passa-se a incorporar de forma incisiva o caráter substancial da cultura na dimensão política. Ante à urgência da necessidade de reconformação social, política e democrática, a Justiça Comunitária aparece como o elo que reconduz a tradição do exercício político público e democrático a uma via apta de libertação do sujeito, pronto para agir ao mesmo tempo que integra sua subjetividade na ação.

Ao adentrar-se na reflexão da esfera propriamente jurídica dá-se conta de que não são mais do que processos sociais e culturais os responsáveis diretos pelo manutenção e

⁸⁵ Ibidem, p. 77 (trad. nossa, grifos dos autores).

⁸⁶ Cf. TOURAINE, Alain. Op. Cit., pp. 93, 105-109.

identificação de uma determinada normatividade, tanto como o *status* de “legalidade” ou “ilegalidade” que ela carrega. O que se considera como direito é produto de uma construção cultural e histórica. Pois, o direito não se reduz a uma forma institucionlizada de controle social, representa, em sentido mais amplo, uma teorização acerca de como se vive e se pensa a vida social. É esta dimensão “não-normativa” da normatividade que pode fornecer os elementos culturais, políticos e históricos necessários à configuração de novos arranjos políticos e sociais na contemporaneidade⁸⁷.

Permitindo aventar acerca de uma experimentação democrática sólida e coerente, articuladora do conjunto de tradições e diferenças com as demandas de projeção política do sujeito. Motivo pelo qual, mais uma vez, avaliza-se o fortalecimento de uma Justiça Comunitária respeitadora destes aspectos. Por esta junção – entre Justiça Comunitária e experimentação democrática competente –, torna-se plausível alcançar consistência teórica e compreensão política mais alargadas à respeito das diversas esferas de regulação social existentes e do fenômeno do pluralismo jurídico como um todo. Tornando possível, finalmente, avançar em direção a um novo desenho político e democrático, em que o Estado seja um potente colaborador na tarefa de rearticulação das identidades pessoais, culturais e comunitárias. Também Touraine não concebe dispensar o suporte institucional, necessário à reconfiguração política e democrática. Conforme este propósito pondera:

A democracia é antes de mais nada o conjunto das condições institucionais que permitem e favorecem essa recomposição de uma experiência humana que foi cortada em dois pelo modelo ocidental de modernidade e na qual cada um de nós, individualmente e nos seus pertencimentos coletivos, somente pode representar uma parte⁸⁸.

⁸⁷ Cf. GUEVARA-GIL, Armando e THOME, Joseph. Op. Cit., pp. 89, 91.

⁸⁸ TOURAINE, Alain. Op. Cit., p. 101.

Pelo quadro complexo de compreensão da Justiça Comunitária – canal político-jurídico de recondução democrática e de uma reconfiguração social ampla – corrobora-se a importância epistemológica e política do lugar do sujeito. Apenas pela reconstrução do espaço de vida pessoal, acredita-se, pode-se obter cimento coesivador e dar base a novas formas de mediação política e composição do social. Sendo essas mediações, mais coerentes democraticamente porque mais coordenadas com a rede de identidades, contradições e pertencimentos sociais, que irão, por sua vez, retro-alimentar e proteger as mesmas esferas individual e de ação política dos sujeitos.

2.7 Justiça Comunitária e a democracia possível

Após ter indicado a Justiça Comunitária como modelo capaz de servir de espaço à mediação política do sujeito democrático e, portanto, admitindo a necessidade de uma conformação sócio-política ajustada a uma revigorada projeção vivencial e institucional dos indivíduos na sociedade, resta traçar algumas considerações acerca das condições e contingências envolvidas na realização de um espectro democrático futuro.

Um dos desafios mais conflitantes da contemporaneidade social e política tem sido o de lidar com as questões e impasses do multiculturalismo e das diferenças dentro do processo acelerado de globalização encaminhado junto ao movimento crescente de afirmação das particularidades e identidades. E o que advém de mais grave em decorrência destes dois fenômenos é a nefasta radicalidade de ambas estratégias, que tanto de um lado ou de outro ressentem de uma falta de criterização prática e valorativa. Sérgio Paulo Rouanet, adentrando neste tema, imagina uma outra forma de internacionalização, positiva e necessária, em resposta à dominação econômica exercida pela globalização, a qual ele chama de universalização. Sobre tal projeto, inspirado no Iluminismo humanista, afirma:

Enquanto os agentes do processo de globalização são os agentes transnacionais, os agentes da universalização são os intelectuais, as organizações não-governamentais e as democracias nacionais. A globalização é impessoal e obedece às leis do mercado, a universalização é normativa e pressupõe o debate público e o entendimento político⁸⁹.

No entanto, daí surge a pergunta à respeito de que tipos de processos concretos essa universalização seria intermediada, ou seja, de que forma as instâncias locais de regulação social e identidade cultural incidiriam em vista de uma política da diversidade inserida num contexto de universalização. A questão das particularidades, neste sentido, vem a ser bastante melindrosa e carente de respostas definitivas. Segundo Rouanet,

O que é grave, na particularização, não é a importância que ela dá às identidades locais, e sim o fato de que ela não aceita a autoridade de instâncias capazes de regulamentar a coexistência dos diferentes atores étnicos ou nacionais⁹⁰.

A dificuldade reside em que se em termos de internacionalização na esfera prática e de valores o estabelecimento de princípios e regras gerais pode ser mantido num certo nível metafísico e retórico de existência, a sua aplicação choca com uma ampla diversidade cultural que muito dificilmente pode encontrar um fundo comum de validação. A proposição acerca de uma cultura política comum, como imagina Rouanet, soa, bem mais, uma última expressão de crença numa modernidade emancipatória que ainda persiste imprimir-se sobre marcos regulatórios demasiado modernos. Entende-se que os desafios concernentes a um modelo de sociabilidade e organização política plural só podem ser tangidos se negociados, reformulados e rediscutidos a cada evento. A imperiosidade de uma verdade transcultural, conformadora de práticas e valores validamente aceitos, poderia ser refigurada pela concepção de saberes

⁸⁹ ROUANET, Sergio Paulo. A latinidade entre a universalização e a pluralização. In: *Revista Tempo Brasileiro*. N. 136. Rio de Janeiro, jan. – mar., 1999. P. 138.

⁹⁰ ROUANET, Sergio Paulo. Op. Cit., p. 139.

construídos localmente, antecipações concretas de verdade acionadoras de barragens à potência destrutiva do controle político de uma Verdade⁹¹.

Da sorte de organização e gerenciamento social e jurídico da pluralidade dependerá a pulverização democrática que, como areia, constituirá cenários políticos mais móveis e tangíveis. Diante dos quais, a exigência de equivalência entre as lutas democráticas, sedimentada sobre uma identidade política comum baseada no reconhecimento conjunto de certos valores éticos e políticos⁹², não corresponde à estrutura pluralista jurídica desejada nem serve de solo para a identificação pessoal e coletiva de suas demandas.

Pois que sentido pode e deve haver hoje ao se falar de lutas sociais? Retorna-se ao tema relacionado ao sentido de ator social. Foi dito que só existe realmente ator social se este for considerado enquanto ator individual. Tal equivalência pode, quem sabe, parecer exagerada quando não descabida. No entanto, situa-se e justifica-se dita afirmação num imaginado contexto de defesa da autonomia do sujeito, identificado a um projeto de autonomização radical humana. Que planta suas raízes no terreno do acionar político, entendido como exercício da política, atividade através da qual os sujeitos fundam e discutem sua organização grupal e reconhecem-se uns aos outros bem como a si próprios a partir de uma autonomia individual realizada, naturalmente extravasada e celebrada no âmbito social.

⁹¹ Cf. BADIOU, Alain. Op. Cit., pp. 43-51.

⁹² Cf. MOUFFE, Chantal. DemocraticCitizenship and the Political Community. In: ____ (Editor). *Dimensions of Radical Democracy: pluralism, citizenship, community*. London – New York: Verso. Pp. 225 – 239. Pensando na hegemonia das forças democráticas, o autor argui em favor de uma identidade política comum, entendida como a identificação coletiva com uma interpretação radical dos princípios democrático-liberais da liberdade e da igualdade.

Rejeitando do acontecer democrático da política a esperada vinculação a um consenso anterior formal. Sem o qual abre-se a porta para a entrada em cena do ser pleno do sujeito, inserido no jogo de representação de sua existência e de suas verdades que se recriam a cada acontecimento e interpretação⁹³. Conforme completa Castoriadis:

Ser sujeito, e ser sujeito autônomo, é ainda ser alguém e não todos, quem quer que seja ou qualquer coisa que seja. É ainda e sobretudo investir objetos determinados e investir a *sua* identidade – a representação de si mesmo como sujeito autônomo⁹⁴.

Sendo tal o sentido de ação democrática que se pretende registrar: evento ou acontecimento que se esgota em si mesmo mas que em nenhum momento se superpõe ou subtrai ao sujeito. Que ao extrair o sentido da ação não mais da subjetividade daqueles que a experimentam, e sim da experiência em si mesma, proporciona um fundamento mais sólido e real ao fazer democrático, reconhecendo-lhe como ato irrepetível de criação de uma verdade externa ao sujeito e que, no entanto, jamais prescinde de suas decisões e escolhas pessoais.

Por ditos motivos invoca-se o marco de uma ação democrática que vise à projeção político-identitária para a América Latina. Projeção que reúne história, identidade e autonomia em torno do sujeito, este ser-objeto posicionado, com quem tomam corpo e forma a natureza localizada, o caráter argumentativo e o teor político-democrático da Justiça

⁹³ Cf. GADAMER, Hans-Georg. El juego como hilo conductor de la explicación ontológica. In: *Verdad y método. Fundamentos de una hermenéutica filosófica*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1977. Pp. 143 – 181. Retém-se aqui os ensinamentos a respeito do jogo como fio condutor da explicação ontológica da obra de arte para extendê-los ao campo da ação política. De modo que se possa imaginar a experiência política, tal qual a experiência estética, que apreende Gadamer, como *constructo* que se auto-realiza, mediação que se satisfaz e se completa em sua execução e que encontra seu verdadeiro ser no fato de que modifica ao que a experimenta. Para o autor, o sentido cognitivo retirado desta mediação está no reconhecimento: “O que se experimenta numa obra de arte, aquilo em direção ao qual nos polarizamos nela, é mais precisamente em que medida é verdadeira, isto é, até que ponto conhecemos e reconhecemos algo nela, e neste algo a nós mesmos. (...) Somente em seu reconhecimento alcança o “conhecido” seu verdadeiro ser e se mostra como o que é. Como reconhecido converte-se naquilo que foi retido em sua essência, liberado da causalidade dos aspectos” (pp. 158 – 159, trad. nossa).

⁹⁴ CASTORIADIS, Cornelius. Op. Cit., p. 238.

Comunitária. Justiça que é produto e causa da vivência e da institucionalização autônomo-comunitária.

2.8 Identificando a Justiça Comunitária

2.8.1 Marcos legais

Pode-se dizer que a Justiça Comunitária, enquanto forma diferenciada de aceder à justiça e elaborar o direito, tem seu primeiro marco legal na Colômbia a partir da Lei n. 23, de 21 de março de 1991 (com alguns artigos posteriormente modificados pela Lei n. 446, de 7 de julho de 1998). Criada com o intento de pôr em prática mecanismos de descongestionamento das varas judiciais, a lei anunciava entre estes a conciliação em equidade, modalidade comunitária por excelência de desjudicialização dos conflitos⁹⁵.

A conciliação em equidade assenta-se sobre o exercício gratuito da função de conciliador(a) realizada por um membro socialmente reconhecido da comunidade⁹⁶. À incorporação legal de dita prática – originariamente comunitária – pela Lei n. 23, de 1991,

⁹⁵ Cf. Ley 23 de 1991. In: DESCONGESTIÓN, EFICACIA Y ACCESO A LA JUSTICIA. *Ley 446 de 1998* (Julio 7). Medellín: Librería Jurídica Sanchez, s.d. Pp. 137-168.

⁹⁶ Os preceitos legais que tratam sobre esta prática (alguns deles com nova redação conferida pela Lei n 446, de 1998) dizem a seu respeito que i) a seleção dos candidatos a conciliadores se fará com a colaboração da Direção Geral de Prevenção e Conciliação do Ministério de Justiça e de Direito e deverá atender a um processo de eleição dos conciliadores pelas comunidades; ii) o exercício das funções do conciliador se fará de forma gratuita, tendo em conta que seu nombramento constitui especial reconhecimento ao cidadão de conotadas qualidades; iii) os conciliadores poderão atuar em todas as matérias que sejam suscetíveis de transação, desistência ou conciliação; iv) o procedimento para a conciliação em equidade deverá reger-se por princípios de informalidade e celeridade que orientem as partes para que consigam um acordo amigável; v) do resultado do procedimento, as partes e o conciliador levantarão uma ata em que conste o acordo, a qual terá caráter de coisa julgada e prestará mérito executivo; vi) os conciliadores deverão ter um arquivo das atas das audiências realizadas, sendo que as partes poderão pedir cópias de ditas atas, as quais se presumem autênticas (Cf. Ley 23 de 1991, arts. 82-89. In: DESCONGESTIÓN, EFICACIA Y ACCESO A LA JUSTICIA. Op. Cit., pp. 159-161). A conciliação, em termos gerais, é aqui entendida como um mecanismo tendente à desjudicialização dos conflitos e a sua resolução pela via pacífica e dialogada, pelo qual duas ou mais pessoas gestionam por si próprias a solução de suas diferenças, com a ajuda de um terceiro neutral e qualificado para atuar como conciliador. Na Colômbia podem ser conciliados todos os assuntos suscetíveis de transação, desistimento e aqueles que expressamente determine a lei. Em todos os casos, o acordo advindo de uma conciliação tem efeito de coisa julgada e a ata de conciliação presta mérito executivo (Cf. Ley 446 de 1998, arts. 64-66. In: DESCONGESTIÓN, EFICACIA Y ACCESO A LA JUSTICIA. Op. Cit., p. 81).

seguiu-se a carta constitucional de 1991 e outras legislações que se dirigiam explicitamente a uma abertura da administração da justiça; convocando à constatação e ao reconhecimento social e político das manifestações de juridicidade encontradas no conjunto de práticas comunitárias existentes, advindas da tradição histórica, dos costumes e das necessidades organizativas das populações.

É de considerar-se, porém, como não de concordar muitos dos quem vêm observando e acompanhando o processo de desenvolvimento das práticas comunitárias de justiça, que a expedição de leis que regulamentam o seu exercício está implicada com o objetivo de “incorporar dentro dos parâmetros do serviço de justiça oferecido pelo Estado as diferentes manifestações de justiça que, geradas no interior das comunidades, alcançaram certo grau de sustentabilidade e perdurabilidade”⁹⁷. Além do mais, acredita-se que por este esforço normatizador enfatizaram-se, em maior parte, aspectos técnicos e formais, em detrimento de conteúdo substanciais para a Justiça Comunitária, como o reconhecimento comunitário do conciliador, a qualidade do acordo e o interesse restaurador pretendido. Com o que foram abortadas aquelas experiências de Justiça Comunitária que não resistiram aos controles e às formas legalmente estipuladas; enquanto que outras permaneceram existindo, paralelamente⁹⁸.

À despeito das críticas relacionadas aos efeitos contraproducentes e à inefetividade prática das disposições legais, inegável que, desde então, operou-se a elevação do tema da Justiça Comunitária à condição de objeto disciplinário, político e jurídico. Erigindo-se num dos enfoques centrais da discussão teórico-crítica do direito. Pondo em questionamento os desenhos da configuração e do papel contemporâneo do Estado, os sentidos compartilhados de lei, poder e direito; remexendo, enfim, os imaginários construídos acerca da esfera político-jurídica latino-americana.

⁹⁷ LÓPEZ B., Manuel. La Justicia: una virtud para el ejercicio ciudadano. In: LÓPEZ B., Manuel et alii. Op. Cit., p. 23, (trad. nossa).

⁹⁸ Cf. Ibidem, p. 24-25.

É certo também que, pelo lado da promoção institucional, a regulação e o reconhecimento legislativo de práticas de Justiça Comunitária não pode ser desprezado como uma alavanca significativa. É o caso, por exemplo, do impulso dado à formação de conciliadores em equidade e à constituição de centros de conciliação comunitários, ainda que não estejam tão difundidos e já alguns encontrem-se passando por crises e processos de reavaliação. A jurisdição indígena, reconhecida constitucionalmente, sofre do problema de não dispor de um sistema suficientemente claro de justiça na atualidade – pese à dispersão e ameaça cultural a que estão submetidos – para desenvolver satisfatória e legitimamente seu derecho interno. No entanto, é inegável o fortalecimento e a recuperação histórico-cultural estimulados pela possibilidade de erigir uma justiça própria. A jurisdição de paz está em vias de conformar-se, haja visto que com a regulamentação por lei do ditame constitucional que lhe autoriza tem-se avançado nos requisitos legais e fáticos para sua concretização.

No que tange aos outros instrumentos de descongestionamento da justiça ordinária dispostos pela Lei n. 23, de 1991, discorre-se sobre: a transferência de competência aos funcionários de polícia (inspetores penais de polícia ou inspetores de polícia) quanto ao conhecimento em primeira instância de certas contravenções especiais; a transferência de competências às autoridades de trânsito em determinados casos; a conciliação laboral; a conciliação na legislação de família; a conciliação contenciosa administrativa; os centros de conciliação criados por pessoas jurídicas sem ânimo de lucro; a arbitragem independente, institucional ou legal⁹⁹.

⁹⁹Cf. Ley 23 de 1991. In: DESCONGESTIÓN, EFICACIA Y ACCESO A LA JUSTICIA. Op. Cit., pp. 137-168. Segundo a Lei n. 23, de 1991, diz-se no que tange à conciliação laboral: a audiência de conciliação poderá ser solicitada pelo empregador ou pelo trabalhador, por meio ou não de advogado; deverá ser intentada perante as autoridades administrativas do trabalho ou perante um Centro de Conciliação antes da apresentação da demanda (arts. 24-26). Sobre a conciliação contenciosa administrativa dispõe esta mesma lei que poderão conciliar, total ou parcialmente, na etapa pré-judicial ou judicial, as pessoas jurídicas de direito público, através de seus representantes legais ou por meio de advogado, à respeito de conflitos de caráter particular e conteúdo econômico que conheça ou possa conhecer a jurisdição contenciosa administrativa (art. 59). Quanto à conciliação em matéria de família, a Lei n. 446, de 1998, atualiza a Lei n. 23, de 1991, dizendo que deverá intentar-se previamente à iniciação do processo judicial, seja perante o Juiz de Família, o Defensor de Família, o Comissário de Família ou, em sua ausência, perante o Juiz Municipal, sobre os assuntos previstos por lei (Cf. Ley 446 de

Posteriormente, a Constituição Política da Colômbia, promulgada em 04 de julho de 1991, com o objetivo de alçar como parâmetro sócio-organizativo a implementação de vias para a concreção de uma democracia participativa, estabeleceu em vários de seus artigos numerosos instrumentos e diretrizes políticas designados à realização de um novo projeto de Estado e gestão da justiça. Em seu artigo 116 reconhece a possibilidade dos particulares serem investidos transitoriamente da função de administrar justiça na condição de *conciliadores* ou de *árbitros* habilitados pelas partes para proferir decisões assentadas no direito ou em equidade, nos termos que determine a lei. No Capítulo 5, do Título VIII (Da Função Judicial), dedicado às Jurisdições Especiais, também se abre a administração da justiça a entes não-estatais. Assim diz o art. 246 em relação à jurisdição especial indígena:

As autoridades dos povos indígenas poderão exercer funções jurisdicionais dentro de seu âmbito territorial, em conformidade com suas próprias normas e procedimentos, sempre que não sejam contrários à Constituição e leis da república. A lei estabelecerá as formas de coordenação desta jurisdição especial com o sistema judicial nacional.

1998, artículo 88. In: DESCONGESTIÓN, EFICACIA Y ACCESO A LA JUSTICIA. Op. Cit., p. 92). No que toca aos Centros de Conciliação a Lei n. 23, de 1991, diz que para sua criação, pelas pessoas jurídicas sem ânimo de lucro, devem contar com a autorização da Direção Geral de Prevenção e Conciliação do Ministério da Justiça e do Direito (art. 66). Estes Centros estão habilitados para conciliar sobre todas as matérias que sejam suscetíveis de transação, desistimento ou conciliação. Os Centros são instâncias válidas para a realização da conciliação prevista em matéria laboral, de família, civil, contenciosa administrativa, comercial, agrária e policial (art. 75 e inciso 2º). A Lei n. 446, de 1998, define a arbitragem como “um mecanismo por meio do qual as partes envolvidas num conflito de caráter transigível, diferem sua solução a um tribunal arbitral, o qual torna-se transitoriamente investido da faculdade de administrar justiça, proferindo uma decisão denominada laudo arbitral”, sendo que “a arbitragem pode ser em direito, em equidade ou técnica” (Cf. Ley 446 de 1998, artículo. 111. In: DESCONGESTIÓN, EFICACIA Y ACCESO A LA JUSTICIA. Op. Cit., p.103, trad. nossa). Por sua vez, a Lei n. 23, de 1991, em seu artigo 90, classifica e define: arbitragem independente, aquela em que as partes acordam autonomamente as regras do procedimento aplicáveis na solução de um conflito; institucional, aquela em que as partes submetem-se a um procedimento estabelecido por um centro de arbitragem; arbitragem legal, realizada na falta de acordo referente e seguindo as disposições legais vigentes. Dispõe ainda a lei que os Centros de Arbitragem, igual que os Centros de Conciliação, podem ser criados por pessoas jurídicas sem ânimo de lucro mediante prévia autorização da Direção de Conciliação e Prevenção do Ministério de Justiça e de Direito (art. 91).

E quanto aos juízes de paz, jurisdição que começou a ser implementada pouco a pouco com a regulamentação da Lei n. 497, de 10 de fevereiro de 1999, dita o art. 247: “A lei poderá criar juízes de paz encarregados de resolver em equidade conflitos individuais e comunitários. Também poderá ordenar que se elejam por votação popular”. O juiz de paz, figura inspirada na histórica justiça de paz do direito peruano, tem por função inicialmente conciliar e em caso de fracasso desta etapa está autorizado a proferir sentença em equidade.

Consoante a semelhante desígnio, a Lei n. 70, de 27 de agosto de 1993 – reguladora do Art. transitório 55 da Constituição colombiana –, que estabelece o reconhecimento do direito à propriedade coletiva e os mecanismos para a proteção e desenvolvimento dos direitos e da identidade cultural das comunidades afro-colombianas, diz em seu artigo 5º que os Conselhos Comunitários (órgão de administração interna de ditas comunidades requerido para o recebimento em propriedade coletiva das terras adjudicadas) têm como uma de suas funções atuar como amigáveis compositores¹⁰⁰ nos conflitos internos factíveis de conciliação¹⁰¹.

Com o objetivo de modernizar a administração da justiça, em 1992 Colômbia assiste à reestruturação do Ministério de Justiça que passa, então, a contar com uma Direção Geral de Prevenção e Conciliação, com a função de traçar as políticas em matéria de prevenção do delito e soluções extrajudiciais de conflitos no âmbito nacional, a cargo, respectivamente da Divisão de Prevenção do Delito e da Divisão de Conciliação e Soluções Extrajudiciais¹⁰².

Em 1994 aparece o Programa Nacional de Casas de Justiça, no intento de ampliar e garantir o acesso a formas de administração da justiça, sobretudo àquelas populações carentes que se ressentem de uma justiça pouco eficiente e distante. Atualmente estão em

¹⁰⁰ A amigável composição define-se como mecanismo “pelo qual dois ou mais particulares delegam a um terceiro, denominado amigável compositor, a faculdade de precisar, com força vinculante para elas, o estado, as partes e a forma de cumprimento de um negócio jurídico” (Ley 446 de 1998, art. 130. In: DESCONGESTIÓN, EFICACIA Y ACCESO A LA JUSTICIA. Op. Cit., pp. 112-113).

¹⁰¹ Cf. LEY 70 DE 1993 (agosto 27). *Por la cual se desarrolla el artículo transitorio 55 de la Constitución Política.*

¹⁰² Cf. MECANISMOS ALTERNATIVOS DE SOLUCIÓN DE CONFLICTOS. Mediación – Conciliación – Arbitraje – Amigable Composición Ministerio de Justicia e del Derecho. Bogotá, Julio de 1998. Pp. 27-28.

funcionamento apenas nove Casas de Justiça, embora o programa inicialmente pretendesse uma cobertura bastante extensa em todo o país. A Casa está conformada como um centro multiagencial que reúne diversas entidades que prestam serviços de referência e resolução de conflitos, mediante a aplicação de mecanismos formais e não-formais de administração da justiça. Dentre os mecanismos não-formais despontam os procedimentos de conciliação extrajudicial, realizada perante autoridades administrativas, em consultórios jurídicos universitários, ou por membros da comunidade que estejam atuando como conciliadores em equidade¹⁰³.

Ainda, como aprovação legal das práticas informais e desjudicializadas de administração da justiça, a Lei n. 270, de 07 de março de 1996, estatutária da administração da justiça, estatui como um de seus princípios a “alternatividade”, segundo o qual “A lei poderá estabelecer mecanismos diferentes ao processo judicial para solucionar os conflitos que se apresentem entre os associados e sinalará os casos nos quais haverá lugar à cobrança de honorário por estes serviços” (art. 8)¹⁰⁴. No que concerne à estrutura geral da administração da justiça, conforme essa mesma lei, estabelece-se que o exercício da função jurisdicional dá-se também através de “particulares atuando como conciliadores ou árbitros habilitados pelas partes, em assuntos suscetíveis de transação, em conformidade com os procedimentos sinalizados na lei” (art. 13, item 3)¹⁰⁵. Reforçando, assim, preceito já instituído pela Constituição colombiana quanto à possibilidade de particulares serem investidos transitoriamente da função jurisdicional.

¹⁰³ Cf. INFORME DE COYUNTURA DE LA JUSTICIA. Programa Nacional de Casas de Justicia: alcances, dificultades y perspectivas. In: JUSTICIA Y DESARROLLO: DEBATES. Paz y Democracia: el aporte de la Justicia Comunitaria. Bogotá: Corporación Excelencia en la Justicia, Diciembre 1999. Año II. N. 10. Pp. 16-28.

¹⁰⁴ MECANISMOS ALTERNATIVOS DE SOLUCIÓN DE CONFLICTOS. Op. Cit., p. 45.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 46.

O desenvolvimento de formas alternativas de manejo da justiça não é exclusivo do campo legislativo. Apesar de que os mecanismos que atualmente se impõem pela forma de leis e políticas públicas sejam, tão pouco, completamente novos. Instrumentos de desjudicialização já se verificam na legislação colombiana desde 1825, quando se instaura a conciliação como requisito de procedibilidade em matéria civil, eclesiástica e militar, e 1829, quando se exige este procedimento para todos os processos da jurisdição ordinária, desaparecendo, porém, em 1859 e só retornando em 1921, em matéria laboral, de maneira facultativa¹⁰⁶.

Um dos recentes arranques institucionais no impulso ao descongestionamento, à eficiência e ao acesso em termos de administração da justiça foi dado pela Lei n. 446, de 07 de julho de 1998, a qual dedica uma parte importante de seu texto aos mecanismos alternativos de solução dos conflitos¹⁰⁷. Neste propósito, detalha, aprofunda e modifica algumas disposições anteriormente vigentes pela Lei n. 23, de 1991, – relacionadas à conciliação extrajudicial em matéria trabalhista, de família e contenciosa administrativa; aos centros de conciliação operados por pessoas jurídicas sem ânimo de lucro; à conciliação em equidade; e à arbitragem – e incorpora a figura da amigável composição¹⁰⁸.

Sabe-se ainda que, no ano de 2000, tramitava no Senado colombiano projeto de lei visando estabelecer a conciliação extrajudicial em direito como requisito de procedibilidade para demandar perante às jurisdições ordinária e administrativa em todos aqueles assuntos respeito aos quais fosse procedente a conciliação judicial¹⁰⁹.

¹⁰⁶ Cf. *Ibidem*, p. 9.

¹⁰⁷ Entende-se por mecanismos alternativos de solução de conflitos todas aquelas possibilidades de resolução de conflitos que não passam pela via judicial e encontram-se sustentadas no diálogo, no respeito às diferenças e na rejeição categórica da violência (Cf. MECANISMOS ALTERNATIVOS DE SOLUCIÓN DE CONFLICTOS. Op. Cit., p.11).

¹⁰⁸ Cf. Ley 446 de 1998. In: DESCONGESTIÓN, EFICACIA Y ACCESO A LA JUSTICIA. Op. Cit., pp. 15-136.

¹⁰⁹ Cf. CÓDIGO. *Suplemento Jurídico de El Espectador*. Bogotá, 24 de octubre de 2000. Numero 4. P. 8.

2.8.2 Desenvolvimento social

Colômbia desponta como um dos países latino-americanos onde a discussão acerca da Justiça Comunitária tem sido tomada de impulso institucional e dinamismo comunitário. Tragicamente, muitas das possibilidades de resolução pacífica e dialogada do conflito de índole comunitária ergueram-se contrariamente ao predomínio da violência e da situação de guerra que rendia o espaço social de convivência num campo fragmentado e de enfrentamentos hostis. Apesar de problemas crônicos de sustentabilidade de um espaço público democrático e de desfalque integrador do Estado – mas também por esses motivos – foi-se mantendo e gerando com o tempo diferentes formas de processamento do conflito e de compreensão coletiva da justiça. Tais são os mecanismos empregados pela justiça indígena, pelas populações afro-colombianas, pelos centros de conciliação e orientação urbanos e por agentes individuais, na tentativa de reanimar a tecitura social e política com base na apropriação identitária dos problemas comunitários.

Entre as mais antigas formas de exercício comunitário do direito observa-se historicamente nas tradições dos povos indígenas a figura do Palavreiro (*Palabrero*), autoridade que exerce uma função conciliadora e preventiva em relação aos conflitos que se sucedem no interior da comunidade. Em outro contexto, mas exercendo uma função similar, encontram-se os Majoritários (*Mayoritarios*), autoridades ancestrais presentes nas comunidades negras, que atuam como mediadores de conflitos e utilizam seus próprios critérios de justiça¹¹⁰.

¹¹⁰ Cf. GAMBOA, Alba Lucía Sequeda. *Justicia Comunitaria y Conciliación en Equidad – Sistematización de la Experiencia en Santander*. Bucaramanga: Corporación para el Desarrollo del Oriente COMPROMISO – Red de Justicia Comunitaria y Tratamiento de Conflictos, 2000. Pp. 29-30 (trad. nossa).

Ademais destas formas culturalmente consolidadas, tanto no âmbito urbano como no rural, tem-se gestado, cotidianamente, mecanismos, alguns mais especializados que outros, – que possuem uma elaboração e aplicação muito mais empírica e imediata se comparados aos órgãos e autoridades comunitários desenvolvidos pela história e a tradição – com o fim de resolver conflitos e situações da realidade comunitária de zonas quase sempre socialmente castigadas e desatendidas em grande parte pela justiça estatal. Depara-se aí com um cenário bastante rico e diversificado de construções normativas e modos de regulação social.

Muitos desses mecanismos de tratamento de conflitos – que podem incluir a mediação, a conciliação, o aconselhamento vicinal e formas de compadrio e ajuda, instrumentos mais ou menos elaborados, mais ou menos diretos de intermediação e composição social – vêm já de uma longa trajetória de uso e permanência, outros são de aparição mais recente.

López, assessor comunitário e pesquisador colombiano, apreende quatro tipos básicos de processamento pacífico e dialogado dos conflitos, desenvolvidos dentro daquelas comunidades onde, por não poder contar com os serviços de justiça oferecidos pelo Estado, instaurou-se diferentes mecanismos que expressam uma compreensão coletiva da justiça e as possibilidades de sustentabilidade e permanência de um sistema de regulação social de origem comunitária¹¹¹. Entre as formas praticadas López identifica a *mediação*, trabalho realizado de forma quase natural e espontânea por líderes sociais que, atentos às diferenças que surgem entre alguns membros da comunidade, agem de modo a prevenir ou recompor diferenças que possam criar rupturas nos vínculos sociais. Já a *conciliação* difere-se pelo estabelecimento de um firme contato e aproximação entre as partes conflitantes, sendo o conciliador o terceiro facilitador que cumpre a tarefa de levar as pessoas implicadas a se depararem com o problema e concluírem a melhor forma de resolver seu conflito. Por sua vez, a *pactação* caracteriza-se pela formulação de acordos mais abrangentes, que propiciem condições de convivência e

¹¹¹ Cf. LÓPEZ B., Manuel. Op. Cit. 1, pp. 19-20.

relacionamento entre partes enfrentadas, por isso bastante usada nos casos envolvendo grupos em disputa. E na figura dos *juízes* situam-se aquelas pessoas portadoras do respaldo da comunidade para coercitivamente impor decisões que, presume-se, serão acatadas pelas partes em conflito quando estas não consigam chegar a um acordo¹¹².

O que se pode deduzir destes instrumentos é que não se percebe um sistema de caracterização que os identifique precisamente, tão pouco regras fixas para sua utilização. Posto que são *constructos* de um direito que se erige diretamente do mundo material, não é possível retê-los em uma forma conceitual e classificatória precisa, ainda que isto não seja impedimento para concebê-los como emanções de uma normatividade emergente, derivada de uma autonomia social e politicamente construída pelas mesmas comunidades.

Não havendo uma definição madura sobre o tema da Justiça Comunitária que possa servir de horizonte teórico seguro de referência e ser base para um acordo conceitual do significado da expressão, está-se pisando, sem dúvida, num terreno de controvérsias; ainda mais movediço quando revolido pelo universo maior da justiça, suas mudanças, tendências atuais e, falando de América Latina, pelo processo frenético de implantação de medidas de reforma judicial¹¹³ – tem-se em mente toda a política setorial de justiça posta em ação nos

¹¹² Cf. Ibidem, pp. 21-23. Para o autor, estas práticas de justiça, entre outras possíveis, fundamentam-se, em primeiro lugar, nas possibilidades oferecidas por pequenos conglomerados que favorecem a introjeção coletiva de uma série de valores que devem ser respeitados pela coletividade; num segundo plano, em certas práticas internas de justiça distributiva e adjudicatória aceitas, defendidas e interiorizadas pela comunidade, não como postulados teóricos, mas na forma de ações concretas assumidas como diretrizes da sociabilidade cotidiana; e, por último, na aplicação de medidas retribuidoras da harmonia coletiva, bem como determinadoras da reformulação da conduta de algum membro da comunidade (Cf. Ibidem, pp. 20-21). Destaca-se também algumas experiências inovadoras no que concerne à resolução e ao tratamento dos conflitos. Encontram-se aí incluídas o exemplo da Escuta Comunitária, proposta diferenciada de orientação comunitária com perspectiva de gênero, levado à cabo por uma associação de mulheres inseridas num contexto de feminização da pobreza e chefia familiar feminina na cidade de Medellín (Cf. BETANCUR M., Nidia Cristina. *Nosotras "Las Es-Cuchas". Escuchar con Perspectiva de Género: una propuesta para la construcción de equidad*. Medellín, Colombia: Enda, 2000.) E ainda as tentativas reformuladoras de tratamento do conflito, buscando extrair destes um sentido social, político e educativo transformador, no âmbito do espaço escolar de algumas instituições de ensino da cidade de Bogotá (Cf. *Experiencias Innovadoras en Resolución y Transformación de Conflictos Escolares. Seminario*. Bogotá: Fundación Cepecs, 15 de marzo del 2000).

¹¹³ Consultar sobre o tema da reforma judicial na América Latina, em seus ressonantes efeitos e implicações: *El Otro Derecho*. La mano visible del mercado: derecho y economía. Bogotá: ILSA, n. 24, Ago./2000; BURGOS S., Germán. Reforma Judicial, desarrollo económico y banca multilateral (Una aproximación crítica al tema). In: *El Otro Derecho*. Bogotá: ILSA, n. 22, vol. 8 - n. 1, 1998. Pp. 123-138.

diversos países da região nas duas últimas décadas, muitas das vezes, promovida e impulsionada por organismos estrangeiros de financiamento (Banco Mundial, BID).

No entanto, que se pretende significar com Justiça Comunitária ou que idéias moldadoras da experiência pode-se obter a partir do desenvolvimento prático e legal ocorrido? Tendo em conta a recente elaboração temática recebida na academia e fora dela, o que se pode chegar a compreender advém de pistas extraídas de fatos da realidade por vezes não muito nítidos, mas prenhe de sinalizações.

2.8.3 Sentidos e Representações da Justiça Comunitária

A Justiça Comunitária, tanto quanto indica a experiência colombiana¹¹⁴, expressa-se por infinidades de práticas criadas e recriadas pelos próprios sujeitos no processo de prestação da justiça e elaboração das normas que vão reger seus direitos.

De modo que falar de Justiça Comunitária pressupõe deslocar e recolocar muitas das estruturas organizativas – baseada em leis, conceitos, normas e instituições – que têm sustentado o conhecimento do direito e provocado a impossibilidade de uma abordagem total

¹¹⁴ Colômbia indica ser o país onde a expressão Justiça Comunitária é mais enfaticamente usada e conceitualmente socializada; o que parece estar preponderantemente ligado ao aparecimento legislativo da figura da conciliação em equidade (baseada na Lei n. 23, de 1991) a partir da qual começaram a voltar-se as atenções sobre as formas culturais e consuetudinárias de regulação social. No entanto, a Justiça Comunitária não é exclusividade deste país. Enquanto referência a um determinado conjunto de práticas locais e desburocratizadas de administração da justiça, comunitariamente conduzidas (variando no grau e existência de consensualidade argumentativa) e dirigidas, de uma forma geral, a ordenação e recomposição social, verifica-se farta experiência ademais no Peru, na Venezuela, no Equador, na Bolívia, no Chile; em muitos casos, fortemente ligada à autonomia étnica e cultural reivindicada por comunidades indígenas e camponesas. No Brasil, a prática parece vincular-se mais proximamente com os contextos de marginalização urbana advindos do crescimento descontrolado e não-planejado das periferias das cidades, onde movimentos de organização de bairro vêm suprimindo, também na esfera da justiça, algumas demandas locais de ordenação social e tratamento de conflitos. Sendo a Justiça Comunitária na América Latina, enfim, uma constatação da complexidade de ordens existentes atuando em campos relativamente autônomos de juridicidade, produto da alta diversidade em sua composição social, étnica e cultural, ela não deixa de se pronunciar, sobre outros matizes teóricos e políticos, em sociedades onde o Estado supostamente exerce um poder de integração e controle da juridicidade socialmente reconhecidos pela maioria da população. Tal é o caso da Justiça Restaurativa Comunitária da Irlanda. Cujo objetivo principal proposto é reduzir a incidência de atividades socialmente danosas, promovendo a reconciliação entre vítima e ofensor e ajudando a criar comunidades mais seguras (Cf. Justicia Restaurativa Comunitaria. *Seminario*. Bogotá: Compaz - ILSA - Banco Mundial, 28 de septiembre del 2001).

e englobadora da realidade cognitiva, prática e epistêmica do fenômeno jurídico¹¹⁵. Desvendando, por meio desta reestruturação crítica, o plano ideológico-político no qual está deitada a prática institucional e profissional do direito, qual seja, o chamado “sentido comum teórico dos juristas”, (encarnado num) “conjunto de representações, imagens, noções baseadas em costumes, metáforas e preconceitos valorativos e teóricos, que governam seus atos, suas decisões e suas atividades”¹¹⁶.

O tema da Justiça Comunitária vem entremeado às questões relativas à administração de justiça e aos mecanismos alternativos de solução de conflitos¹¹⁷. Enquanto que extrinsecamente toca nos dilemas do acesso à justiça e da reforma da justiça. Atravessando essas linhas de discussão pode-se formular alguns pontos-guia do projeto e da ação sócio-política da Justiça Comunitária: a) a carência no acesso à justiça, que tem por consequência a imperatividade da universalização e democratização da provisão de justiça; b) a necessidade de uma nova teorização e um novo tratamento do conflito; e c) a urgência de efetivar a partir de tudo isto acordos de paz e de convivência pacífica.

Na América Latina, o desenho institucional da Justiça Comunitária dá-se na cruzada dos projetos de reforma do Poder Judicial (concebidos sobre a desjudicialização e modernização da justiça), em que se destacam as figuras da justiça de paz e da conciliação em equidade, e do recebimento constitucional e legal das expressões de pluralismo jurídico existentes, mormente reconhecendo a autonomia relativa da jurisdição indígena. Nem por isto, deixaram de surgir da sociedade organizada iniciativas mais espontâneas e menos dirigidas ao cumprimento de certos requisitos de ajuste funcional. São movimentos de fomento e de recriação das formas de administração da justiça próprios das comunidades populares urbanas, indígenas, negras e rurais. É o caso dos projetos da arbitragem vicinal

¹¹⁵ Cf. FARIA, José Eduardo. Introdução. In: _____. (Org.). *A Crise do Direito numa Sociedade em Mudança*. Brasília: Unb, 1987. Pp. 7-10.

¹¹⁶ WARAT, Luís Alberto. O Sentido Comum Teórico dos Juristas. In: FARIA, José Eduardo. Op. Cit., p 31.

¹¹⁷ Vide: MECANISMOS ALTERNATIVOS DE SOLUCIÓN DE CONFLICTOS. Op. Cit.

venezuelana, da mediação comunitária equatoriana e dos consultórios jurídicos vicinais chilenos¹¹⁸. Constituídos histórica e culturalmente, estes sistemas, estabelecidos à margem do poder oficial, demandam uma inclusão alavancadora ao modo de uma democracia participativa; sem pretensões de universalismo ético e político que não o difícil respeito aos diferentes modos de gestão da independência comunitária e discursiva.

Desde um enfoque ou setor mais institucional prefere-se falar dos mecanismos alternativos de solução de conflitos, reportando-se às formas diferentes a da via judicial para resolver os conflitos. O qual traz implícito certas diferenciações nos modos de encarar o tema. Pode-se dizer que a partir dos órgãos oficiais, como o Ministério de Justiça e de Direito colombiano, observa-se a preocupação com a implementação de uma estratégia setorial de difusão, informação e sistematização destes mecanismos, que complementariam o aparato tradicional de justiça nos assuntos considerados de segunda ordem e ajudariam a descongestionar as vias judiciais; carecendo, porém, de uma concepção teórica e política aprofundadas à respeito da dimensão e do alcance transformador das práticas sociais de construção da justiça¹¹⁹. A própria denominação “mecanismos alternativos de solução de conflitos” põe ênfase nas ferramentas, mais que no seu caráter ou origem, sendo que o adjetivo alternativo perdeu há algum tempo seu potencial descritivo. De onde, também, a tendência em tratar o tema como uma questão basicamente relativa à funcionalidade prática da administração da justiça.

¹¹⁸ Cf. LA JUSTICIA DE PAZ EN DEBATE. Lima, Perú: Instituto de Defensa Legal; Unión Europea, 1999. Pp. 145-201; CUADERNOS DE EDUCACIÓN JURÍDICA. Santiago de Chile: Instituto Forja, 1997. 2 ed. Pp. 59-70.; LEY DE CONCILIACIÓN. Ley n. 26872, de 12 de noviembre de 1997 (Peru, Lima).

¹¹⁹ Cf. GÁLVEZ, Norma. La “otra justicia” requiere otra dimensión. *Texto apresentado na Conferência Internacional Justiça Comunitária e Juízes de Paz “Transformações Contemporâneas do Direito”*, realizado em Bogotá de 18 a 20/08/99 e convocado pela Corporación Excelencia en la Justicia e pela Universidad Nacional de Colombia. 5 p.

A denominação Justiça Comunitária evoca, por sua vez, outros sentidos e representações. O adjetivo “comunitário” remete a um determinado conjunto de concepções política, cultural, sociológica e filosoficamente simbolizadas. Mais que os mecanismos – que podem ser diversos e sempre renovados –, indaga-se pelos fins, pelos resultados de composição social que aportem elementos de estruturação individual e coletiva.

Apesar das discrepâncias nos graus de alcance e dimensão do exercício de uma “justiça alternativa”¹²⁰ é possível, porém, ao vislumbrar estas práticas de construção e elaboração das relações sociais, chegar a um rol de propriedades características e constitutivas, que, ao menos idealmente, representam e dão sentido a esta realidade.

Começa-se citando a *composição* e a noção de *não-anulação do contrário* como diretrizes mestras que se evidenciam em maior ou menor graus no exercício comunitário da justiça. Decorrendo daí outros aspectos que podem fazer-se mais ou menos notados de acordo à dinâmica de tratamento dos conflitos empregada.

Destaca-se, logo, a *particularização*, talvez compreendida de forma menos inequívoca como *comunitarização*, do exercício de uma função que, modernamente, é considerada monopólio público do Estado. Quando são os particulares que passam a exercê-la o sentido da justiça se transfigura. Pois já não se encontra aqui um ente hierarquicamente superior numa escala de poder que vai decidir sobre o conflito, tratando-o como uma desordem social que precisa ser invariavelmente sanada.

Esse processo de auto-regulação social produz como signo interpretativo a *naturalização* do conflito que, na prática, dá-se pela decantação mais facilitada dos problemas

¹²⁰ Cf. GUEVARA-GIL, Armando e THOME, Joseph. Op. Cit. Ao falar-se de “justiça alternativa” quer-se reportar a um cenário de auto-regulação social, relativamente autônomo e co-existente a outros espaços de mesma função e diferenciado grau de especialização (p. 86). O qual corresponde sócio-juridicamente a uma situação de pluralismo jurídico, segundo Griffiths, aquela situação “em que direito e instituições jurídicas não são completamente subsumíveis a um ‘sistema’ mas têm suas fontes nas atividades auto-regulatórias de todos os múltiplos campos sociais presentes” (p. 87, trad. nossa).

cotidianos. Tornando possível o arranjo compositivo, pelo qual se busca aumentar o *quantum* de recomposição comunitária produzido.

Num plano descritivo seguem como vetores de identificação dessa justiça: a *facilitação*, como forma de intervenção no conflito e de não-imposição de uma solução; a *equidade*, como princípio valorativo e retórico; a *imparcialidade* na postura do facilitador (sem resvalar no distanciamento pessoal e indiferença ao entorno); a *informalidade* no tratamento do problema com os sujeitos envolvidos (o que não importa em banalização); a *proximidade* com os interessados a alguma forma de provisão de justiça; a *rapidez*, isto é, o tempo entre a busca de uma solução ao conflito e seu tratamento é bastante reduzido; a *economia*, já que os custos são bastantes pequenos ou inexistentes.

Num plano de observação mais analítico detectam-se alguns indicadores de mudança forjados neste experimental cotidiano da esfera político-jurídica. Entre eles estão a *geração de autonomia decisória*, por consequência, reflexiva e política. A partir de onde vai desenhando-se uma *apropriação popular do poder*, instruído pelo *acréscimo organizativo* diligenciado pelas estratégias postas em ação para o tratamento e a transformação dos conflitos. Além do mais, observa-se uma *redução do impacto psico-social* de absorção do conflito; a *não-delegação e maior aceitação dos problemas*; a *despolarização dos interesses* postos em cena pelo conflito; a *desculpabilização dos sujeitos envolvidos*; o *manejo discursivo-argumentativo da situação-problema*; a *coletivização do tratamento do conflito*¹²¹.

De tudo isto, cabe considerar com Ardila que as figuras da Justiça Comunitária sugerem

que a solução de um conflito está mais dirigida à recomposição da vida comunitária que à aplicação de uma lei; portanto, o que prima é que as decisões submetam-se a uma concepção de justiça aceitável em cada contexto comunitário¹²².

¹²¹ Esses e os anteriores apontamentos caracterizadores das práticas de Justiça Comunitária foram elaborados a partir de alguns itens elencados na sistematização MECANISMOS ALTERNATIVOS DE SOLUCIÓN DE CONFLICTOS. Op. Cit., pp. 17-22.

¹²² ARDILA, Edgar. Op. Cit 1., p. 62, (trad. nossa).

Devido a sua própria origem e manifestação a Justiça Comunitária abarca diversas expressões práticas. De modo que será o seu sentido reconstrutor, de recomposição da vida comunitária, e de promoção de uma concepção de justiça aceitável e consensualizada em cada contexto comunitário, muito mais que de aplicação da lei, que irá distingui-la¹²³. Ardila, professor e pesquisador colombiano, propõe um modelo de identificação da Justiça Comunitária, que, idealmente, se definiria pelas seguintes características: a conciliação, a informalidade, a desprofissionalização, a realidade como base das decisões, a equidade, a construção social das competências e a coercibilidade derivada do contexto comunitário¹²⁴. López, ao comentar sobre as diversas modalidades, antes mencionadas, de realização da Justiça Comunitária refere-se às práticas da seguinte forma:

(...) estas e outras possibilidades, muitas delas surgidas da grande possibilidade criativa e imaginativa das comunidades constituem as formas comunitárias de justiça, as quais buscam dar uma resposta às diferenças surgidas no seio das comunidades, tendo como fim a restauração das possibilidades de convivência harmônica¹²⁵.

Esta *auto-gestão da função jurídica tendente à autonomização política* permite, enfim, afirmar que num âmbito mais global ocorre uma aproximação de ganhos qualitativos entre política e cultura (culturalização do político e politização do cultural), e especular sobre o possível desenho de um outro padrão de experimentação da esfera jurídica: *justiça como criação comunitário-identitária*.

¹²³ Cf. ARDILA A., Edgar. Op. Cit.1, pp. 55-58. Neste texto, o autor desenvolve com bastante acuidade um lúcido panorama conceitual no qual se pode encontrar ferramentas bastante válidas para entender e pensar o horizonte das práticas de Justiça Comunitária em geral.

¹²⁴ Cf. ARDILA A., Edgar A. Elementos para el debate de la figura de los Jueces de Paz. In: LÓPEZ B., Manuel et Alii. *Justicia Comunitaria y Jueces de Paz – Las Técnicas de la Paciencia*. Medellín: Corporación Región, Red de Justicia Comunitaria, Instituto Popular de Capacitación de la Corporación de Promoción Popular, 2000. Pp. 74-75.

¹²⁵ LÓPEZ, Manuel. Op. Cit.1, p. 23, (trad. nossa).

CAPÍTULO III – EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS DE TRATAMENTO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

3.1 Conflito e política urbana em Medellín

Volta-se agora ao cenário do início. A partir da epígrafe pretendeu-se anunciar alguns elementos sócio-culturais e psíquicos dos habitantes da cidade de Medellín, com os quais quis-se criar uma primeira aproximação às representações e aos imaginários que emergiam de uma realidade onde o jovem varão despontava como centro ordenador e declarador de sentidos. Medellín, pode-se afirmar, oferece muitas chaves de abertura para a resignificação da esfera político-jurídica num contexto periférico latino-americano. Pólo de emanação de umas experiências mais significativas e interessantes realizadas acerca da Justiça Comunitária na Colômbia, verdadeiro exemplo de auto-gestão comunitária dos conflitos e organização política.

A cidade de Medellín, ademais, por sua história social e especificidades culturais, apresenta-se como portadora de uma certa quintessência, que reúne os antagonismos e contradições que campeiam a idiossincrasia colombiana (e por que não, em parte, latino-americana), dando vazão a um conjunto referencial de análise baseado em pares antitéticos, através dos quais pode-se avançar, senão no entendimento das práticas de Justiça

Comunitária, pelo menos na figuração dos contornos da realidade sócio-política que as permeia.

Detendo-se, conhecendo e observando extrae-se os seguintes pares antitéticos do cotidiano e dos imaginários circulantes e compartilhados, especialmente onde, pela agudeza das condições sociais, mais se fazem notar: vida e morte; amor e traição; poesia e violência; adoração e violação; redenção e culpa; contemplação e desespero; comunhão e dispersão; clareza e confusão; continuidade e busca; profissão de fé e discrença; ambição e conformação; auto-estima e servilismo; segurança interna e auto-destruição; gregarismo e solidão; convivência e armamento; solidariedade e guerra.

Estes pares, ao darem mostra do universo vivencial e interpretativo experimentado pelos grupos e pelos sujeitos, revelam não só um conjunto de oposições que atravessam o viver cotidiano. Constróem uma lógica própria de constituição das relações sociais, onde a ambigüidade das posições assumidas pelos indivíduos e a existência sucessiva e/ou simultânea de discursos e práticas contraditórios cimentam uma realidade em que muitas vezes os parâmetros do bem e do mal, e os papéis de mocinhos e bandidos podem ser assumidos através de representações díspares e flutuantes, reproduzidas ao sabor das identidades prevaletentes e dos acontecimentos do momento.

Não são apenas sapos que se transformam em príncipes ou vice-versa. Trata-se, de fato, de um mecanismo de convivência social elevado a código legitimante de organização e exercício do poder em territórios demarcados. Assim, o pária social que passa à categoria de herói comunitário superpõe-se a uma racionalidade política implícita (aquela do sistema institucionalizado, ainda que ineficiente) para instituir, paradoxalmente, a razão das armas e a confissão da fé. Por isso, o binômio – retirado da canção – *Fé Cega, Faca Amolada* encontra aqui sua quase tradução literal. Engana-se, porém, quem vê nos conflitos violentos dos bairros periféricos nada mais que uma reedição da barbárie desgovernada. Há presentes, nos atores e

nas ações, sentidos e linguagens, expressas e simbólicas, elaborados não ao acaso, mas por processos introjetados e culturalizados desencadeadores dos modos de agir e dos ânimos (motores) influentes.

A faca está sempre pronta e amolada e a fé é tão cega e forte quanto preciso for. O que em outros termos pode significar que o sangue derramado é ao mesmo tempo a água purificadora. A verdade é que as fronteiras nas quais se movem esses atores são imprecisas e difusas, e podem ser constantemente restabelecidas. O que traz à tona a prevalência, nessas zonas, de áreas cinzentas de estruturação do social, onde se mesclam embate e negociação, coação e conciliação, imposição e consenso. Em contextos tais não estranha que os próprios atores sociais se caracterizem por um hibridismo estratégico onde a regra de ouro é aquela que diz que moldar-se às condições da ação pode ser o meio de se manter vivo e atuante. Assim que não há uma moral - longe de absoluta - vigorando acima dos mandamentos pragmáticos, que fazem das necessidades cotidianas a mediação retórica primeira a ordenar o conflito e elaborar a cultura política.

E por isso a mão que fere e mata é também, por vezes, a que reza e pede perdão. Estas contradições, muito antes de sinais de incoerência, são variantes fronteiriças, arrojadas - e por que não pós-modernas, pelo descentramento - do atuar e do pensar erigidos pelos sujeitos.

São também feitas de contradições e ambivalências as relações da vida política dessas comunidades. Ao mesmo tempo em que se privilegiam formas, diversas e elaboradas, de negociação e intervenção em situações de conflito – as quais consistem em meios criativos e eficientes de forjar as esferas do social e do político, assim como expressão de um projeto de autonomia e de intercâmbio válido interna e externamente – estas mesmas dinâmicas sofrem de um mal – desde um ponto de vista, e que está na própria raiz que lhes deu origem –, que se refere ao debilitamento da capacidade de engendrar um espaço público plenamente amplo e aberto ao debate democrático que possa sustentar lutas democráticas coletivas. Através do que

se revela o cenário de fragmentação da organização social e do exercício da cidadania, cujos modos de experienciamentação acabam sendo pautados majoritariamente por interesses particularistas e de grupos específicos. Entre essas duas nuances da configuração política atual, por um lado, a tendência à negociação e transação permanentes, por outro, a dificuldade em estabelecer um fórum comum de deliberação, situa-se o encontro de duas realidades que, imagina-se, configuram um ponto nodal para a elucidação e reestruturação da esfera político-jurídica, em especial nas sociedades periféricas¹²⁶.

a) Centro Comunitário de Resolução e Conciliação de Conflictos (CCRCC)

Dentro da cidade de Medellín, conhecida como cenário de alta violência e do narcotráfico, destaca-se a experiência de uma população marginalizada que, mergulhada num cotidiano de mortes freqüentes, de guerra entre bandos, de profunda falta de segurança dos seus moradores e de enorme desassistência por parte do Estado, decide tomar os rumos da situação em suas mãos e organizar-se. Depois de muitas deliberações e reuniões dos moradores, e sentindo a falta de reordenar o espectro comunitário, cria-se, a partir da implementação de um Plano de Desenvolvimento local e com a intenção de fortalecer uma institucionalidade popular e democrática, o Centro Comunitário de Resolução e Conciliação de Conflictos dos bairros El Bosque, Moravia, e El Oásis, localizados na zona nordeste de Medellín, popularmente conhecida como “zona roja”.

¹²⁶ Nesse sentido e particularmente sobre a dinâmica da política urbana de Medellín ver: ARBELÁEZ, Ana María Jaramillo et alii. *En la Encrucijada. Conflicto y cultura política en el Medellín de los noventa*. Medellín: Corporación Region – Secretaría de Gobierno Municipal – Programa para la Reinserción, Red de Solidaridad Social, 1998. Como traços característicos das novas dinâmicas de configuração do político, os autores mencionam “ (...) a negociação e a transação permanentes como formas de intercâmbio social e político, e a enorme debilidade para forjar um espaço público amplo, aberto ao debate democrático e que possa sustentar lutas também democráticas por interesses coletivos” (p. 198, trad. nossa).

O Centro, criado em março de 1995, surge retomando a prática de líderes locais que, antes de se verem coibidos pela presença de grupos armados e de sua justiça (tanto valorativa como procedimental), aplicavam em seu entorno comunitário vários mecanismos informais de resolução de conflitos, envolvendo grupos e/ou interesses individualizados, contribuindo diretamente para o melhoramento da convivência local, criando cultura democrática e tecido social.

As origens mais precisas do Centro Comunitário de Resolução e Conciliação de Conflito encontram-se no processo organizativo dos bairros Moravia, El Bosque e El Oásis, o qual teve início em 1993 e estendeu-se até 1998, tendo a Mesa de Trabalho como agente coletivo coordenador. A partir da Mesa de Trabalho, destinada a discutir e reformular questões problemáticas como a paz e o desenvolvimento dos bairros referidos, consolidou-se um espaço de negociação entre o governo municipal da cidade de Medellín e as organizações comunitárias. Principiam-se, então, as atividades de conhecimento e estudo das problemáticas e pesquisa de alternativas. Logo, formula-se o Plano de Desenvolvimento e Convivência dos bairros Moravia e El Bosque destinado a reunir as propostas e alternativas de solução a serem executadas no período 1995-1997. Por fim, consegue-se que o Plano seja aprovado por uma parte do Conselho Municipal de Medellín, ainda que com uma verba orçamentária bastante reduzida¹²⁷.

Uma das conquistas obtidas através do Plano foi a ampliação do Centro Comunitário do bairro El Bosque, sede, naquele momento, da Mesa de Trabalho e do Centro Comunitário de Resolução e Conciliação de Conflitos. À parte da contribuição orçamentária recebida, o

¹²⁷ A sistematização de todo o que foi a criação, o processo organizativo, a culminação e as implicações da Mesa de Trabalho pela Paz e a Convivência denominada “José Hernán Ramírez”, relativa ao processo de paz nos bairros Moravia e El Bosque no período compreendido entre 1994 e 1997, está exposta no trabalho VOCES QUE CONSTRUYEN CIUDAD. Instituto Popular de Capacitación (IPC) – Mesa de Trabajo por la Paz y la Convivencia “José Hernán Ramírez” – Asesoría de Paz y Convivencia de la Alcaldía de Medellín. Medellín, Colombia, 1997, pp. 50-57. Para os fins propostos, concentrou-se especialmente sobre os tópicos referidos ao surgimento do Centro Comunitário de Resolução e Conciliação de Conflitos, parte integrante do processo de mobilização daqueles bairros.

grande salto na consolidação do CCRCC foi dado quando por parte da Mesa de Trabalho resolveu-se centrar nesse espaço todas as questões relativas ao tratamento de conflitos comunitários, almejando, dessa forma, extinguir aquelas formas, ainda existentes, de resolução arbitrária e violenta dos conflitos. Ao abrir suas portas em março de 1995 o Centro contava com um grupo de quatro líderes comunitários e um advogado ligado ao Instituto Popular de Capacitación (IPC) para atender os problemas da população¹²⁸. Conforme é colocado no trabalho de sistematização da Mesa de Trabalho: “O C.C.R.C.C. se converte nesse período, em uma experiência de aplicação de mecanismos alternativos de resolução de conflitos, desde a modalidade de processos extrajudiciais. Os mecanismos desenvolvidos são: conciliação em equidade, mediação, pactação e concertação”¹²⁹.

Vem realçar ainda a originalidade do CCRCC o fato de ter sido criado fora de qualquer normatividade legal ou seguimento de uma política pública. Apesar da promulgação da Lei n. 23, de 1991, destinada a criar mecanismos de descongestionamento judicial, dar as diretrizes gerais, em nove capítulos, quanto ao funcionamento da conciliação em equidade, o surgimento e a consolidação do CCRCC deram-se à margem do precedente legal formal. Nem por isto, a conciliação aí praticada deixa de seguir as regras básicas postas em lei para a conciliação em equidade, tais como: o exercício gratuito da conciliação em equidade; a atuação dos conciliadores em matérias que sejam suscetíveis de transação, desistimento ou conciliação; o seguimento dos princípios de informalidade e celeridade; o levantamento das atas constantes dos acordos e seu arquivamento¹³⁰. O perfil do CCRCC é, pois, de um Centro de Conciliação comunitário em equidade.

¹²⁸ Cf. VOCES QUE CONSTRUYEN CIUDAD. Op. Cit., pp. 58-65.

¹²⁹ Ibidem, p. 63 (trad. nossa).

¹³⁰ Cf. Lei n. 23, de 21 de março de 1991 (arts. 82 – 89), modificada pela Lei n. 446, de 07 de julho de 1998.

O funcionamento do CCRCC sofreu, claro, algumas mudanças desde seu surgimento há seis anos atrás, mas a forma básica de atuação tem se mantido, apesar das dificuldades para conseguir apoio e financiamento operativo. O número de conciliadores vem variando desde o início de suas atividades, em 1995. No entanto, tem sido possível manter uma equipe de conciliadores em número mínimo que possibilite o andamento do Centro. Talvez uma das principais causas dessa instabilidade do número e de quem são as pessoas envolvidas (é comum que os conciliadores atuem por certo período, se afastem e retornem; havendo, porém, aqueles que vêm exercendo a atividade de forma quase ininterrupta) seja, ao lado de questões mais pessoais e de entendimento interno, aquela relacionada diretamente ao grau de possibilidade de comprometimento dos conciliadores *versus* a medida de suas limitações econômicas que lhe permitem ou não dispôr seu tempo para a realização de tarefas comunitárias da qual não obtém nenhuma remuneração, já que não é cobrada nenhuma tarifa aos usuários.

Trabalhando conjuntamente aos conciliadores comunitários estão os assessores jurídicos externos, que atuam seguidamente como grupo de apoio na prática da conciliação, sobretudo naqueles casos que demandam um conhecimento jurídico especializado para elucidar e contornar o problema, que pode nem se constituir num conflito, mas numa dúvida ou incerteza trazida pelos usuários do Centro. Tem-se presente, em relação à atuação dos assessores jurídicos externos, o quanto a “juridicização” da conciliação em equidade pode ser causadora de efeitos retardatários para a estruturação autônoma e identitária da Justiça Comunitária; ainda que se saiba da demanda dos próprios agentes comunitários por uma apreensão mais incisiva do conhecimento jurídico formal. Estudantes de direito igualmente realizam um trabalho de apoio jurídico esporádico no Centro.

O local de funcionamento atual do Centro, obtido através de empréstimo da Ação Comunal, conta com linha telefônica, arquivadores, máquina de escrever, fotocopidora e

computador, dispõe de uma sala de recepção onde são recebidos os casos e marcadas as datas dos encontros entre as partes – sendo que geralmente a(s) parte(s) que se sente(m) afetada(s) por alguma razão vem solicitar ao Centro que se providencie uma tentativa de resolução – e uma sala onde acontecem normalmente as sessões de conciliação. Dependendo da procura dos usuários a sala de recepção pode servir de sala de conciliação ou ainda se disponibilizar um outro espaço próximo.

Os casos que chegam ao Centro são em sua grande maioria de tipo familiar e civil, restando alguns de matéria comercial, trabalhista e penal. Assim o repertório conflitivo predominante assenta-se sobre problemas domésticos, de convivência comunitária, de uso e gerência de bens privados (são freqüentes a disputa em torno de linhas limítrofes entre terrenos, de pagamento de aluguéis, dívidas ou serviços, de acerto de favores e empréstimos) de relações afetivas, familiares, entre casais, vizinhos e conhecidos. Como seria de se esperar, pelo tom muitas vezes emergencial desses conflitos do cotidiano, é bastante normal haver uma animosidade, ainda que sutil, entre as partes envolvidas. E o inusitado e imponderável não são surpresas raras no drama da vida diária.

Chegando uma das partes ao Centro, e tendo sido relatado o caso, é dada a esta uma carta-convite para que entregue a outra parte, solicitando o seu comparecimento, e possam, assim, encontrar-se ambas as partes em data marcada, distante um ou dois dias da data em que foi recebido o caso, destinada à realização da sessão de conciliação. De cada sessão é feita a ata correspondente. Em se chegando a um acordo, total ou parcial, referente ao assunto tratado, a ata é assinada pelas partes e pelo conciliador responsável. Assim procedendo, dito acordo produz efeitos de coisa julgada e presta mérito executivo. Não sendo possível o acordo no âmbito da conciliação em equidade é igualmente elaborada uma ata, já sem as assinaturas das partes e do conciliador, valendo, pois, para registro interno do Centro. As atas são numeradas e compõem-se de uma parte inicial contendo data, hora e local da sessão de

conciliação, mais a identificação das partes e do conciliador. A seguir faz-se a exposição do conflito relatado e logo a solução acordada. Por fim, o conciliador afirma sobre o presente documento seu efeito de coisa julgada e sua prestação de mérito executivo, terminando com as assinaturas das partes, no caso de ter sido alcançada uma solução.

No pensamento daqueles que estão diretamente envolvidos, a prática da conciliação comunitária tem como grande mérito a aceleração no atendimento das necessidades de justiça de uma população que normalmente encontra bastantes obstáculos para aceder aos mecanismos formais de resolução dos conflitos. Mérito esse que está ligado à agilidade no tempo percorrido até chegar a um resultado satisfatório para o conflito e ao fato de não haver nenhum (ou quase nenhum) dispêndio econômico para alcançar a solução procurada. No entanto, apesar dessas características serem geralmente ressaltadas na diferenciação e notabilização da conciliação em equidade, é comum que os próprios conciliadores coloquem o seu desconhecimento jurídico como um fator desqualificante da conciliação por eles praticada em relação a um processo judicial formal. Fato este que pode indicar uma preocupação não tão diligenciada dos conciliadores pelo tipo de decisão a ser tomada pelas partes, ultrapassada pelo apuro na produção de acordos conciliatórios. Não obstante, acreditem os conciliadores que a justiça ordinária não tenha o que contribuir ao mecanismo da conciliação, reclama-se, ao mesmo tempo, que o Estado reconheça mais plenamente a Justiça Comunitária e os conciliadores como parte de sua estrutura. Ainda assim, quando perguntada sobre sua aceção da Justiça Comunitária, a coordenadora do CCRCC, que exercia tal função na época da entrevista, respondeu: “Tratamento, valores da comunidade, justiça da comunidade”¹³¹.

O fato inegável é que o Centro Comunitário de Resolução e Conciliação de Conflitos já é hoje um modelo e paradigma. Tem se mantido com a organização dos moradores e o

¹³¹ A fala aqui trazida, como muitos das informações referentes ao CCRCC anteriormente expostas estão baseadas na entrevista da sua coordenadora, concedida em 11 de abril de 2000 à entrevistadora em cargo de uma parte das pesquisas do Instituto Ser de Investigação intitulada “Manejo e Resolução de Conflitos” nas cidades de Bogotá, Cali, Medellín e Bucaramanga (trad. nossa).

apoio de algumas organizações não-governamentais. Estas também têm impulsionado experiências semelhantes em outras localidades, capacitando conciliadores em equidade, difundindo a prática e produzindo reflexão e teorização a respeito.

Essa experiência, não por acaso, foi a primeira visitada no trabalho de campo. Empreendimento popular símbolo da aplicação de mecanismos alternativos de resolução de conflitos, o CCRCC acabou tornando-se referencial obrigatório para o estudo e a reflexão acerca da convivência e da organização comunitária em entornos urbanos marginalizados, e, no caso desses bairros, ainda contando com um alto nível populacional.

O Centro está sediado propriamente no bairro de Moravia. Segundo informação recebida, o conjunto de habitantes assistido pelo serviço reúne umas 40 mil pessoas. Suas atividades têm se mantido devido ao apoio financeiro e organizativo de algumas ONGs locais e à prestação de alguns serviços oferecidos pelo Centro, como o de fotocópias, com os quais se obtém algum fundo monetário. Há, relativamente ao número de homens, uma quantidade expressiva de mulheres, protagonizando uma liderança social que, não sem motivo, se relaciona com o matriarcado destacado desta região do país (a chamada zona cafeteira, na qual se inclui o departamento de Antioquia, cuja capital é Medellín, e mais dois outros departamentos vizinhos).

Os conciliadores e conciliadoras – na época em que lá se esteve, totalizavam oito mulheres e dois homens – realizam suas atividades sem receber nenhuma remuneração, revezando-se em turnos para prestar atendimento ao público solicitante, de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 hs. Aliás, a remuneração ou não-remuneração dos conciliadores, questão bastante polêmica e discutida entre as pessoas da comunidade e os profissionais que dão apoio a ela, parece ser um ponto nada lateral no debate sobre a Justiça Comunitária. Crucial quanto à forma como se encara e se aborda a “função” de conciliador e a atividade da conciliação. Os conciliadores – entende-se este fato, sobretudo, pela constrição econômica – tendem a

demandar uma remuneração como meio natural de compensação. Embora, a não-remuneração não deixe de estimulá-los, já que acreditam e apostam verdadeiramente no que fazem.

Respeito a este dilema, há quem mencione a possibilidade original de transformar tais comunidades carentes em espécies de “unidades economicamente rentáveis”. Ou seja, uma unidade autônoma, que, por si própria, poderia gestionar seus conflitos e, por consequência, compensar, de algum modo, aqueles que lhe exercem uma atividade de benefício comunitário. Parece que sim pode ser acertado esse dimensionamnto da questão. O caminho da radicalização do exercício democrático, em todas suas vias de expansão, deve estar guiado, fundamentalmente, sobre o oferecimento de ferramentas de autonomia e auto-gestão das comunidades. O Estado, para tanto, serviria como agente provedor e as comunidades funcionariam como agentes propulsores e dinamizadores.

Acompanhando uma das entrevistadoras que na época realizava entrevistas aos diretores dos centros de conciliação¹³², não só comunitários, mas incluindo os administrativos e institucionais, houve a oportunidade de presenciar-se a entrevista feita à diretora (na verdade, coordenadora) do CCRCC e captar algumas das visões e perspectivas acerca da Justiça Comunitária dadas por quem está diretamente ligado a ela, fornecendo pistas para uma compreensão mais ajustada e desidealizada de tal prática. Assim, o que aparece na fala da coordenadora do Centro é que ao mesmo tempo em que há um reconhecimento da Justiça Comunitária, de sua importância e legitimidade, há também uma necessidade de certo enquadramento desta prática. Seja pelas demandas de remuneração para os conciliadores, de maior capacitação jurídica para os mesmos, de uma inclusão mais enfática da prática dentro

¹³² Ditas entrevistas fazem parte do trabalho de investigação atrás mencionado, levado a cabo pelo Instituto SER de Investigação, durante os meses de março e abril de 2000, nas cidades de Bogotá, Cali, Medellín e Bucaramanga, envolvendo o tema “Manejo e Resolução de Conflitos”. A investigação incluía entrevistas detalhadas aos diretores de Centros de Conciliação no referente ao funcionamento das atividades, bem como à respeito de seu posicionamento em relação às práticas realizadas. Os moradores das comunidades atingidas pelos centros de conciliação também foram entrevistados, ocasião em que foram indagados acerca de questões como o conflito, os mecanismos de solução dos conflitos no interior dos lares e da comunidade, a conciliação, a justiça. Pelo acompanhamento feito no bairro de Moravia e populações vizinhas, sabe-se que nessas entrevistas alguns moradores foram selecionados para atuarem como entrevistadores da pesquisa.

do aparato jurídico do Estado. Quando questionada sobre qual deveria ser a participação do Estado no mecanismo da conciliação em equidade, a coordenadora diz que o Estado deveria reconhecer-lhes como parte deste. Aparece presente, nessas reclamações, certo resquício, o qual pode estar muito entranhado e submerso, da imposição de uma cultura formalista, em que é validado socialmente só o que passa pelos mecanismos jurídicos estatais. Há, por exemplo, uma reivindicação forte, por parte da coordenadora e conciliadora, de que os conciliadores tenham maior conhecimento jurídico legal, saibam mais sobre o direito positivo, as leis, os códigos, agregado ao seu conhecimento comunitário. Entrevê-se aí uma contradição implícita, já que a conciliação em equidade, como forma de Justiça Comunitária, é baseada justamente na concepção de justiça das partes, no entendimento mutuamente acordado. A penetração de um conhecimento relativamente intruso poderia distorcer o sentido e os desígnios da conciliação comunitária. O que aponta, quem sabe, para a necessidade de um rearranjo mais estrutural e psicocognitivo através do qual se passe a valorizar outras formas de conhecimento, que não as formais e padronizadas, mas outras, legitimadas e reconhecidas pela comunidade como modos de um saber próprio e autêntico, e não inferior ou menos válido.

Se é certo que a prática da conciliação em equidade realizada no CCRCC é fruto da construção de uma institucionalidade pública popular, aproximadora, em vários aspectos, dos sentidos concretos de democracia e justiça, também é fato que sua existência e funcionamento estão longe de representar o elixir salvador da convivência comunitária e de poupar a mesma das contradições encontradas em seus fazeres, saberes e valores reproduzidos.

A propósito dos entraves ao perfazimento plenamente democrático e legítimo da conciliação em equidade, uma assessora jurídica do CCRCC, integrante de uma ONG de Medellín, o Instituto Popular de Capacitação, pensa que há uma predisposição pessoal a estar na defensiva e uma intangibilidade para discutir e questionar direitos. O que leva a reafirmar

um dos pontos do dilema da elucidação e reestruturação da esfera político-jurídica, que é o relativo à dificuldade em estabelecer um fórum comum de deliberação, capaz de gerar consenso democrático. Acrescenta a assessora que não se percebe um sentido de equidade muito presente na comunidade, pois o que ocorre é que muitas vezes as pessoas sentem-se muitos confiantes em seu direito e não têm animo de discuti-lo e negociá-lo.

Numa ocasião, esta assessora propôs às conciliadoras do CCRCC a possibilidade de estudantes de Direito irem até lá e realizarem uma exposição sobre um tema jurídico de interesse dos conciliadores. Mais uma vez, reaparece a questão da necessidade e da conveniência desse aprendizado jurídico formal por parte da comunidade. Do lado de alguns assessores externos defende-se o fortalecimento da conciliação em equidade, mas, ao mesmo tempo, estimula-se esse tipo de capacitação jurídica.

Ainda como ponto intrincado para a construção e o fortalecimento das práticas de Justiça Comunitária, deve-se mencionar a presença simbólica e real dos grupos de *muchachos* (rapazes) quem, sejam na condição de milicianos (agentes de grupos armados que cumprem a função explícita e declarada de autodefesa comunitária) ou integrantes de *bandas* (grupos oriundos da fusão social entre delinquência juvenil e narcotráfico) exercem um predomínio físico e simbólico no cotidiano, como expressão de poder (preponderantemente pelo uso de armas e da violência), de controle territorial, de coação física e moral, de guarda e vigia de determinados valores e normas, e como estabelecadores de uma justiça própria, mantida, em boa dose, pelo acatamento e eficácia conseguidos¹³³. Não raro ouve-se dentro ou fora do Centro de Conciliação as partes de um conflito aludirem, ainda que não enfaticamente, à opção existente de resolverem suas controvérsias pelo intermédio da força juvenil alçada em armas.

¹³³ Indispensável para o entedimento minucioso deste contexto e as questões políticas e culturais implicadas o trabalho de ARBELÁEZ, Ana María Jaramillo et alii. Op. Cit.

Enfim, a pedra de toque da Justiça Comunitária, e que lhe dá seu tom distintivo, situa-se no grau de democraticidade atingido através de seus mecanismos de tratamento e resolução dos conflitos. O que remete novamente às experiências observadas no Centro Comunitário de Resolução e Conciliação de Conflitos. Algumas vezes não se pôde deixar de perceber a postura autoritária de que se investia a figura do conciliador no exercício da sua atividade e o modo que este comportamento era transmitido àqueles que haviam buscado sua ajuda.

Consoante a estes possíveis tropeços de estruturação é que se deve atentar cuidadosamente para a armadilha de transformar o que seria uma “alternativa ao despótico” em outra forma de realizá-lo, por meios mais tácitos e sub-reptícios. Daí a necessidade de aplicar-se alguns princípios reguladores da validação desse novo conhecimento produzido por essas práticas. Para Santos, um dos princípios é a democraticidade interna da comunidade-interpretativa e o outro o valor da dignidade humana¹³⁴.

De antemão, a Justiça Comunitária não é garantia implícita de equidade e de obtenção de decisões autônoma e democraticamente construídas pelas partes envolvidas num conflito. Mas, invariavelmente, o que se mantém através dela e constitui-se em seu grande atributo é a proximidade física e psicológica da procedimentalidade jurídica, traduzida e incorporada à realidade diária das pessoas. Esse, que é um ganho quantitativo – já que mais pessoas, em especial aquelas que pela violência estrutural sofrida estão normalmente distanciadas do acesso à justiça e do tratamento igualitário nas portas do poder judicial, têm a possibilidade de usufruir um mecanismo legítimo e válido de resolução dos seus conflitos –, mas, sobretudo, qualitativo, pela forma como são originadas as decisões e as finalidades a que se remetem. Pois, o que se pretende obter do conflito é um consenso realizado pelas próprias partes – tendo a figura do conciliador como facilitador –, em que os envolvidos num determinado

¹³⁴ Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. Cit. 2, p. 329-330. Nesse propósito, esclarece o autor que o objetivo principal da constituição das comunidades interpretativas para um novo paradigma de conhecimento é “(...) garantir e expandir a democraticidade interna dessas comunidades, isto é, a igualdade do acesso ao discurso argumentativo” (p. 330).

problema sejam os mesmos a promoverem sua resolução, que, não obstante se destine a dar cabo e/ou esclarecer uma situação de atrito, não propugna por uma fictícia instauração de não-conflito e muito menos pela extinção total da tensão. Sendo a intenção a de tratar a situação conflituosa, sabe-se que essa não se extinguirá repentinamente da convivência. Ademais, qualquer situação tratada está inserida numa rede tal de emoções, valores, idéias e normas conformadoras da vivência comunitária e subjetiva que, os conflitos, principalmente os relacionados a esses contextos em que o material e o pessoal são sumamente imbrincados e as faltas são pungentes, estão longe de serem um alvo passível para os estratagemas sintetizadores da racionalidade do direito estatal.

Este salto qualitativo na geração da decisão e na abordagem do conflito pode ser apreciado no exemplo a seguir descrito, em que um conciliador da comunidade e um assessor jurídico do Centro estavam encarregados de atender a um caso que lhes tinha chegado. As duas partes envolvidas no conflito tinham entre si um nexó amoroso, eram um homem casado e sua ex-amante. O sucedido e relatado foi que depois de algum tempo de relacionamento o homem passou a viver, por conta de problemas econômicos, na casa da amante, instalando-se aí com a esposa e os dois filhos. Desde então vieram os conflitos, culminando com a expulsão da amante de sua própria casa pelo irmão. O assessor jurídico durante algum tempo esteve conduzindo a conciliação, tentando aclarar os fatos e acalmar as partes, que se encontravam relativamente exaltadas. Passado um tempo de conversa, o assessor saiu da sala e deixou o conciliador da comunidade – quem, até então, estava apenas servindo de redator e pouco se pronunciava – conduzindo o resto da sessão. Com a saída do assessor o conciliador passou a intervir diretamente no conflito. Desde logo, sente-se uma diferença substancial na forma de atuação do integrante da comunidade em relação a do assessor externo, sempre mais comedido e reflexivo, enquanto aquele se mostra mais firme e contundente no modo de agir.

No entanto, o que lhe distinguia, mais que tudo, era ser, de fato, muito mais conhecedor da situação específica e do entorno em que se desenvolvia o conflito.

O conhecimento específico do conciliador comunitário tornou-se decisivo para que as partes chegassem a um acordo, ainda que provisório. O que decidiram foi que o homem permaneceria por mais um mês, com sua esposa e filhos, na casa de sua ex-amante. Seria o tempo dado para que ele conseguisse um emprego e assim pudesse voltar a ajeitar melhor sua vida. Ao fim, as partes saíram satisfeitas e mais tranquilas do que quando entraram no Centro. O conhecimento e o aporte comunitários que o conciliador trouxe para a resolução do conflito não somente facilitou o acordo como também propiciou um ambiente de confiança e conforto emocional para as partes.

Este caso explicita algumas das “vantagens qualitativas” relacionadas à Justiça Comunitária. Pelo que foi observado pôde-se constatar a diferença ocorrida no ânimo e na atuação de todos os envolvidos na tentativa de conciliação quando dela retirou-se o assessor e o conciliador passou a conduzi-la. Tal fato, ainda que banal, terminou acarretando o desfecho positivo da conciliação. O qual foi possível pelo concatenamento de determinados requisitos que dizem muito a respeito de dita prática. Veja-se:

i) Desde o momento em que as duas partes conflitantes passam a estar “a sós” com o conciliador instala-se um ambiente de maior conforto emocional e um clima mais amigável entre as partes. Tal quadro advém do fato de ser o conciliador um integrante da comunidade, que, ademais de conciliador e membro ativo e participante de atividades de interesse comunitário, compartilha da mesma realidade cotidiana das partes, senão nas mesmas condições, mas dentro do mesmo meio e das mesmas adversidades comuns. Além do espectro subjetivo remodelado têm-se uma reordenação do material cognitivo do qual se dispõe para propiciar a conciliação. Se com a figura do assessor se destacava um conhecimento mais reflexivo e uma visão mais externa e independente, com o conciliador passa a ser posto em

cena um conhecimento mais íntimo e pormenorizado a respeito das partes e do conflito em questão. Pode-se dizer então que esse conhecimento mais rico, detalhado e específico foi o mote cognitivo que deu partida para o estabelecimento de uma relação de horizontalidade e proximidade entre o conciliador e as partes, quase o inverso do que se havia estabelecido com o assessor jurídico.

ii) Dado o conflito em foco e a consciência que dispõe o conciliador da provisoriedade (maior ou menor, dependendo do caso) da decisão a que se vai chegar, elimina-se a ansiedade (ou pelo menos a pretensão de gerar uma decisão completa e invariável) provocada por uma decisão que pudesse parecer mais rígida e imutável. Devido a essa flexibilidade do acordo conciliatório, o que não indica falta de desvelo quanto ao seu cumprimento, coloca-se para as partes a possibilidade mais livre de rediscuti-lo e voltar a questioná-lo. Não sendo as verdades e os fatos atemporais, permite-se com essa postura um manejo mais conciliador e realista do conflito.

iii) Por fim, importa menos a estrita apuração da situação conflitiva e a interpretação mais “correta” que se possa tirar dela do que o *quantum* gerado, através do processo conciliatório, de energia impulsionadora para a criação de um *ethos* comunitário, capaz de produzir e recriar os sentidos de participação, organização política e identidades comuns. Valendo para tanto o que diz Santos a cerca do conhecimento do novo paradigma:

(...) não é validável por princípios demonstrativos de verdades intemporais. É, pelo contrário, um conhecimento retórico cuja validade depende do poder de convicção dos argumentos em que é traduzido¹³⁵.

E pensando sobre o conhecimento produzido na e pela prática da Justiça Comunitária, dando atenção nesta análise à conciliação em equidade, entende-se que os únicos argumentos

¹³⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. Cit 2, p. 329.

válidos sejam tão só aqueles respaldados pelo saber comunitário democraticamente acordado e legitimado.

O que parece ficar evidente disso tudo é que através da conciliação em equidade, arquétipo para o desenvolvimento da Justiça Comunitária, vai se desenhando um modelo e uma concepção de justiça oriundos e caracterizados a partir de uma prática comunitária, que contando com um determinado material cognitivo, valorativo e político, emana, a partir de procedimentos minimamente previstos, um direito elaborado quase *ad hoc*, que toma corpo e se expressa quase no momento da sua consensualização, sendo este seu maior desafio político e epistemológico. Mas também a principal fortaleza, acredita-se, contra a cristalização dessas formas de direito numa esfera dura e fechada de contenção controlada da conflituosidade que a rodeia. É esta a condição qualitativa que Santos observa e que diferenciaria um direito estruturado sobre o uso do discurso retórico. Fazendo do discurso jurídico “um discurso aberto e permeável às influências de discursos afins”, tornando-o “investido de uma tonalidade ético-social que impede a cada momento a autonomização ou insularização da sua dimensão jurídica”¹³⁶.

A lei que regula a conciliação em equidade refere-se a um procedimento informal e comunitário de resolução dos conflitos. Subentende-se, pois, a existência prévia de um direito material (que pode existir de fato ou não), ou entende-se que ele deve ser construído no próprio processo? Seja como for, parece dever existir, para que tal mecanismo de decisão ocorra, princípios mínimos e regras básicas de validação dos direitos criados e veiculados por essa justiça. E conforme foi visto, tal idéia coaduna-se justamente com a concepção de um direito argumentativo, caracterizado pela ampla utilização do discurso retórico, instrumental constitutivo e de permanente reprocessamento das decisões veiculadas e das formas empregadas.

¹³⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. Cit. 3, p. 25.

b) Centro de conciliação e assessoria comunitária bairro Los Mangos

Na cidade de Medellín existem duas importantes ONGs trabalhando o tema da Justiça Comunitária. Esse empenho, que inclui tanto a reflexão e a produção teórica correspondente como o apoio organizativo e material, incide em seu lado mais prático e contundente na promoção de Centros de Conciliação comunitários, através da capacitação de grupos de pessoas da comunidade interessados em se tornarem conciliadores e da ajuda na estruturação física e operativa desses centros.

Uma destas ONGs, a Corporação Região, começou a concretizar um projeto, desde o começo de 2000, de criação de Centros de conciliação e assessoria comunitária em alguns bairros da zona centro-leste da cidade. Uma destas localidades, onde iniciou a formar-se um Centro, é o bairro Los Mangos.

No princípio de 2000, o trabalho da instituição que lhes apoiava era o de expandir à comunidade o conhecimento e o sentido da existência do Centro e estimular os pretendentes conciliadores a persistirem na materialização da proposta. Nesse então, o grupo comunitário que estava encabeçando projeto era todo constituído de mulheres. Além do matriarcado antioquenho, possível causa cultural do fenómeno, vigora como fator social para a forte presença feminina a sobrecarga emocional e econômica de muitas mulheres que, ao mesmo tempo que sofrem por serem mães solteiras e arcarem sozinhas com o sustento e a criação de seus filhos, são infladas de uma admirável vontade de organização para agir e mudar o que é preciso.

A divulgação do Centro estava sendo feita pela distribuição de folhetos, comunicando sobre que consistia a conciliação comunitária enquanto forma de resolução dos conflitos, suas vantagens e como se poderia acessar ao serviço (onde é oferecido e em que dias e horários).

Também neste território figuram, ainda que esquivadamente, os grupos de milícias juvenis urbanas que agem como gestora de conflitos comunitários.

Mesmo depois de ter mantido seu funcionamento ao longo do ano, ainda se faz necessário a continuação das atividades de fortalecimento e difusão, já que muitos dos moradores desconhecem ou sabem apenas vagamente de que se trata o Centro. Num evento de divulgação e esclarecimento promovido pela Corporação Região, pôde-se tomar conhecimento das inquietações e dúvidas da população local quanto a seus problemas corriqueiros e pessoais. Com o que se reafirma a carência generalizada de acesso aos modos de solucionar e tratar os conflitos cotidianos.

O Centro vinha funcionando até então na sede da Junta de Ação Comunal. Embora houvesse reclamações referentes à inadequação das instalações deste espaço para o exercício das atividades.

c) Centro de conciliação e assessoria comunitária bairro El Pinal

Dentro do mesmo esforço de estímulo aos mecanismos de Justiça Comunitária, a Corporação Região vem apoiando, paralelamente ao processo do Centro do bairro Los Mangos, a concretização de um centro de conciliação em equidade e de assessoria comunitária no bairro El Pinal. Também Localizado na zona centro-leste da cidade de Medellín, diferentemente dos outros dois centros acima citados, sua sede situa-se numa sala da casa paroquial de uma igreja católica da comunidade. Aqui depara-se com um quadro um tanto distinto na conformação do Centro. Seus únicos conciliadores são dois homens, um bastante jovem e outro adulto. Ambos mostravam-se animados para iniciar os trabalhos, embora reconhecessem as dificuldades para consolidar o Centro até que os moradores o conhecessem e recorressem a ele. Como estratégia de divulgação, estava sendo anunciando

pelo padre, nas missas, a existência do Centro e quais os serviços prestados, além dos informes impressos para serem distribuídos.

Ao final do ano de 2000 teve-se notícia acerca da boa movimentação ocorrida no Centro, sobretudo no período em que lá compareceu uma estudante de direito da Universidade de Medellín, prestando orientação e assessoria jurídica. Nesta época, foram mais uma vez distribuídos folhetos informando sobre a conciliação e o Centro, a fim de manter o impulso à prática da conciliação em equidade e a auto-gestão dos conflitos comunitários.

d) Serviço de Conciliação em Equidade Zona COC

Esta experiência, quando conhecida, encontrava-se em pleno processo de preparação para entrar em andamento. Mais uma vez, o processo de organização e estímulo comunitário contava com a participação de uma ONG forte da cidade de Medellín, o Instituto Popular de Capacitação. Por meio desta instituição, estava sendo realizada uma oficina de capacitação de conciliadores em equidade, dirigida e conduzida por uma advogada, membro da organização.

A oficina funcionava na sede da cooperativa COOMABÚ, no bairro 20 de Julio, abrangendo os moradores deste bairro e outros vizinhos – El Salado, Los Conquistadores e Las Independências 1, 2 e 3 –, todos pertencentes à zona centro-oeste da cidade.

As reuniões de capacitação do grupo comunitário aconteciam duas vezes por semana, quando então os moradores iam tomando conhecimento das etapas da prática da conciliação em equidade, suas ferramentas técnicas e conceituais, e discutindo temas relacionados a ela (tais como Direitos Humanos, Participação, Democracia e Desenvolvimento). A abordagem dos temas tratados podia se dar de forma mais monológica, pela explanação, por parte da representante da ONG ou de outros convidados, de determinado assunto; através de exercícios

em grupos, em que os participantes entravam em contato com situações práticas e aplicavam os conhecimentos adquiridos, para depois analisá-las; e de discussões interativas.

Finalizadas as sessões da capacitação, teve início com o mesmo grupo e mais outras pessoas interessadas da comunidade uma série de encontros denominados “Quartas de Direito”, abrangendo diferentes assuntos de compreensão jurídica e reflexão política e social.

Esses encontros deram-se continuamente à capacitação, como uma demanda das próprias pessoas capacitadas por um aprimoramento nos seus conhecimentos e em sua capacidade para o exercício da conciliação em equidade. Outra vez, ressurgiu o dilema relativo à função e à necessidade da aquisição de conhecimentos jurídicos por parte dos conciliadores. Diante destas inquietações, representantes de ONGs respondem justificando que tudo o que venha somar-se ao conhecimento, ao aparato intelectual dos candidatos a conciliadores serve na hora de conciliar, ampliando seus marcos e parâmetros de entendimento dos conflitos que se lhes apresentem. Pois, acrescentam, em uma sociedade onde o Estado quase nunca se fez presente e quando o fez foi de forma desvirtuada e falseada, parece justo e legítimo que haja uma reapropriação e redimensionalização do público e da própria institucionalidade estatal através da difusão e disseminação de conteúdos relacionados ao sistema político-jurídico formal.

Em tempo, vale ressaltar que apesar da acolhida e legitimidade que possa ter por parte da população esse tipo de pedagogia – ainda que se possa relativizar a autenticidade e independência na criação dessas necessidades de aquisição de conhecimento, tendo em conta a estimulação externa provocada pela dinâmica de interação e atuação das ONGs – há presente o risco de reprodução de uma espécie de tendência purificadora do saber comunitário, o qual deveria ser descontaminado de sua fragmentação e marginalidade para finalmente ser tributário dos sentidos homogêneos de lei, Estado e ordem pública. Em contrapartida, crê-se na existência e possibilidade de outros lugares – solos pouco cultivados,

mas férteis em alternativas – a partir de onde se poderia encontrar substância sólida e coerente para cultivar coesão social e senso comum de pertencimento.

O serviço de conciliação em equidade da Zona COC, como esforço de representação comunitária e resignificação de lugares comuns estabelecidos, no que se refere à administração da justiça e elaboração do Direito, está dando seus passos. Sobremaneira, vale louvar a empreitada de constituir-se como contraproposta de resistência ao que durante muito tempo tem funcionado massivamente nestas zonas: a justiça armada dos diversos grupos que, alçados em armas, administram e distribuem justiça sob parâmetros coercitivos, mas vistos como eficazes pela comunidade; em que a ameaça é o princípio básico de ordenação dos problemas e conflitos e quando se apresenta necessário, sumariamente se executa os considerados culpados.

O Centro, que principiava seu funcionamento na sede da cooperativa, não havia conseguido até então se identificar como serviço comunitário conhecido. Ressente-se da falta de usuários, de gente que o conheça e de uma cultura da conciliação em equidade na comunidade. Todavia, os conciliadores capacitados estavam realizando seus turnos, esperando serem procurados. Por conta dessas debilidades sentidas, propôs-se um concurso de cartazes e vídeos promocinais da conciliação em equidade. Apesar de que o mecanismo da conciliação em equidade ainda não tivesse tomado muita relevância, a comunidade não estava desprovida de práticas coletivas de integração e socialização. Destaque-se a Associação de Mulheres das Independências, um grupo de mulheres que realizam o interessante trabalho da Escuta Comunitária com Perspectiva de Gênero – mulheres que escutam e orientam a outras –, uma forma inovadora de tecer convivência social e tratar os conflitos.

e) Corporação Convivamos

Convivamos está localizada no bairro de Villa Guadalupe, zona nordeste da cidade de Medellín. Esta corporação, embora tenha sido buscada como fonte de dados para a pesquisa destinada aos centros de conciliação, não funciona normalmente como um desses, nos moldes conhecidos e estipulados pela lei. O que se pode dizer logo desta corporação é que constitui um modelo organizativo bastante original, um misto de organização comunitária de base – voltada para o desenvolvimento e melhoramento da comunidade – e ONG – com diretoria, profissionais formados, sócios e não-sócios, financiamento e sede própria.

Talvez seu grande diferencial em relação a um centro de conciliação, como o CCRCC, seja a extensão e a profundidade com que são lidados os problemas da comunidade, tanto no nível individual como coletivo.

Na esfera mais pessoal, faz-se uso da assistência psico-social, assim que tenha chegado até à corporação o conhecimento do conflito ou se tenha sabido dele por outros meios. Defende-se tal estratégia como uma forma de evitar a reverberação social do conflito interindividual e como meio de aproximação àqueles conflitos coletivos que se refletem na disfunção das estruturas individuais, familiares e vicinais.

Num patamar de atuação propriamente mais comunitário são utilizadas as sessões de conciliação intergrupar, quando grupos estejam enfrentando problemas entre eles, por causas gerais de desentendimento ou por outras enfocadas em algum(s) membro(s) específico(s) dos grupos. Em tais situações, a conciliação não se reduz a programar um encontro entre os grupos para daí obter um acordo. É feito geralmente um trabalho prévio de preparação, de escuta de cada parte. De maneira que a sessão na qual se produz o acordo seria a última de outras preparatórias, conjuntas ou com determinadas partes.

Além dessas metodologias diferenciadas, a conciliação é assumida pela corporação ainda apartir de uma perspectiva mais ampla, podendo dar-se através da promoção de atividades integrativas da comunidade, seja através de festas, eventos esportivos e culturais, muitas vezes com o objetivo de reafirmar acordos ou, de modo tangenciado, atingi-los.

O êxito destas iniciativas está conectado com o cuidado com a melhor aproximação possível à comunidade. Importa muito para isto que o conciliador seja um profundo conhecedor do meio comunitário e pleno integrante do mesmo. A fim de evitar uma conciliação mecanizada ou superficial, é preciso que o conciliador (aqui melhor enquadrado como mediador) entenda bem a dinâmica do bairro. O que requer também muita habilidade e destreza do mediador para não se embrenhar demasiadamente na questão ou tornar-se um agente problematizante ao invés de propulsor e transformador.

A Corporação Convivamos realiza seu trabalho de mediação de modo bastante informal. Não mantém registros nem atas. E tão pouco presta contas a qualquer órgão do Estado. O instrumental utilizado para o tratamento dos conflitos comunitários caracteriza-se ainda pela adaptabilidade, mutabilidade, facilidade, enfim, pela possibilidade de dar cabida a diferentes estilos e tons no modo de executá-lo.

Estas ferramentas práticas podem dar alguns indícios no desenho de um outro paradigma de resolução de conflitos e de perspectivas teóricas e políticas para a realização da justiça. Vindo a ser esta, assim, o bem prioritário a ser propiciado à comunidade. Elevando, conseqüentemente, o patamar de segurança e de acesso a outros bens.

Estes mecanismos de exercício de uma Justiça Comunitária operam na lógica inversa e com fins contrários à justiça dos grupos armados, que privilegiam a segurança, às custas da arrogância e da luta violenta pelo poder, como bem primordial. Põe-se em evidência, também, por meios dessas práticas comunitárias, a deslegitimação das instâncias estatais que estariam

aptas a receber e cuidar dos conflitos, consideradas, pois, ineficazes e repetidoras da violência estrutural a que estão submetidas essas comunidades.

Em comparação a um centro de conciliação “tradicional”, aqui se privilegia a qualidade do acordo e do tratamento dado ao conflito, ou seja, a materialidade da conciliação. Naqueles centros, por sua própria conformação e pelo grande número de casos tratados, (que os fazem parecer, às vezes, a um “fast-justice” da Justiça Comunitária – sem desapreciar e deixar de louvar o trabalho realizado) tende-se a priorizar e a valorizar a agilização do processo e seus baixos custos, isto é, aspectos mais procedimentais e processuais. A conciliação comunitária, como uma justiça ágil e rápida, seria bem apropriada, pensam alguns, para servir ao descongestionamento da justiça ordinária. Posicionando aquela como um mecanismo, em certa medida, subsidiário à justiça estatal, pois estaria aliviando a esteira habitual de tanto processos que se dirigem a esta.

Outra diferença que se poderia acrescentar como distintiva entre esses dois tipos de mecanismos, o dos centros de conciliação de atendimento mais pontual e específico e uma estratégia de atendimento mais amplo e comunitário, refere-se à importância atribuída à capacitação jurídica dos agentes comunitários que vão intervir no conflito. No primeiro modelo nota-se uma tendência a supervalorizar e engrandecer o conhecimento externo, jurídico, das leis. Enquanto que no segundo modo de ação percebe-se uma segurança maior em relação ao aporte conceitual e prático, próprio e característico, do fazer comunitário. Embora se reconheça também a necessidade de contar com uma orientação especializada nas situações que demandem uma consideração mais precisa.

Segundo um representante da Corporação Convivamos, a justiça ordinária não teria nada para contribuir com a Justiça Comunitária. Afirmar que a participação do Estado deveria ser a de gerar novas instâncias que envolvessem a comunidade no marco da justiça.

Ao que tudo indica, os caminhos apontados – sobretudo quando se depara com situações de extrema desestruturação e ilegitimidade do aparato institucional legal – levam a um estímulo do incremento da Justiça Comunitária como forma viável de conceber a esfera político-jurídica em espaços de alta conflituosidade e marginalização social.

f) Tallerarte

Há uma experiência que, apesar de não lidar diretamente em termos práticos com o manejo dos conflitos, repercute e incide, indiretamente, nas concepções morais, emocionais e concretas dos conflitos urbanos.

Na mesma cidade de Medellín, existe uma oficina permanente de arte, que, partindo de um enfoque e direcionamento subjetivos, procura criar alternativas dentro de uma realidade limitante e que parece não apresentar saídas. Seu diferencial é o de trabalhar com arte, neste caso, a escultura, feita com barro, argila e gesso. A oficina é coordenada por um mestre-escultor e funciona numa escola pública de um bairro também bastante comprometido pela exclusão social. O bairro é o Doze de Outubro, zona noroeste da cidade, e o colégio chama-se Progressar Unidos. Lá chega quem quiser, aluno ou não, morador das redondezas ou de fora, seja de que classe for. Os interessados dirigem-se até o espaço da oficina de modo espontâneo. Ele permanece aberto e em funcionamento praticamente durante toda a semana e ao longo do dia. Dependendo da intimidade e da relação com o lugar, move-se nele de forma mais ou menos livre e recebe-se, caso seja preciso, um tipo determinado de orientação. Muitos jovens do bairro atuam na oficina como aprendizes-orientadores. Mantém uma relação mais intensa com o projeto, produzindo constantemente trabalhos, ajudando a coordenar suas atividades, a cuidar do material utilizado para as esculturas, a distribuí-lo a quem chega e se interessa em realizar algo e a orientar quem está começando a inteirar-se com o processo.

A dinâmica do atelier vai bem além da mera produção de esculturas como objetos, e insere-se na perspectiva de reconstrução e reconhecimento individual e social a partir da arte. Acredita, seu coordenador, que quando meninos e meninas, vítimas e ao mesmo tempo protagonistas de uma realidade de funda exclusão, estão retratando cruces, cadáveres, um rosto de súplica, um cavalo ou uma flor, não estão expressando apenas um cotidiano, um sentimento ou um momento, mas construindo e reconstruindo a partir de suas próprias mãos uma outra identidade, um outro reconhecimento e outros imaginários acerca do que os rodeia. Dando-se a oportunidade de voltar a sonhar e olhar para frente, constituindo-se em atores sociais na luta por autonomia, independência e comunidade.

Por sua peculiaridade nos desígnios e na metodologia empregada, torna-se difícil mesmo definir em que se constitui o Tallerarte. *Taller*, do espanhol, significa lugar onde se realizam trabalhos manuais ou artísticos. Segundo expressa um folheto explicativo, *taller* é o substantivo, quieto, inerte, do qual se retira o verbo *tallerar* (um neologismo), como tal, signo de ação. Daí surgem *Tallerarte*, *Tallerarme*, *Tallerarnos* (outros neologismos), que dessa forma, representam o trabalho de talhar, de esculpir, de produzir a partir de cada um, do outro e de todos algo novo que se vai esboçando pelo processo criativo. O qual pretende criar, artisticamente, identidade pessoal e coletiva. Para então construir sujeito, cidade, país.

Sabendo-se dessa fundamentação entende-se melhor que não é prosaico e despropositado que se peça a algumas meninas que lá entram pela primeira vez que tentem esculpir seus próprios seios, aproximando-se o mais possível do real. Ou seja, antes de tudo, olhar a si próprio, examinar-se e reconhecer-se desde o mais próprio. Da sutileza e simplicidade de uma ação, a de esculpir seu próprio seio, parece gerar-se possibilidades mais profundas. O que quer demonstrar que se sabendo e construindo-se como sujeito pode-se agir e sair em busca.

Tallerarte é, pois, um projeto abertamente compromissado com um processo de reconstrução político-identitária desde o fazer artístico, criativo e experimental, propiciando o surgimento de sujeitos impossados de autonomia criadora que poderá fazer eco e lhes permitirá reapropriar-se de seu entorno social e cultural.

Neste sentido é que se tem buscado apoio para construir um parque de esculturas – a partir de reproduções em bronze de uma seleção de obras realizadas na oficina a serem instaladas em área aberta do próprio bairro – que bem poder-se-ia denominar Parque da Identidade Latino-americana. Não que o mestre-escultor forjador da idéia pretenda representar uma identidade unívoca através das esculturas produzidas pelas crianças e jovens da comunidade, que são quem integram a maioria dos freqüentadores do atelier, mas quer com isto assinalar concentradamente e de forma exposta uma certa identidade sim, que pelo que diz, tem em comum com o resto do continente o fato ineludível da exclusão e da opressão devastadoras que as une na tentativa de reconciliar-se com seu próprio rosto.

Vem propor, enfim, esta experiência, uma inovadora exercitação estética de emancipação individual e coletiva, por meio da qual começam a prefigurar-se outras possibilidades de sentir e atuar que vão esboçando-se como frente ao dilacerante embate em que se reúnem os constrangimentos do real e as aspirações de uma vida digna. Brotam a partir daí indícios de uma nova vivência, de onde principia a surgir a liberdade, formada de afirmação pessoal e identidade reconciliada.

Como partícipe histórico dessa defesa de reconstrução da totalidade humana para a realização espiritual e moral do indivíduo, o filósofo Friedrich Schiller, no final do século XVIII, afirma na última carta que compõe com outras seus escritos a respeito da educação estética do homem: “Em meio ao reino terrível das forças e ao sagrado reino das leis, o impulso estético ergue imperceptivelmente um terceiro reino, alegre, de jogo e aparência, em

que desprende o homem de todas as amarras das circunstâncias, libertando-o de toda a coerção moral ou física”.¹³⁷

É no contexto desse domínio estético que, se imagina, pode-se encontrar solo fértil para a afirmação e a identidade, ambas, impulso para a ação e a fruição da liberdade. A experimentação estética e criadora passa, então, a ser motor de sublimação, possibilitadora de novas conexões e interpretações político-identitárias e sócio-culturais nos níveis individual e coletivo dos sujeitos.

Em meio do saturamento ideológico, político e institucional hoje reinante, quem sabe a expressão artística possa propiciar uma outra ambiência conectora entre os sujeitos, base de um outro solo da vida social, abrindo campo ao *homo esteticus*, no dizer de Maffesoli¹³⁸. Nesta ponderação, a arte ressurge como linguagem de resignificação das relações sociais e diferenciação constitutiva do sujeito. Sua singularidade está contida em seu próprio acontecer, em seu processo de verdade, no pensamento inscrito já em suas obras, produtor de verdades irredutíveis a outras verdades científicas ou políticas¹³⁹.

Reconhecendo-se, pois, *Tallerarte* como experiência legítima de processo de criação autônomo-comunitária, não é difícil dimensionar os efeitos propulsores – em termos de desenvolvimento comunitário e para o fortalecimento de mecanismos autônomos e democráticos de gestão dos conflitos e de administração da justiça – que podem ser alavancados a partir desses espaços de reinvenção e retradução das possibilidades cognitivas e subjetivas de vivência da esfera político-jurídica, canonizadas e estabelecidas pelo paradigma da modernidade.

É por isso que na conformação de um paradigma de conhecimento emergente, que tanto reclama Santos, vislumbra-se a revalorização da racionalidade estético-expressiva, a

¹³⁷ SCHILLER, Friedrich. *A Educação Estética do Homem. Numa série de cartas*. Trad. Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 1995. 3 ed., p. 143.

¹³⁸ Cf. MAFFESOLI, Michel. Op. Cit., p. 98.

¹³⁹ Cf. BADIOU, Alain. Op. Cit., p. 25.

qual, segundo o sociólogo, constitui, junto com o princípio da comunidade, uma representação inacabada da modernidade. A racionalidade estético-expressiva torna-se vital para uma redimensionalização do conhecimento e da vida, haja vista a infinidade de possibilidades discursivas e a permanente dimensão ativa do sujeito proporcionadas pela criação artística e literária. Daí a importância atribuída à experiência criativa, pois moldadora de novos saberes e novas práticas, no domínio das ciências sociais, cada vez mais reflexivos do estado do sujeito. Que, por seu turno, ampliará esta reflexividade externa e subjetiva através de processos locais de autonomia política e identitária ¹⁴⁰.

3.2 Santander, entre o comunitário e o institucional

Primeiro de tudo, difícil pensar nas experiências e nas práticas de Justiça Comunitária no departamento de Santander sem fazer referência ao que foi visto e apreendido como equivalente na cidade de Medellín. Segundo, em termos espaciais passa-se da observação concentrada em um núcleo urbano para abrir-se a um campo mais aberto e difuso de análise. Por último, o interesse científico em conhecer o que havia em torno da Justiça Comunitária em Santander deveu-se à “conciliação rural” que se havia notabilizado e caracterizado nessa região. No entanto, ao lado da “conciliação rural”, presente nas áreas mais distantes dos centros urbanos, verifica-se um modelo de “conciliação urbana” ligado à cidade de Bucaramanga, capital do departamento, e suas cidades vizinhas, com suas peculiaridades e formas de atuação próprias.

¹⁴⁰ Ver SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. Cit. 1, pp. 92-94.

a) Centro de Atenção em Conciliação em Equidade (CACE)

Encontra-se na cidade de Bucaramanga, capital do departamento de Santander e um dos principais centros urbanos do país, uma experiência de centro de conciliação em equidade, a qual já conta sete anos de existência. Pelo modo que surgiu e o tipo de mobilização levantada ao seu redor, o Centro tem características que o diferenciam substancialmente dos centros em conciliação em equidade do tipo “comunitário”, tal como o de Moravia (CCRCC) ou outras experiências similares que estão em andamento nos bairros populares.

O processo que o impulsionou tem origem no ano de 1993, e se dá pela ação do Ministério de Justiça, através do Plano Nacional de Reabilitação, mais os esforços de uma instância local, a Coordenação para a Conciliação em Santander. A partir daí tem início o programa de formação de conciliadores em equidade e a promoção da figura no departamento, em especial na área metropolitana de Bucaramanga; ambas iniciativas inspiradas pela demarcação legal da conciliação em equidade instituída pela Lei n. 23, de 1991. Assim que após haver conseguido capacitar e formar um grupo de conciliadores em equidade, com o reconhecimento do Tribunal Superior de Justiça de Bucaramanga e o apoio da Prefeitura Municipal, começa a funcionar a partir de 14 de fevereiro de 1994, inicialmente instalado na Inspeção Permanente de Polícia de Bucaramanga, o Centro de Atenção em Conciliação em Equidade. O Centro esteve localizado na sede da Inspeção até julho de 1997; desde então teve que se trasladar várias vezes pela dificuldade de consolidar um espaço fixo para seu funcionamento.

Os tipos de conflitos atendidos não divergem muito da tipologia comum à conflitividade urbana, tais como brigas familiares, e em matéria civil, as questões relativas ao pagamento de aluguéis e dívidas, cumprimento de contratos e problemas de convivência

comunitária. No caso do CACE, porém, tem tomado importância a problemática da violência intrafamiliar. Em seis anos de atendimento, dos 13108 atendidos realizados, 7864 (60%) são de casos desse tipo¹⁴¹.

Ao longo do desenvolvimento do Centro nasce, em 1997, a Associação de Conciliadores em Equidade de Santander (ACESAN), como forma de fortalecer o Centro de Atenção em Conciliação em Equidade e consolidar a conciliação em equidade no contexto departamental. Em 1999, a ACESAN transforma-se na Associação de Conciliadores em Equidade e Comunitários de Santander (ACECOSAN), objetivando, assim, congregar também à organização os conciliadores comunitários em geral¹⁴².

Seguindo os preceitos legais estabelecidos, a prática da conciliação em equidade é realizada de forma gratuita e, como de costume, os conciliadores são líderes comunitários que exercem sua atividade voluntariamente, ganhando seu sustento com algum trabalho realizado fora. Também são produzidas atas dos acordos oriundos da conciliação, sendo que, em não havendo um entendimento entre as partes envolvidas no conflito, expede-se um certificado constando a impossibilidade da conciliação. Utiliza-se dos chamamentos por escrito para pedir o comparecimento da parte citada, para que então se possa reunir ambos os interesses na tentativa de conciliação.

Para além das circunstâncias de sua origem – que terminam por influenciar e, de certa forma, determinar o perfil do centro – verifica-se que em sua materialidade e sentido, o Centro de Atenção em Conciliação em Equidade de Bucaramanga posiciona-se e atua muito conforme à institucionalização legal da conciliação em equidade. Isto transparece na visita realizada ao local de sua última sede e no contato travado com os conciliadores.

¹⁴¹ Cf. GOMEZ, Eduardo Ramírez. *Encuentro Departamental de Conciliadores em Equidad* (Memorias).

¹⁴² As informações expostas estão fartamente esmiuçadas na sistematização feita por GAMBOA, Alba Lucía Sequeda. Op. Cit, pp. 60-86.

Ademais, nos documentos de uso corrente do Centro está enfatizada a referência legal que vigente no funcionamento do centro: a identificação do conciliador em cargo é sempre acrescida pela menção de sua designação pelo Tribunal Superior de Bucaramanga, aparecendo, às vezes, o número do acordo que o designou; é comum referir-se por escrito, como verbalmente, à “audiência” de conciliação; além de constar sempre a conformidade da conciliação realizada com a Lei n. 23, de 1991 e o artigo 116 da Constituição colombiana.

Conta também para o seu perfil “institucionalizado” e mais solene o fato de o Centro de conciliação estar situado fora do domínio local específico de um bairro ou uma zona, o que se explica pelas forças que o impulsionaram, de caráter governamental. De modo que o Centro conta com um espaço neutro para o seu funcionamento, sem estar vinculado a nenhum contexto comunitário. As pessoas que o procuram provém de várias localidades da cidade, e o conciliador, por este motivo, não necessariamente compartilha das mesmas condições sócio-culturais e relações de identidade.

No entanto, não é por esta falta de organicidade que o Centro de Conciliação deixa de cumprir suas funções propostas, como a de contribuir à resolução pacífica dos conflitos e à melhoria da convivência cotidiana, e fomentar positivamente o panorama da Justiça Comunitária. Não se pode ignorar o trabalho dos conciliadores que labutam perseveradamente em prol do mecanismo da conciliação em equidade e que, pela mesma razão de encontrarem-se deslocados de um espaço comum de referência, são levados a empregar ferramentas mais técnicas e diretas na mediação do conflito. Enfim, trata-se de discutir os limites e parâmetros possíveis e aceitáveis a partir de onde se possa elaborar um modelo concreto de Justiça Comunitária, acorde a princípios democrático-participativos e esteio ético de reconstrução pessoal e coletiva.

No município vizinho de Giron há também um grupo de conciliadores empenhados no trabalho de conciliação em equidade. Muitos deles vêm utilizando o mecanismo da

conciliação comunitária por um longo tempo, de maneira individual, como forma informal e eficaz de integração do entorno social.

b) Conciliação comunitária na área rural de Santander

O que foi observado e vivenciado nas conversas e andanças que conduziram a busca por apreender o que se havia firmado já como um modelo de conciliação comunitária rural encontra-se, na verdade, pontilhado num conjunto de práticas e de conhecimentos variados. Tais práticas e conhecimentos são, por sua vez, resultados de uma realidade permeada de violências e ameaças, e por isso, frágil e conturbada, mas que, no entanto, tem elaborado mecanismos de restabelecimento da ordem abalada¹⁴³.

A conciliação comunitária na área rural de Santander é fortemente demarcada pelo contexto da violência e da presença de grupos armados – guerrilheiros, paramilitares, grupos de autodefesa e forças militares. Soma-se a estes fatores o grande abandono em que se encontra relegada a população camponesa, pela falta de infraestrutura e dos meios para fruir de uma vida digna. Esta situação de desamparo e escasso, às vezes nenhum, acesso aos meios formais de assistência do Estado – em alguns municípios inexistente qualquer autoridade governamental – leva a que camponeses, coletiva ou individualmente, mobilizem ferramentas técnicas e conceituais pertencentes ao seu lastro organizativo e cultural para atender à conflituosidade cotidiana. Gerando operações e ações contra-propositivas a partir de expressões associativas e práticas que se foram consolidando como emanção de uma justiça

¹⁴³ Consideravelmente válidos como textos de apoio para o melhor conhecimento e análise da conciliação rural em Santander foram os trabalhos de GAMBOA, Alba Lucía Sequeda. Op. Cit., pp. 46-60; SANTAMARÍA, Rosember Ariza. La Polifonia de la Justicia Comunitaria en Santander. Texto apresentado na Conferência Internacional Justiça Comunitária e Juizes de Paz “Transformações Contemporâneas do Direito”, realizada em Bogotá de 18 a 20/08/99 e convocada pela Corporação Excelência na Justiça e pela Universidade Nacional de Colômbia. 5p.; e GOMÉZ, Eduardo Ramírez. *Encuentro Departamental de Conciliadores en Equidad* (Memorias).

própria de uma territorialidade que se viu obrigada a por em uso mecanismos de defesa de seu entorno e de gestão dos conflitos¹⁴⁴.

Estes mecanismos, mais do que atender questões relativas à esfera conflitiva interindividual ou comunitária, têm nos últimos anos se reforçado cada vez mais no tratamento de assuntos concernentes à segurança territorial ameaçada pela disputa de espaços e domínio, envolvendo os grupos armados e as populações locais. Além da forma desafiadora e hostil em que se posicionam muitas vezes os grupos armados, são freqüentes a cobrança material e moral imposta arbitrariamente, o uso de coações e os episódios de violações desmedidas e sem causa.

Talvez esse quadro contribua para explicar uma certa mística criada em torno das práticas de conciliação e das pessoas envolvidas, e a dificuldade de penetrar nesse universo de tensão e riscos.

Por tudo isso, esse grupo de experiências, múltiplas e dispersas, estão longe de seguirem um esquema fixo e homogêneo de realização. Os procedimentos e os métodos utilizados variam conforme se mostre o problema. Em questões menores pode-se valer de uma conversa e de uma reunião entre as partes; em outros casos, sobretudo em se tratando de acertos com grupos armados, faz-se necessário uma mobilização mais cuidadosa, em que podem convergir vários interesses e interessados e se considera o posicionamento estratégico dos atores sociais envolvidos, esperando assim obter o melhor resultado do conflito¹⁴⁵.

Não se constata, entre o recorte de experiências observadas, nenhuma estrutura símile (algo equivalente a um centro comunitário que realize conciliação ou mediação) estabelecida destinada ao tratamento e resolução de conflitos. Por certo que as organizações de

¹⁴⁴ Cf. GAMBOA, Alba Lucía Sequeda. Op. Cit., pp. 46-49.

¹⁴⁵ Cf. Ibidem, pp. 50-53.

camponeses e trabalhadores rurais da área cumprem uma função sócio-política importantíssima no rearranjo de determinadas situações de conflito e na luta pela defesa dos direitos dessas populações. No entanto, a ênfase conceitual e prática das ações – dada a vigência do conflito armado, as ameaças e a violência perpetrada nas esferas familiar, comunitária e social –, à despeito da capacitação de líderes camponeses relativa à conciliação em equidade iniciada em 1994, recai sobre o diálogo construtivo para a paz e o respeito pelos Direitos Humanos. A tematização e a apropriação da Justiça Comunitária e da conciliação em equidade por parte dos conciliadores têm sido feita de forma bem mais colateral, ao lado de questões consideradas graves e urgentes do cotidiano¹⁴⁶.

Um outro traço distintivo deste tipo de conciliação rural repousa na figura do conciliador, quem, alheio a estruturas fixas, atuando fora das engrenagens e suportes institucionais, borda e alinha os vácuos e interstícios de rompimento do viver cotidiano. Seu instrumento de ação, com o qual rompe a penumbra de discórdia e agressão, reside no seu comunicar-se; provocando, por sua vez, uma rede de comunicação e diálogo que passa a dar novo tom e qualidade relacional a espaços fragilizados pelo desequilíbrio social e a guerra. Neste contexto, a formalização de atas escritas não se converte em expediente obrigatório e essencial à consumação da conciliação. Os acordos ocorrem freqüentemente de forma verbalizada e a eles se outorga a garantia que advém do respeito à palavra empenhada¹⁴⁷.

Poderíamos até mesmo dizer que os fazeres e os saberes advindos dessas práticas conformam uma espécie de Justiça Comunitário-comunicativa, que se comprova pelas experiências:

- A província de García Rovira (as províncias são as divisões territoriais internas do departamento) é onde possivelmente o mecanismo da conciliação demande um processo

¹⁴⁶ Cf. Ibidem, pp. 54-56.

¹⁴⁷ Cf. Ibidem, pp. 56-58.

maior de socialização e conhecimento¹⁴⁸. Há quem diga que essa parte do departamento tenha sido historicamente relegada em seu desenvolvimento econômico e social.

Esta província constitui-se majoritariamente de mini-latifúndios e propriedades familiares, o que pode explicar sua carência produtiva e precariedade de recursos. Também por isso tem sido mais dificultada a organização rural. Organizações não governamentais de outras províncias começaram a tentar modificar este quadro de apatia e impotência social diante dos problemas enfrentados. A partir destas iniciativas, propôs-se a capacitação conceitual e técnica dos moradores locais na prática da conciliação em equidade e a instrumentalização de ferramentas organizativas e de desenvolvimento¹⁴⁹. Pese as dificuldades sentidas, os trabalhadores vivem experiências de resolução de conflitos e tem tido de posicionar-se e atuar de forma dialogada em casos de enfrentamento com grupos guerrilheiros.

- Na província de Guanentá faz-se explícita a presença e a participação comum que tem a Igreja católica na formação e organização do campesinato da região. Isto porque na cidade de San Gil, capital da província, está sediada a Diocese de Socorro e San Gil, abrangendo ainda as províncias Comunera e de Vélez. Ligado a esta Diocese está o Secretariado Diocesano de Pastoral Social (SEPAS), influente organização de onde se irradia muito do trabalho organizativo e de formação da população camponesa¹⁵⁰.

Tanto é assim que a Diocese de Socorro e San Gil foi protagonista decisiva do que pode se chamar de levante político dos moradores de Mogotes, município distante 33 quilômetros de San Gil, que em 11 de dezembro de 1997 sofreu a retenção de seu prefeito por uma das frentes guerrilheiras do Exército de Libertação Nacional (ELN) com a finalidade de

¹⁴⁸ Cf. *Ibidem*, p. 50.

¹⁴⁹ Vide o projeto elaborado pela Fundação Democraneando, de Bucaramanga, e executado com a colaboração da Organização El Común, de San Gil, destinado ao “Desenho e Implementação de uma Estratégia Educativa para o Fortalecimento da Convivência e do Desenvolvimento Social na Província de García Rovira”. Projeto Fonsecon M355/35 – 1999. Ministério do Interior.

¹⁵⁰ Cf. GAMBOA, Alba Lucía Sequeda. Op. Cit., p. 49.

submeter-lhe a um julgamento político por acusação de corrupção e indevido manejo administrativo¹⁵¹.

Através da Diocese, no dia 20 de dezembro de 1997, realiza-se uma passeata pela cidade em defesa da vida e a paz em Mogotes. No dia anterior, esta mesma Diocese, em nome de seu bispo e seu vigário geral, editam um comunicado público incitando

(...) a todos os cidadãos e cidadãs mogotanos, que em um ato de consciência e de responsabilidade declarem-se em desobediência civil ante a presente administração e com todos os grupos políticos que maneжaram os interesses, as instituições e os recursos do Municipio, e instalem uma assembléia permanente local que conduza Mogotes neste momento, até que todo finalize em eleições limpas, transparentes e verdadeiramente democráticas¹⁵².

Por este documento também se pedia a liberação do prefeito, o que ocorreu em princípios do mês de março. Em 06 de abril de 1998 tomam posse solenemente os delegados da “Assembléia Municipal Constituinte Mogotes Povo Soberano”, após uma série de Assembléias Locais que tiveram início logo após o chamamento à mobilização.

A Assembléia definiu para si como tarefas centrais a elaboração de um plano de desenvolvimento municipal, a motivação da participação cidadã e a construção da paz. Com a volta do prefeito ao seu cargo a Assembléia decidiu pedir-lhe a renúncia, o que se deu através da consulta direta aos Mogotanos, quem decidiram por 96% dos votos pela saída do até então mandatário municipal. Por iniciativa da própria Assembléia, convocaram-se novas eleições para prefeito, sendo que o eleito deveria seguir um programa de governo previamente

¹⁵¹ As informações quanto ao processo de mobilização da população de Mogotes referente ao caso descrito podem ser consultadas em: DURAN, Carlos Augusto Carvajal. *Síntesis del proceso de construcción de comunidad de paz mediante el ejercicio de la soberanía popular*. Mogotes, Santander; DURAN, Carlos Augusto Carvajal et alii. *Mogotes Pueblo Soberano. “Primer Premio Nacional de Paz”*; ASSEMBLEA MUNICIPAL CONSTITUYENTE. “Mogotes Pueblo Soberano”. Memoria Historica. Mogotes, Santander.

¹⁵² COMUNICADO. *A las comunidades cristianas de Mogotes, con motivo de la toma por parte de la insurgencia del ELN el pasado 11 de diciembre de 1997*. Diócesis de Socorro Y San Gil. Gobierno Eclesiástico. (Trad. nossa).

definido por aquela. O processo desencadeado passou a ser fartamente conhecido e divulgado, chegando inclusive a receber o “Primeiro Prêmio Nacional de Paz”¹⁵³.

O fato é que, considerado em maior ou menor medida o influxo mobilizador da Diocese de Socorro e San Gil – o que pode levar a uma apreciação do grau de autenticidade e autonomia popular da organização –, o resultado logrado em termos de resposta construtiva frente a uma situação de conflito e insegurança social é irrefutável. E coloca em relevo, mais uma vez, o caráter comunicativo e negociativo das ações comunitárias no rearranjo dos embates cotidianos.

Outra participação a destacar da Diocese de Socorro e San Gil está no impulso da rede de “Artesãos e Construtores de Paz”, projeto baseado na capacitação de líderes comunitários na análise de conflitos e proteção dos Direitos Humanos, entre outros temas, sendo que ao término da formação, essas mesmas pessoas deveriam capacitar outras. Também a organização El Común, localizada em San Gil, exerce um papel importante no que diz respeito à assessoria prestada ao trabalhador do campo e na promoção de uma cultura de convivência pacífica e concertada¹⁵⁴.

- A província de Vélez é, enfim, o grande celeiro de cultivo e exercício da conciliação comunitária rural. Não por acaso, aí se concentram, aproximadamente, 60 % dos conciliadores rurais do departamento de Santander. Fruto de uma tradição de conciliação comunitária que remonta, de tempos atrás, às práticas de grupos indígenas¹⁵⁵.

Reverendo a história organizativa mais recente, encontra-se a experiência inédita surgida no ano de 1989 na localidade de Plan de Armas, onde se origina o primeiro Comitê de Direitos Humanos dos Campesinos. A partir desta iniciativa os próprios trabalhadores começam a elaborar oralmente um Código de Direitos Humanos dos Camponeses¹⁵⁶:

¹⁵³ Cf. DURAN, Carlos Augusto Carvajal. Op. Cit. 1 e 2.

¹⁵⁴ Cf. GAMBOA, Alba Lucía Sequeda. Op. Cit., pp. 56-57.

¹⁵⁵ Cf. Ibidem, pp. 54 e 57.

¹⁵⁶ Cf. Ibidem, p. 54.

(...) documento de estudo para a organização dos comitês de Direitos Humanos dos camponeses [nascido] em 7 de maio de 1989 (...) Sua primeira redação foi aprovada numa assembléia de camponeses. Foi corrigida e aumentada pelas comunidades de Opón y do Carare (província de Vélez, departamento de Santander) e estudada e aprovada em assembléia de camponeses, que propuseram e redigiram as diretrizes que orientam e respaldam a ação dos Comitês de Direitos Humanos dos Camponeses¹⁵⁷.

Os comitês estendem-se por toda a província e passam a ser núcleos de uma frente distintamente popular e legitimada que advoga e assume uma postura diferenciada no modo de resolver os conflitos e agir em relação aos incidentes de violência que afetam a comunidade¹⁵⁸. É o que antepõe o artigo 22 do Código de Direitos Humanos dos Camponeses referente ao direito à justiça: *“Rejeitamos a justiça feita pelas próprias mãos, feita por pessoas e grupos particulares. Pedimos que na medida do possível, os problemas resolvam-se como se fosse algo entre irmãos e que haja em cada vereda um comitê conciliador”*¹⁵⁹.

A figura da conciliação em equidade obteve nos Comitês suporte para sua acolhida e projeção na comunidade, reforçando, concomitantemente, a função pacificadora e de diálogo para afirmação dos direitos daqueles grupos. A partir de 1994 os mesmos líderes dos Comitês passaram a receber capacitação através do Ministério de Justiça e do Programa Nacional de Reabilitação no concernente à prática da conciliação em equidade¹⁶⁰.

No entanto, o que merece ser realmente louvado é a proposta transformadora e afirmativa que advém da criação de um código próprio dos camponeses, que tão pouco se estende a todos os trabalhadores rurais, mas recolhe carências e necessidades específicas.

¹⁵⁷ DERECHOS HUMANOS DE LOS CAMPESINOS. Aportes de las comunidades campesinas del Carare Opón, Provincia de Vélez, Santander. Vélez: Pastoral Social de la Vicaría Episcopal de Vélez – Santander, 1995. Pp. 13-14. (Trad. nossa).

¹⁵⁸ Cf. GAMBOA, Alba Lucía Sequeda. Op. Cit., p. 54.

¹⁵⁹ DERECHOS HUMANOS DE LOS CAMPESINOS. Op. Cit., pp. 33-34. (Trad. nossa). Vereda corresponde à divisão territorial que congrega várias propriedades rurais vizinhas; as veredas reunidas constituem uma zona geográfica e humana.

¹⁶⁰ Cf. GAMBOA, Alba Lucía Sequeda. Op. Cit., pp. 47; 55-56.

Assim que, mesmo na alegação de direitos básicos como vida, educação e saúde há correspondentemente uma justificação factual e precisa para sua defesa. Ademais de se enunciar diretamente, por exemplo, o direito a rodovias e caminhos transitáveis, questões vividas cotidianamente pelos trabalhadores e que estão permeadas por sua cosmogonia própria¹⁶¹.

É dessa demarcação de realidade, pela qual se justificam e se demandam direitos, que se pode chegar a reconstruir e reposicionar a relação entre Direito e cultura. Não parece haver ruído de panfletagem quando o último artigo do Código diz: “Temos direito a que seja respeitada e promovida a cultura camponesa”¹⁶². Denota, isso sim, a intenção viva de empreender um projeto pedagógico, de cunho político-identitário, destinado a florescer uma contracultura (em seu sentido mais consistente, mais nutrida pelos imaginários e menos ideológica) enraizada num conjunto de manifestações conceituais, hermenêuticas e valorativas.

Nenhuma idéia ou emanção de cultura pode (ou poderia), entretanto, irrestritamente, fazer-se valer de pressupostos tão fortes e determinantes (por certo, que há sempre, de modo indelével, conceitos éticos e políticos formados que a moldam profundamente) que a levassem a transformar-se em um bloco hegemônico por sobre o caldeirão de eventos e contradições do real. Pelo que levanta-se a ressalva: ao propugnar-se por uma cultura camponesa, dita defensora dos Direitos Humanos – e para isso postula-se um trabalho de educação e de formação de mentalidade¹⁶³ – não se está correndo o risco de embrenhar-se pela senda que leva à totalização cultural, talvez a mais temível e origem de outras? Mas, à parte desse

¹⁶¹ Cf. DERECHOS HUMANOS DE LOS CAMPESINOS. Op. Cit.

¹⁶² Ibidem, p. 42. (Trad. nossa).

¹⁶³ Vide relativamente a esse ponto: Ibidem, “Síntesis e Conclusões”, letra E, que diz: “Buscamos formar uma mentalidade. Como se pensa, assim se obra. Por isso procuramos fazer uma educação, formar uma mentalidade em torno do conhecimento, respeito e defesa dos direitos humanos. Queremos que essas idéias convertam-se nas diretrizes da conduta pessoal e social do campesino” (p. 68, trad. nossa).

abandeiamento cultural (aliás, bastante em voga) o que resta afora do reino do além do bem e do mal da massacrante metafísica econômico-capitalista atual?

Aqui se contorna o ponto nevrálgico da questão. Inegável que um grupo de camponeses afetados pela violência física e estrutural possui o direito legítimo de organização e reivindicação de um outro estado de coisas. Porém, não basta a dignidade moral e espiritual¹⁶⁴ dos fins para que se tomem como irrefutável as premissas da ação. Aquém e além do bem e do mal, a concretização de um projeto pedagógico, esteio de um objetivo maior de reconstrução político-identitária, imagina-se, só pode e deve prosperar onde o sujeito individual seja tido como fundamento e dirigente ético e político das ações. Acima e antes de se buscar realizar a tarefa formativa de congregação social e cultural, dever-se-ia possibilitar o investimento subjetivo instruído por recursos pedagógicos de conhecimento e redescobrimento (através da investigação histórica, artística, antropológica) identitário.

Ressalta-se a experiência dos Comitês pelo que traz de aporte transformador no tratamento e na vivência da conflitividade na região; realizando a transposição de um paradigma beligerante e de combate direto – em que pela força das armas e da coação ajusticia-se quando considerado preciso e em outros casos interfere-se na aplicação da justiça dentro da comunidade, podendo contar com seu consentimento tácito ou explícito – para um paradigma de diálogo e concertação, ferramentas que passam a nortear tanto a negociação de espaço e a atuação com os grupos armados como o modo de tratar e resolver os conflitos no meio comunitário.

¹⁶⁴ Sem querer insinuar uma crítica depreciativa, há que se observar que o Código de Direitos Humanos dos Camponeses tem uma orientação claramente cristã, fundada nos ensinamentos da Doutrina da Igreja Católica. Nesse sentido ver DERECHOS HUMANOS DE LOS CAMPESINOS. Op. Cit., “Apontamentos para a organização e assessoria dos comitês de direitos humanos dos camponeses”, item 2º e as notas finais presentes no referido documento à respeito da origem e evolução do Código.

É nesse contexto que figuram outras mostras organizativas da população camponesa, como é o exemplo destacado da Associação de Trabalhadores Camponeses do Carare (ATCC) – ganhadora do Prêmio de Paz concedido pelo Parlamento Sueco de Estocolmo –, que por um ato de organização interna resolve dar um basta nas ameaças e no desfile de mortes causados por grupos externos, instaurando, a partir de então, uma barreira comunitária de resistência e de práticas pacíficas e dialogadas de convivência.

O fato é que nos mais variados e isolados recantos, ve-se insurgir uma presença comunitária decisiva no rearranjo dos problemas e das situações de conflitos, para os quais não se dispõe de nenhuma ou pouca ajuda do Estado; o apoio recebido vem das ONGs, das representações locais e dos movimentos sociais da Igreja Católica. Os grupos e indivíduos mobilizados, após atravessarem um período de maior atuação e força, passam a sentir os recuos de uma fase de menor envolvimento comunitário. A qual deve ser útil para avaliar os caminhos percorridos e pensar em propor novas estratégias organizativas, considerando mais profundamente o posicionamento da comunidade frente ao Estado e os limites e significados de uma autonomia comunitária projetada em termos de um modelo de esfera política e democrática.

3.3 Justiça Comunitária em comunidades indígenas do Cauca

É possível que, finalmente, sejam as comunidades indígenas as sumas representantes da experiência de tensão e radicalidade que podem estar contidas na vivência dos mecanismos de Justiça Comunitária. As práticas aqui brevemente analisadas dão conta de exemplos de gerenciamento comunitário de conflitos em territórios indígenas situados ao redor da cidade de Popayán, capital do departamento do Cauca, ao sul da Colômbia. Esta é uma região que além de apresentar um número considerável da população indígena do país, encontra-se

envolvida na intrincada questão dos cultivos ilícitos, em especial, o da amapola. Atribuindo-lhe, ademais do caráter étnico-culturalista dos seus conflitos, uma problemática relacionada à vida social e econômica dos indígenas e dos camponeses em geral.

É desse caráter étnico-culturalista dos conflitos e das formas engendradas para sua elaboração e seu relacionamento com as demais esferas da vida comunal ao qual está interligado que advém a particularidade dos variados modos de realização da Justiça Comunitária indígena. E por isto ouve-se aqui falar em Justiças Comunitárias, aludindo enfaticamente à não-redução a um padrão único de práticas e mecanismos resolutivos e à diversidade de tratamentos aplicados. E, por igual motivo, expõe-se acentuadamente a intangibilidade do Estado, a sua incompatibilidade quase ontológica frente à dimensão da multicomplexa realidade indígena e a impossibilidade de comunicar-se de modo edificante e estruturante com a mesma.

Em torno dessa discussão levanta-se uma série de questionamentos no que tem que ver com o modo indígena de lidar com a conflitividade e as possibilidades apresentadas de estruturar-se um modelo de Justiça Comunitária minimamente coerente e dotado de legitimidade. Capaz de abarcar a multilateralidade de interesses que convergem ao cenário indígena atual e, ao mesmo tempo, as variáveis que divergem contra a unificação e fortalecimento das práticas específicas de justiças locais.

Surgem, então, as indagações quanto aos limites e à efetividade da autonomia jurisdicional proclamada no texto constitucional, quanto às formas indígenas empregadas – muitas vezes sub-reptícias – para relacionar-se com o poder e a autoridade, quanto aos modos de tratamento dos conflitos que não poucas vezes invocam fatores valorativos, afetivos e simbólicos bastante imbrincados, quanto às tradições indígenas e comunitárias frente aos influxos externos recebidos, e por fim, quanto ao contexto de guerra e de embate com grupos

armados, em especial, no modo como estes agentes podem rebecer o aval das comunidades (chegando a solucionar conflitos) ou confrontar-se e negociar com elas¹⁶⁵.

Vale deter-se um pouco sobre o que se tem dado em algumas comunidades indígenas do departamento do Cauca.

a) Território de Convivência, Diálogo e Negociação La María, Piendamó

La María faz parte de uma reserva indígena dos índios guambianos. Foi eleito como território de paz indígena e do departamento do Cauca.

Existem dois temas cruciais para a discussão e o estabelecimento de diretrizes sustentadoras deste território, que são os pontos relativos ao “Território de Convivência” e ao “Narcotráfico e Cultivos Ilícitos”¹⁶⁶.

O tema do “Território de Convivência” – o qual, para um entendimento amplo das contingências e dos determinantes sociais dos conflitos vividos na região, não pode ser desligado do tema dos “Cultivos Ilícitos” – suscita a discussão de tópicos decisivos para a vida das comunidades indígenas, tais como: (a) Desenvolvimento sócio-econômico *versus* a diversidade e as diferenças culturais, com a manutenção da convivência e da paz; (b) Imposições do mundo moderno; (c) (Im)possibilidades da construção de um projeto político; (d) Autonomia, autodeterminação e as barreiras de sua realização; (e) Conflitos existentes no país; (f) Falta de prática e desenvolvimento participativo; (g) Ausência de representação da população civil frente aos grupos armados organizados, como as guerrilhas; (h) Reconhecimento do território pelo governo colombiano.

¹⁶⁵ Recomenda-se, neste sentido, o trabalho de SÁNCHEZ, Carlos Ariel Ruiz. *Multiculturalismo, etnicidad y cultivos ilícitos*. Popayán: FUNCOP – Cauca, 2000. Serie: Documentos Ocasionales. N. 1.

¹⁶⁶ Estes mesmos temas foram assunto de um encontro que reuniu pessoas externas à comunidade indígena, na função de representantes de ONGs das cidades de Popayán e Bogotá, e líderes comunitários locais.

Essas variáveis levam a outras perguntas relacionadas ao futuro e a preservação dessas comunidades no contexto de ameaça cultural e submissão política em que se vêem mergulhadas: quais são as alternativas políticas, qual é a posição da população civil frente à guerra.

Tem-se aí uma mostra da multiplicidade de sub-temas inter-relacionados, os quais, por certo, desafiam a dar respostas ajustadas, que, numa visão histórica, ensejem o resgate ético e político necessário para a identidade e o reconhecimento dos povos indígenas.

b) Reserva Indígena Yanacona de Rioblanco, Sotará

A primeira ida a esta reserva foi motivada por um acontecimento específico, uma Assembléia Comunitária para a realização de um julgamento indígena. Tratava-se de um caso de homicídio, derivado de uma briga entre dois homens, ocorrido na reserva em 14 de fevereiro de 2000.

Após o acontecimento delitivo foram realizadas audiência conciliatória, investigações e interrogatórios. O Conselho de Justiça da reserva chegou, por fim, à decisão que tornou pública naquela Assembléia¹⁶⁷. Nesta ocasião, foram feitas a apresentação dos fatos e a leitura do veredito; ainda algumas pessoas puderam pronunciar-se, como o próprio acusado, sua mãe, seu irmão e a família da vítima. Logo, abriu-se um tempo para que os integrantes das veredas

¹⁶⁷ As reservas indígenas têm geralmente como autoridade máxima o “Cabildo”, órgão coletivo dirigido por um Governador e Vice-Governador. Os “Cabildos” existem desde o século XVII. São uma instituição espanhola que foi implementada nas colônias como forma de administração das “encomiendas”, espécies de dotes de propriedades que foram utilizados para o gerenciamento e a colonização dos territórios, o que equivaleria no Brasil ao modelo das Capitânias Hereditárias. Com o tempo a responsabilidade pelas “encomiendas” passou a ser compartilhada com os habitantes indígenas, chegando alguns a exercerem domínio total sobre os “Cabildos”. Esta figura é utilizada até hoje, principalmente nos Andes. Existe uma lei colombiana que a regulamenta, a Lei n. 89, de 1890. Conforme um folheto convidativo da “XIII Feira e Festas Patronais” da Reserva Indígena de Rioblanco, sabe-se que “Para a aplicação da Justiça existem dependências internas do Cabildo, encarregadas administrativamente e são: o mesmo ‘Cabildo’, o Conselho de Justiça Indígena, a Guarda Indígena, a Unidade Investigativa, entes que acordos com o ‘Cabildo’ tomam conhecimento de todos os atos cometidos pelos indígenas, investigam e aplicam sanções, dentro do programa de Direito Interno e Justiça Indígenas, conforme o preceito constitucional (...)” (trad. nossa).

que compõem a reserva reunissem-se em grupo para discutir a decisão. Dos grupos saíram propostas de sanção a serem votadas por todos os integrantes da reserva. Partiu-se, então, para a votação que deveria eleger a punição, a qual, variando na duração e intensidade da pena proposta, estava fixada em torno do cumprimento de atividades comunitárias e do pagamento de pensão por tempos determinados. Finalmente, o acusado aceitou, aparentemente de bom grado, a pena votada pela maioria, demonstrando sua satisfação àqueles que optaram pela sanção mais branda. Curioso notar sua visível alegria perante a comunidade, saudando cordialmente os que tinham votado a seu favor.

Despontam como evidentes o manejo de um subjetivismo na interpretação dos fatos e na decisão proferida e a comunitarização da responsabilidade pelo ocorrido. O “fundamento comunitário” serve de timão prático e normativo que ordena e harmoniza a conflitividade, ainda latente no momento do julgamento. De modo que a morte de um indígena por outro passa a ser vista e avaliada pelas lentes da emoção, do passado pessoal, e é tomada com certa condescendência comunal capaz de chocar-se de frente com a tradição liberal positivista moderna calcada no indivíduo.

Pergunta-se, até que ponto a comunidade é preparada – isto é, conta com um aparato prático-cognitivo real capaz de estabelecer a mediação entre fato e interpretação – legítima, consciente e autonomamente, para levar à cabo um julgamento indígena de tal dimensão e importância? Em que medida as tradições jurídicas comunitárias sustentam-se para manter um sistema de justiça próprio e independente? Sem dúvida, o julgamento realizado pela assembléia e com a participação da comunidade, é um exercício exemplar – enquanto experimento e modelo, foi o primeiro caso de julgamento indígena realizado nesses moldes – e desafiante para pensar-se a justiça e a autonomia comunitárias.

Em outra oportunidade, pôde-se ter contato com uma dimensão mais institucionalizada da administração de justiça da reserva. Trata-se do escritório do Conselho de Justiça, onde se

encontram sincretizadas a justiça formal estatal e a justiça local comunitária. O Conselho de Justiça atua através do Comitê de Justiça, composto por dois conselheiros, o inspetor de polícia (segundo informado, destituído de sua função original e transformado em apoio técnico), a guarda civil e uma secretária.

O Comitê trabalhava inicialmente como escritório de conciliação. Passando depois a funcionar dentro de um programa de justiça mais amplo. Às pessoas que se dirigem ao Comitê se lhes redata um documento do fato relatado, que pode ser uma constatação de queixa, denúncia ou uma declaração. Depois de reportado o caso, chamam-se as partes para comparecer ao escritório. Elaboram-se atas de conciliação e utilizam-se multas preventivas como garantia de cumprimento dos acordos.

O Conselho de Justiça foi criado a propósito do homicídio mencionado. Antes disto, o “Cabildo” exercia algumas das atividades que foram depois repassadas ao Comitê e à Inspeção de Polícia eram delegadas mais funções.

c) Reserva Indígena Guachicono, La Vega

Neste território, acompanhou-se parte do processo, em andamento também em outras comunidades, de fortalecimento do direito indígena interno¹⁶⁸. Uma das discussões mais acaloradas e que despertam a preocupação dos indígenas diz respeito ao que ficou conhecido como a “bonança da amapola”, período que teve início a partir dos anos 90 na região.

¹⁶⁸ Nesta reserva, bem como na de Rioblanco e outras vizinhas, vinha sendo efetuado, com o apoio da Fundação para a Comunicação Popular, organização não-governamental sediada na cidade de Popayán, um processo de fortalecimento do direito indígena interno, através do qual pretendia-se pôr em prática a Jurisdição Especial Indígena reconhecida constitucionalmente, além de propor e discutir criticamente os caminhos de desenvolvimento e organização das comunidades indígenas da região.

A inquietação deve-se ao fato de que com os benefícios econômicos advindos do cultivo e comercialização da amapola dispararam os conflitos e os fatores geradores já anteriormente existentes. O que terminou suscitando abertamente para as populações indígenas alguns questionamentos cruciais quanto a constituição de sua identidade e os modos de comportamento da mesma ao deparar-se com situações novas e estranhas aos seus hábitos e costumes.

O de dentro e o de fora. O próprio e o alheio. Diz-se que o dinheiro que passou a entrar na comunidade, com uma abundância não conhecida antes, principiou a corromper a cabeça do povo indígena. Com os forasteiros, como são chamados os agricultores que se apropriaram dos modos de produção durante a “bonança da amapola”, criaram-se grupos de poder. Constatou-se também o uso da justiça guerrilheira e as respostas de justiça pelas próprias mãos.

De alguma maneira, as comunidades indígenas vêm gerando respostas a esta conflitividade. Analisando sua própria história, tem sido possível pensar sobre um projeto de justiça viável e estratégias de fortalecimento desses caminhos de resposta aos conflitos. Ademais, com alguma capacidade de autocritica, pode-se vislumbrar os limites e os alcances de sua própria prática e refletir acerca de quais são seus princípios de ordem e organização.

A descontinuidade e a fragmentação do processo organizativo das comunidades indígenas são, sem dúvida, obstruidores da tentativa de estruturarem-se política e juridicamente. Explicitando esse déficit, observam-se as seguintes problemáticas:

- 1) O processo tem sido bastante irregular e instável. Dependendo muito do estilo de mando do Governador do Cabildo em turno. Não há uma construção material de justiça. Esta é praticada e desenvolvida somente no que se refere ao controle público;

- 2) Tende-se a assimilar ou reduzir a justiça apenas ao manejo de questões de ordem pública. Não há uma noção e prática consolidadas e conscientes do poder organizado e exercido;
- 3) Não existe uma política clara de cooperação interinstitucional, entre o Cabildo e as dependências do Estado, e quando esta se dá é só de uma via. De fato, os processos que o Cabildo inicia, a justiça nacional não continúa, por tecnicismo, corrupção ou negligência;
- 4) Tendência à centralização no manejo dos conflitos. Apesar de que, tradicionalmente, a justiça e o poder, fundado na palavra, eram centrados na figura do chefe indígena;
- 5) Ênfase grande no uso de meios coercitivos e repressivos, da força, das sanções e das punições. Descuidando, das esferas preventivas, pedagógicas e espirituais;
- 6) Foram-se impondo, com o tempo, os mecanismos e os dispositivos da justiça estatal. O discurso do bem estar coletivo, ao proibir o consumo de álcool na comunidade, parece ser um exemplo disso. Ainda não se possui a convicção política e comunitária necessárias para assumir uma justiça própria e materializar a Jurisdição Especial Indígena;
- 7) Incidência de problemas e situações novas frente às quais não se tem a tradição de resolver, nem a convicção para assumí-los. Seriam os ditos casos limítrofes;
- 8) Confusão de poderes, de delegações e de funções. Concentração de poder. Choque de critérios entre autoridades da comunidade;
- 9) Algumas decisões emitidas pelas autoridades não são consultadas à comunidade, gerando desentendimentos;
- 10) A intervenção nociva de alguns políticos nos procedimentos internos¹⁶⁹.

¹⁶⁹ A formulação desses itens têm como base o exercício de observação crítica efetuado pelo sociólogo Carlos Ariel Ruiz Sánchez em conjunto com um grupo indígena da reserva Guachicono, o qual é parte dos trabalhos de fortalecimento do direito interno e de conformação da Jurisdição Especial Indígena antes mencionados.

Assim que, mais uma vez, impõe-se como vital, para a identificação política e o desenvolvimento coerente dessas comunidades, a elaboração de uma estrutura organizacional de justiça capaz de dirimir os conflitos e projetar as populações indígenas como núcleos políticos autônomos e culturalmente projetados.

d) Reserva Munchique Los Tigres, Santander

A discussão, durante uma reunião na sede do Cabildo, girou em torno da candidatura de um líder indígena à prefeitura do município de Santander. Alguns não vinham com bons olhos a candidatura, outros acreditavam que era chegada a hora de começar a tomar corpo a representação política indígena.

Questão, por certo, melindrosa, por onde confluem os dilemas e os sentidos do modelo de democracia representativa atual. Suscitando a indagar se com o fato de buscar uma representação formal e estatal não se estaria indo contrariamente ao movimento político-cultural de afirmação da identidade e autonomia indígenas. Trata-se de um debate bastante polêmico. Ao mesmo tempo em que se valoriza a participação e intervenção nos meios formais de controle político como forma de possibilitar o avance e a efetivação das demandas dos grupos indígenas, tem-se presente os riscos de sucumbir-se política e culturalmente frente às próprias limitações e impossibilidades do sistema representativo. Se este abre espaço público para a convocação de determinados interesses, também pelo fato de representar grupos diversos é obrigado a enquadrar-se a determinadas regras de atuação e legitimidade.

Mais que tudo, pensa-se ser imprescindível que os movimentos de organização e mobilização indígena sejam minimamente autônomos politicamente e possuam as ferramentas práticas e conceituais suficientes para fazer suas escolhas. E, assim, possam trilhar de maneira

independente e firme os caminhos condizentes a realização de um projeto político-cultural por eles mesmos estabelecido.

3.4 Brasil e os rumos de uma política da autonomia

Finalmente, impossível elidir a presença no território brasileiro de práticas de gestão autônomo-comunitária de resolução e tratamento dos conflitos, senão equivalentes, mas ao menos, correlatas àquelas acima descritas. Se é certo que elas existem, são tanto mais explícitas e intensas quanto sejam as condições sociais de acesso à justiça e a necessidade de seu auto-provimento. Veja-se a normatividade advinda das cooperativas de agricultores, destinada ao regulamento de suas relações de trabalho e convivência; a gama de ordens sociais mantidas pelos distintos grupos étnicos em sua busca de reconhecimento e autodeterminação; enfim, a interlegalidade operante nos aglomerados das periferias urbanas, tradução da hegemonia de uma cultura estatal legal fragmentaria e seletivamente incorporada.

Entretanto, parece correto afirmar que no Brasil as formas não-institucionalizadas de resolução e tratamanto dos conflitos, horizonte de expressão de um pluralismo jurídico “forte”, o qual, segundo Griffiths, assentaria na definição de direito como “auto-regulação de um campo social semi-autônomo”¹⁷⁰, constituem uma sociabilidade ainda pouco estudada e de uma ressonância político-jurídica ainda bastante marginal. Por aqui tem prevalecido, mais do que as modalidades de auto-regulação e gestão política direta, os modelos de auto-organização societária baseados na representação de interesses. Os movimentos sociais organizados, representantes dessa estratégia de reorientação política e redefinição do espectro dominante da arena jurídica, movidos pela participação e a ação pedagógica, agem em suas

¹⁷⁰ GUEVARA-GIL, Armando e THOME, Joseph. Op. Cit., p. 86.

práticas de mobilização e demanda através das estruturas de negociação e embate controladas em última instância pelo poder do Estado.

Também, por seu lado, o aparato jurídico estatal – com a contemplação de direitos da coletividade e dos grupos organizados, a criação de instâncias descentralizadoras e desburocratizadoras da resolução dos litígios e a própria abertura política dos magistrados – contribui significativamente para a lubrificação da engrenagem social de apaziguamento e o manutenção de um limite razoavelmente controlado de pactação social.

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, regulamentados, prévia disposição constitucional (art. 98, I), pela Lei n. 9.099 de 26/09/95, orientam-se “pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou transação” (art. 2º). Têm competência para conciliar, julgar e executar causas cíveis de menor complexidade (art. 3º) e infrações penais de menor potencial ofensivo (art. 60).

Sucessores dos anteriores Juizados de Pequenas Causas (Lei n. 7.244/84) estes Juizados Especiais vêm sedimentar uma forma de justiça estatal descomplicada e eficiente, tentando, minimamente, reverter o processo de distorcionamento histórico das relações entre a lei, Poder Judiciário e sociedade¹⁷¹.

¹⁷¹ Exemplar caso de ampliação e instrumentalização criativa da estrutura formal da justiça é a prática concretizada nos Juizados Especiais Cível e Criminal de Macapá. Criados em 1996 e coordenados pela juíza Sueli Pereira Pini, do Amapá, os Juizados inovam por sua mobilidade e alcance diferenciado: “O Juizado Itinerante fluvial consiste na utilização de um barco, cuja tripulação é composta por um juiz, um promotor, um defensor público e serventuários da Justiça. Uma vez por semana, são percorridos as regiões ribeirinhas e atendidas as populações locais. O Itinerante terrestre conta com um ônibus dotado de sala de audiências e *notebook*, que vai às cidades do interior. Destinado aos casos de acidente de trânsito, o Juizado volante é acionado através de telefonema (são apenas quatro dígitos e a ligação é gratuita) feito pelas partes. Imediatamente, o juiz vai ao local do acidente, tenta a conciliação (há acordo em nove de cada dez chamados) e, em último caso, dá a sentença na hora”. *Justiça Reconhecida – Trabalho em Juizado Especial dá prêmio a juíza do Amapá*. In: <http://www.celim.org.br/news/arquivo%20celim.htm>

Para tanto, estão ancorados na facilitação do acesso aos meios de resolução e na utilização da conciliação¹⁷² como ferramenta transformadora dos conflitos prestes a fundar consenso entre as partes litigantes.

Esses ensaios de uma justiça mais democrática e popular vêm tentar, ainda que tardiamente, ajustar o arcabouço jurídico legal ao desenvolvimento e as necessidades societárias. Por isto, permitem a figura dos juízes leigos, ao lado dos juízes togados e possibilitam explicitamente a adoção da equidade no proferimento das decisões, estimulando o alargamento da atuação tradicional legalista do magistrado e a quebra do monopólio da função judicante.

Outro mecanismo de administração informalizada da justiça, a arbitragem¹⁷³, reconhecido na área cível comercial e trabalhista mas até agora pouco utilizado, veio a ser ultimamente reforçado com a Lei n. 9.307, de 23/09/96, a chamada Lei da Arbitragem. Interessante, porém, destacar, é que com dita lei o mecanismo ganhou impulso, tendo gerado centros privados de mediação e arbitragem, habilitados para a resolução de conflitos sobre direitos patrimoniais disponíveis. Não tendo sido o conflito resolvido consensualmente através da mediação, as partes elegem um árbitro que definirá o procedimento que será adotado para a resolução do conflito.

¹⁷² Na legislação processual civil brasileira a conciliação é procedimento obrigatório quando o litígio versar sobre direitos patrimoniais de caráter privado e nas causas relativas à família (arts. 331, 447, 448 e 449 do CPC), estando o juiz autorizado a tentá-la a qualquer tempo (art. 125, IV do CPC). A conciliação é instrumento privilegiado na resolução de conflitos trabalhistas, como se pode verificar pelos arts. 764, 831 e 850 da Consolidação das Leis do Trabalho. Novo incentivo à conciliação na área trabalhista foi obtido com a Lei n. 9.958, de 12/01/2000, que institui as Comissões de Conciliação Prévia e formaliza os núcleos intersindicais de conciliação trabalhista. Ainda é mencionada a conciliação na Lei de Alimentos, Lei n. 5.478/68 e na Lei n. 6.515/77, que dispõe sobre a dissolução do casamento.

¹⁷³ Conforme ensina o professor Antonio Carlos Wolkmer, "A 'arbitragem' é (...) procedimento (...) em que as partes conflitantes concordam em submeter suas divergências a julgadores ou árbitros externos, aceitando as determinações resultantes do parecer técnico. Não se trata propriamente de um acordo livremente efetivado, mas tão-somente da consensualidade das partes envolvidas na escolha do árbitro que tem legitimidade para proferir um laudo final, não necessitando homologação judicial" (Op. Cit., pp. 299-300).

A conciliação perante os juízes de paz extingui-se por decreto desde 1890. A atual Constituição prevê a criação da justiça de paz em seu art. 98, II, esperando até agora por regulamentação. Ditos juízes seriam:

(...) cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandado de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

Está aí modalidade que poderia concretizar-se em ferramenta efetiva e ágil de distribuição da justiça e acercamento direto das questões e pessoas em conflito com um agente competente para o deslinde do problema, conformando uma espécie de justiça local, de cunho comunitário, mais ajustada às necessidades mediativas e de reconhecimento cultural da esfera política contemporânea.

A questão, porém, que se deseja sublinhar é a seguinte: se parece possível, atendo-se ao quadro político-institucional brasileiro, a manutenção de uma funcionalidade sistêmica nos termos de uma democracia, já não mais a tradicionalmente representativa, mas que poder-se-ia denominar procedimental, calcada esta no corporativismo reivindicativo e negociatório dos grupos sociais organizados, convém repassar, por uma via mais realista, as recentes e mal digeridas implicações da nova natureza de relações entre os sujeitos e os grupos sociais na refundação dos alicerces dos vínculos sócio-políticos contemporâneos.

Essas mudanças, relativas à velha dualidade entre indivíduo e comunidade, atingem nos dias de hoje uma coexistência paradoxal. O indivíduo como núcleo de sentido e validade vem armando a partir de si próprio uma carapuça que o reveste de personalidade e autonomia mas se sustenta sob a troca e permeabilidade constantes. A comunidade, por seu lado, fonte semântica na busca de um significado de pertencimento e vínculo social, enquadra o sujeito num espaço coletivo ambíguo e policêntrico. É este conflito, em que o sujeito encontra-se

cambaleando e hesitante entre a necessidade de personalização e de enraizamento, de atuação individual e inclusão normativa – matrizes em si mesmas transmutadas pelo processo de descontextualização simbólica acelerada pela dinâmica de “globalização-localização” terceiro-mundista –, que escancara a ordem-desordem social contemporânea¹⁷⁴.

Razões pelas quais a nova onda de individualidade que transparece nos modos de vida e comportamentais, nisso que talvez se enquadre no que Santos denominou de “subjetividades de fronteira”, em que o grande risco e audácia transformativa é “conseguir combinar a participação comunitária com a autoria”¹⁷⁵, requer a existência de mediações dinamizadoras, espaços de reinterpretação e socialização das buscas culturais e das alternativas políticas produzidas pelos sujeitos. Sujeitos que hoje se equilibram entre o risco de sedução do particular e a necessidade de conexão a uma esfera pública ampliada, onde se torna cada vez menos evidente o que une e normatiza, como descreve Perea Restrepo:

Entre o bairro e o público abre-se, pois, um vazio onde se revela a ausência do político clássico nos eixos que provocam lealdade entre os jovens, mas onde, ao mesmo tempo, torna-se visível a transformação do sentido de poder e da natureza do conflito. E somente sobre o reconhecimento da aposta em jogo no cenário local será possível conceber o público de nova maneira (...) ¹⁷⁶.

¹⁷⁴ Cf. RESTREPO, Carlos Mario Perea. *¿Qué nos une? Ciudadanía y autonomía dependiente*. In: *Palimpsesto*. Revista de la Facultad de Ciencias Humanas – Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 2001. N. 1, pp. 38-47. Perea Restrepo trabalha com o termo “autonomia dependente” para pensar em uma nova linguagem política, capaz de produzir sentido e identidade na esfera pública, recombinaando as urgências do indivíduo com as suas demandas de inclusão. O autor explica: “Assim como o indivíduo não é o monólogo isolado de seus congêneres, a raiz não é a inclusão típica do pertencimento orgânico fundido na ética de um contexto cultural particular” (p. 42, trad. nossa).

¹⁷⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. Cit. 1, p. 356.

¹⁷⁶ RESTREPO, Carlos Mario Perea, Op. Cit., p. 46, (trad. nossa).

Fala-se, assim, de uma democracia mediacional, esboço recreativo para a reconfiguração da esfera político-jurídica e em vista da qual se apresenta o modelo de gestão político-argumentativa da Justiça Comunitária. Justiça esta que se estrutura a partir de um projeto mais amplo de resignificação da política, como uma política da autonomia. Ação que em nenhum momento prescinde de uma aposta fundamental no indivíduo e que se realiza, a cada momento, como espaço de reatualização das identidades, dos pertencimentos e dos vínculos sociais que lhe sustentam. Esta nova referência da esfera pública só pode erigir-se sobre o cenário local, sobre os indícios presentes de elementos simbólicos, afetivos e concretos que coesionam na vida diária e podem envolver os indivíduos em belas e desconhecidas lealdades políticas.

Neste espectro de coisas, o Estado seria o propiciador de condições institucionais para as mediações políticas dos sujeitos, realizadas a partir de seus próprios territórios de ação; mas já um “Estado dentro, e não acima da sociedade”¹⁷⁷. Passando-se, então, a vislumbrar o quadro possível de uma democracia mediacional apoiada pelo Estado. Reafirmando, por certo, a crença de Calame e Talmant à respeito dos designios futuros da governança no trato das questões de interesse público:

Temos uma ocasião única de construir um Estado moderno em rede, parceiro confiável, inovador, rico de uma infinidade de experiências locais, não se definindo mais como a encarnação de uma nação, mas como o servidor de uma sociedade em mutação, como um dos níveis pertinentes da governança (...) ¹⁷⁸.

¹⁷⁷ CALAME, Pierre e TALMANT, André. *A questão do Estado no coração do futuro: o mecano da governança*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes; Montevidéu, Uruguai: Ediciones Trilce, 2001. P. 160.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 158.

O modelo construtivo-consensual de resolução e tratamento dos conflitos proposto pela Justiça Comunitária afirma-se, pois, como exercício da singularidade espacial de cada comunidade, de cada expressão política e argumentativa destinada a construir sociabilidade local e geral; forma, ademais, de conciliar unidade e diversidade a partir do reconhecimento e da análise dos modos de gestão comunitários, capazes de alavancar e preparar transformações para outros níveis e esferas públicas ampliadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, cabe dizer que todo conhecimento é sempre um arremedo, forma consensualizada de estabelecer alguns parâmetros comuns. E nesta incomensurabilidade dentro da qual se deseja alcançar determinadas chaves interpretativas e de conhecimento, a escolha é inevitável. Ao optar-se pela investigação dos mecanismos comunitários de tratamento e resolução de conflitos pretendeu-se abrir uma janela de entendimento da realidade. Que ao afirmar a possibilidade de outros saberes e fazeres, distintos aos dominantes, pretende também participar ética e politicamente da tentativa de forjar uma alternativa autônoma-comunitária de reconfiguração da esfera político-jurídica na América Latina.

Novos modos de sociabilidade e organização políticas hoje já presentes vão dando vazão a um novo modelo de sociedade, heterogeneizando o molde monoracionalista da modernidade. E é conforme a compreensão de uma crise paradigmática global que assola visceralmente a periferia do mundo que se posiciona a Justiça Comunitária como fonte de energia utópica capaz de criar alternativas.

Não se cogita elaborar nenhuma fórmula de reinvenção social – o cimento filosófico, prático e ideológico da modernidade é iniludível e dele é impossível prescindir – nem tão pouco pretender que os mecanismos e os artefatos teóricos de que se constitui o modelo da Justiça Comunitária possam fixar-se como premissas indiscutíveis e não passíveis de questionamento e reelaboração. Quer-se, no entanto, apontar a Justiça Comunitária como mostra indubitável de saberes e fazeres que desde a margem vão dando corpo a uma outra inteligibilidade acerca do social, e que, em sentido político, dão voz aos sujeitos e espaço para novas combinações na esfera político-jurídica latino-americana.

Por estes motivos situa-se o quadro teórico-prático da Justiça Comunitária no marco de uma ação democrática que visa à projeção político-identitária no seio de sociedades latino-americanas. Que reúne história, identidade e autonomia em torno do sujeito, este ser-objeto posicionado, com quem tomam corpo e forma a natureza localizada, o caráter argumentativo e o teor político-democrático da Justiça Comunitária. Justiça que é produto e causa da vivência e da institucionalização autônomo-comunitária.

Esta *auto-gestão da função jurídica tendente à autonomização política* permite, enfim, afirmar que num âmbito mais global ocorre uma aproximação de ganhos qualitativos entre política e cultura (culturalização do político e politização do cultural), e especular sobre o possível desenho de um outro padrão de experimentação da esfera jurídica: *justiça como criação comunitário-identitária*.

De antemão, a Justiça Comunitária não é garantia implícita de equidade e de obtenção de decisões autônoma e democraticamente construídas pelas partes envolvidas num conflito. Mas, invariavelmente, o que se mantém através dela e constitui-se em seu grande atributo é a proximidade física e psicológica da procedimentalidade jurídica, traduzida e incorporada à realidade diária das pessoas. Esse, que é um ganho quantitativo – já que mais pessoas, em especial aquelas que pela violência estrutural sofrida estão normalmente distanciadas do acesso à justiça e do tratamento igualitário nas portas do poder judicial, têm a possibilidade de usufruir um mecanismo legítimo e válido de resolução dos seus conflitos –, mas, sobretudo, qualitativo, pela forma como são originadas as decisões e as finalidades a que se remetem.

Pois, o que se pretende obter do conflito é um consenso realizado pelas próprias partes, em que os envolvidos num determinado problema sejam os mesmos a promoverem sua resolução, que, não obstante se destine a dar cabo e/ou esclarecer uma situação de atrito, não propugna por uma fictícia instauração de não-conflito e muito menos pela extinção total da tensão. Sendo a intenção a de tratar a situação conflituosa, sabe-se que esta não se extinguirá

repentinamente da convivência. Ademais, qualquer situação tratada está inserida numa rede tal de emoções, valores, idéias e normas conformadoras da vivência comunitária e subjetiva que, os conflitos, principalmente os relacionados a esses contextos em que o material e o pessoal são sumamente imbrincados e as faltas são pungentes, estão longe de serem um alvo passível para os estratagemas sintetizadores da racionalidade do direito estatal.

Vê-se propor, ademais, experiências inovadoras de exercitação estética e de emancipação individual e coletiva, por meio das quais começam a prefigurar-se outras possibilidades de sentir e atuar que vão esboçando-se como frente ao dilacerante embate em que se reúnem os constrangimentos do real e as aspirações de uma vida digna. De onde brotam indícios de uma nova vivência, de onde principia a surgir a liberdade, formada de afirmação pessoal e identidade reconciliada. Reconhecendo-las como experiências legítimas de processo de criação autônomo-comunitária, não é difícil dimensionar os efeitos propulsores – em termos de desenvolvimento comunitário e para o fortalecimento de mecanismos autônomos e democráticos de gestão dos conflitos e de administração da justiça – que podem ser alavancados a partir desses espaços de reinvenção e retradução das possibilidades cognitivas e subjetivas de vivência da esfera político-jurídica, canonizadas e estabelecidas pelo paradigma da modernidade.

Conclui-se, pois, que a partir dessas formas diferenciadas de realizar justiça e de reelaborar sentidos para a lei e para o direito, chega-se a vislumbrar experiências possíveis e concretas de um pluralismo jurídico na América Latina, provedor de fortes pistas que sinalizam a uma outra configuração da esfera político-jurídica, capaz de ser germe de sociedades mais democráticas e emancipadas, bem como antídoto contra autoritarismos e soluções beligerantes. Com o que se considera como proposições finais:

- a) O reconhecimento e a incorporação de expressões de pluralismo jurídico nas sociedades latino-americanas pode trazer respostas significativas à busca político-identitária e viabilizar possibilidades de reconfiguração da esfera pública com saltos qualitativos para a concretização democrática.
- b) O impulso a atores sociais que se reconheçam e se entendam como sujeitos responsáveis e comprometidos com o espaço público pode promover uma experiência da política como forma instituidora e recriadora do social.
- c) A experimentação de formas autônomo-comunitárias de gestão e organização, quando bem desenvolvidas e apoiadas, podem ser meios inventivos e reformuladores de relações engessadas e revitalizador de vivências individuais e coletivas.
- d) Frente ao fenômeno de conglomeração das cidades, a Justiça Comunitária, como alternativa político-jurídica, pode ser meio eficaz de responder às demandas de manejo eficiente e criativo da urbanidade.
- e) Cabe enfim colocar-se a questão do futuro do Estado, o centro nervoso de onde já não se pode deixar de ouvir os ruídos da falta de comunicação, sentida no seu desfalque de linguagem política e de meios de aproximação. Em seguindo sendo o Estado o mediador privilegiado de ordenação da esfera política, distintos arranjos, sobretudo de co-gestão do espaço público, terão de ser prontamente alavancados e conduzidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARBELÁEZ, Ana Maria Jaramillo et alii. *En la Encrucijada. Conflicto y Cultura en el Medellín de los Noventa*. Medellín: Corporación Región, Secretaría de Gobierno Municipal, Programa para la Reinserción – Red de Solidaridad Social, 1998.
- ASSEMBLEA MUNICIPAL CONSTITUYENTE. “*Mogotes Pueblo Soberano*”. Memoria Historica. Mogotes, Santander.
- BADIOU, Alain. *Para uma nova teoria do sujeito*. Trad. Emerson Xavier da Silva. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BETANCUR M., Nidia Cristina. *Nosotras “Las Es-Cuchas”. Escuchar con Perspectiva de Género: Una propuesta para la construcción de equidad*. Medellín, Colombia: Enda, 2000.
- BORRERO G., Camilo Alberto. La justicia en comunidades barriales. Una aproximación a la construcción de lo público. In: *Controversia*. Revista del Centro de Investigación y Educación Popular (CINEP). Segunda Etapa, n. 172. Santafé de Bogotá, jul.1998. Pp. 101-131.
- BRAZIL, Circe Navarro Vital. *O Jogo e a Constituição do Sujeito na Dialética Social*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998.
- CABALLERO, Alberto. El objeto, la performance y la vida ordinaria. *Seminário*. Maestría en Artes, Departamento de Artes, Universidade Nacional de Colombia, sede Bogotá, 3/4/5 de diciembre de 2001.
- CALAME, Pierre e TALMANT, André. *A questão do Estado no coração do futuro: o mecano da governança*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes; Montevideu, Uruguai: Ediciones Trilce, 2001.
- CALDERA, Alejandro Serrano. *Filosofia e Crise. Pela filosofia latino-americana*. Trad. Orlando dos Reis. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CALVINO, Italo. *Seis Propuestas para el Próximo Milenio*. Trad. Aurora Bernardéz. 4 ed. Madrid: Ediciones Siruela, 1997.
- CANZI, Idir. Formas Descentralizadas de Resolução de Conflitos no Direito Brasileiro. *Dissertação* de Mestrado apresentada ao Centro de Pós-Graduação em Direito da Unioversidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 1999.
- CARDOSO, Antônio Pessoa. *A justiça alternativa: juizados especiais: anotações à Lei n. 9.099/95*. Belo Horizonte: Nova Alvorada Edições Ltda., 1996.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição imaginária da sociedade*. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 3 ed.

_____. *As encruzilhadas do labirinto, III: o mundo fragmentado*. Trad. Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1992.

CÓDIGO. *Suplemento Jurídico de El Espectador*. Bogotá, 24 de octubre de 2000. Numero 4.

COMUNICADO. *A las comunidades cristianas de Mogotes, con motivo de la toma por parte de la insurgencia del ELN el pasado 11 de diciembre de 1997*. Diócesis de Socorro Y San Gil. Gobierno Eclesiástico.

DERECHOS HUMANOS DE LOS CAMPESINOS. *Aportes de las comunidades del Carare Opón, Provincia de Vélez, Santander*. Vélez: Diócesis de Socorro y San Gil, 1995.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DESCONGESTIÓN, EFICACIA Y ACCESO A LA JUSTICIA. *Ley 446 de 1998 (Julio 7)*. Medellín: Librería Jurídica Sanchez, s.d.

DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social. Propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DURAN, Carlos Augusto Carvajal. *Síntesis del proceso de construcción de comunidad de paz mediante el ejercicio de la soberanía popular*. Mogotes, Santander.

_____. et alli. *Mogotes Pueblo Soberano. "Primer Premio Nacional de Paz"* (Proceso de Desarrollo Integral, Paz y Soberanía Popular).

DUSSEL, Enrique. 1492. *El encubrimiento del otro (Hacia el origen del "Mito de la Modernidad")*. Conferencias de Frankfurt, Octubre de 1992. Santafé de Bogotá: Ediciones Antropos, 1992.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Trad. Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. Cap. 4.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

EXPERIENCIAS INNOVADORAS EN RESOLUCION Y TRANSFORMACION DE CONFLICTOS ESCOLARES. *Seminario*. Bogotá: Fundación Cepecs, 15 de marzo del 2000.

FARIA, José Eduardo. Introdução. In: ____ (Org.). *A crise do Direito numa sociedade em mudança*. Brasília: Editora UnB, 1998. Pp. 7-10.

_____. A noção de paradigma na ciência do Direito: notas para uma crítica ao idealismo jurídico. In: ____ (Org.). *A crise do Direito numa sociedade em mudança*. Brasília: Editora UnB, 1998. Pp. 13-30.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y método: fundamentos de una hermenéutica filosófica*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1977. Pp. 143-181.

GÁLVEZ, Norma. La “otra justicia” requiere otra dimensión. *Texto* apresentado na Conferência Internacional Justiça Comunitária e Juízes de Paz “Transformações Contemporâneas do Direito”, realizada em Bogotá de 18 a 20/08/99 e convocada pela Corporação Excelência na Justiça e pela Universidade Nacional de Colômbia. 5 p.

GAMBOA, Alba Lucía Sequeda. *Justicia comunitaria y conciliación en equidad. Sistematización de la experiencia en Santander*. Bucaramanga: Corporación para el Desarrollo del Oriente Compromiso, Red de Justicia Comunitaria y Tratamiento de Conflictos, 2000.

GOMEZ, Eduardo Ramírez. *Encuentro Departamental de Conciliadores em Equidad* (Memorias).

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 1997.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica. Cartografias do Desejo*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

GUEVARA-GIL, Armando e THOME, Joseph. Notes on Legal Pluralism. In: *Beyond Law*. Bogotá: ILSA, Vol.2, Issue # 5, July 1992.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s. d.

HOLSTON, James. Legalizando o Ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. N. 21. Ano 8. Fevereiro de 1993.

JÚNIOR, José Geraldo de Sousa (Org.). *O direito achado na rua*. Brasília: Editora UnB, 1988.

JUSTIÇA RECONHECIDA. *Trabalho em Juizado Especial dá prêmio a juíza do Amapá*. In: <http://www.celim.org.br/news/arquivo%20celim.htm>

JUSTICIA RESTAURATIVA COMUNITARIA. *Seminario*. Bogotá: Compaz - ILSA - Banco Mundial, 28 de septiembre del 2001.

JUSTICIA Y DESARROLLO: Debates. *Paz y Democracia: El aporte de la Justicia Comunitaria y de Paz*. N. 10, Ano II. Santafé de Bogotá, Corporación Excelencia en la Justicia, dic. 1999.

KEHL, Maria Rita. *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KORGI, Sylvia De Castro. Del nombre-del-padre al nombre del sujeto. In: *Palimpsesto*. Revista de la Facultad de Ciencias Humanas – Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 2001. N. 1.

LA JUSTICIA DE PAZ EN DEBATE. Lima: Instituto de Defensa Legal, Unión Europea, 1999.

LASH, Scott. La reflexividad y sus dobles: estructura, estética, comunidad. In: BECK, Ulrich et alii. *Modernización reflexiva. Política, tradición y estética en el orden social moderno*. Trad. Jesús Alborés. Madrid: Alianza Editorial, 1994. Pp. 137-208.

LECHNER, Norbert. *Los Patios Interiores de La Democracia. Subjetividad y Política*. 2 ed. Chile: Fondo de Cultura Económica, 1995.

LEY 70 DE 1993 (agosto 27). *Por la cual se desarrolla el artículo transitorio 55 de la Constitución Política*.

LEY 497 DE 1999 (febrero 10). *Por la cual se crean los jueces de paz y se reglamenta su organización y funcionamiento*. Diario Oficial 43499, febr. 1999. Pp. 4-7.

LEY DE CONCILIACIÓN. Ley n. 26872, de 12 de noviembre de 1997 (Peru, Lima).

LÓPEZ B., Manuel et alii. *Justicia Comunitaria y Jueces de Paz. Las Técnicas de la Paciencia*. Medellín: Corporación Región, Red de Justicia Comunitaria, Instituto Popular de Capacitación de la Corporación de Promoción Popular, 2000.

MAFFESOLI, Michel. Sociedade ou Comunidade. Tribalismo e Sentimento de Pertinência. In: *Revista Tempo Brasileiro*. N. 136. Rio de Janeiro, jan. – mar., 1999. Pp. 89-98.

MECANISMOS ALTERNATIVOS DE SOLUCIÓN DE CONFLICTOS. *Mediación, Conciliación, Arbitraje, Amigable Composición*. Santafé de Bogotá: Ministerio de Justicia y del Derecho, 1998.

MORSE, Richard McGee. *A volta de McLuhanaíma: cinco estudos solenes e uma brincadeira séria*. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MOUFFE, Chantal. Democratic Citezinship and the Political Community. In: MOUFFE, Chantal (Editor). *Dimensions of Radical Democracy. Pluralism, Citizenship, Community*. London – New York: Verso, 1992. Pp. 225-239.

NIETZCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad., notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ORTUSTE, Gonzalo Rojas. *De ángeles, demonios y política. Ensayos sobre cultura y ciudadanía*. La Paz: Muela del Diablo, 1999.

PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

- PÉREZ, Alina María Angel et alii. *Combos y Cambios. Reflexiones psicoanalíticas en un proceso de paz entre bandas juveniles*. Medellín: Alcaldía de Medellín, Universidad de Antioquia, 1995.
- RESTREPO, Carlos Mario Perea. ¿Qué nos une? Ciudadanía y autonomía dependiente. In: *Palimpsesto*. Revista de la Facultad de Ciencias Humanas. N. 1. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 2001.
- RESTREPO, Gabriel. La Esfinge del Ladino. El Iconoclasta y los Imaginários. In: COLLAZOS, Oscar et alii. *Arte y Cultura Democrática*. Santafé de Bogotá: Instituto para el Desarrollo de la Democracia Luis Carlos Galán, 1994. Pp. 157-248.
- _____. *La Alquimia del Semen. Nuevas Vueltas sobre la Esfinge del Ladino*. Santafé de Bogotá, mayo – junio, 1999, s. ed.
- _____. Destino, deriva, desígnio. In: *Palimpsesto*. Revista de la Facultad de Ciencias Humanas – Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 2001. N. 1.
- RICOEUR, Paul. *O Conflito das Interpretações: ensaios de hermenêutica*. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1978. Pp. 199-224.
- ROUANET, Sérgio Paulo. A Latinidade entre a Universalização e a Pluralização. In: *Revista Tempo Brasileiro*. N. 136. Rio de Janeiro, jan. – mar., 1999. Pp. 133-148.
- SÁNCHEZ, Carlos Ariel Ruiz. *Multiculturalismo, etnicidad y cultivos ilícitos*. Popayán, Colômbia: FUNCOP - Cauca, 2000.
- SANTAMARÍA, Rosembert Ariza. La Polifonia de la Justicia Comunitaria en Santander. Texto apresentado na Conferência Internacional Justiça Comunitária e Juízes de Paz “Transformações Contemporâneas do Direito”, realizada em Bogotá de 18 a 20/08/99 e convocada pela Corporação Excelência na Justiça e pela Universidade Nacional de Colômbia. 5p.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O discurso e o poder; ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- _____. *Una cartografía simbólica de las representaciones sociales. Prolegómenos a una concepción posmoderna del derecho*. In: Nueva Sociedad. N. 116. Nov. – Dic. 1991. Pp. 18-38.
- _____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem. Numa série de cartas*. Trad. Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. 3 ed. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- SCHIOCHET, Valmor. *Esta terra é minha terra: movimento dos desapropriados de Papanduva*. Blumenau: Ed. da FURB, 1993.

TOURAINE, Alain. *Igualdade e Diversidade. O sujeito democrático*. São Paulo: Edusc, 1998.

URIBE, Darío Botero. Una nueva Episteme: El paradigma razón, no razón. In: *Revista Politeia*. Ns. 23-24. Facultad de Derecho y Ciencias Políticas. Universidad Nacional de Colombia. Santafé de Bogotá, 1999. Pp. 265-275.

VILLORO, Luis. *Estado plural, pluralidad de culturas*. México: Paidós, 1998.

VOCES QUE CONSTRUYEN CIUDAD. Sistematización. *Mesa de Trabajo por la Paz y la Convivencia "José Hernán Ramírez". Proceso de paz en los barrios Moravia y El Bosque 1994-1997*. Medellín: Instituto Popular de Capacitación Popular de la Corporación de Promoción Popular (IPC) - Mesa de Trabajo por la Paz y la Convivencia "José Hernán Ramírez" - Asesoría de Paz y Convivencia de la Alcaldía de Medellín, 1997.

WADDINGTON, Claudius Bezerra Gomes. A questão do sujeito na virada da modernidade. In: *Revista Tempo Brasileiro*. N. 136. Rio de Janeiro, jan. – mar., 1999. Pp. 99-110.

WARAT, Luís Alberto. O sentido comum teórico dos juristas. In: FARIA, José Eduardo (Org.). *A crise do Direito numa sociedade em mudança*. Brasília: Editora UnB, 1998. Pp. 31-42.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico. Fundamentos de uma nova cultura no Direito*. 3 ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2001.

ZAMBRANO, Bernardo Tovar. Porque los Muertos Mandan. El imaginario patriótico de la historia colombiana. In: SARMIENTO, Carlos Miguel Ortiz e ZAMBRANO, Bernard Tovar (Edits.). *Pensar el Pasado*. Santafé de Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas, Departamento de Historia – Archivo General de la Nación, 1997. Pp. 125-169.